

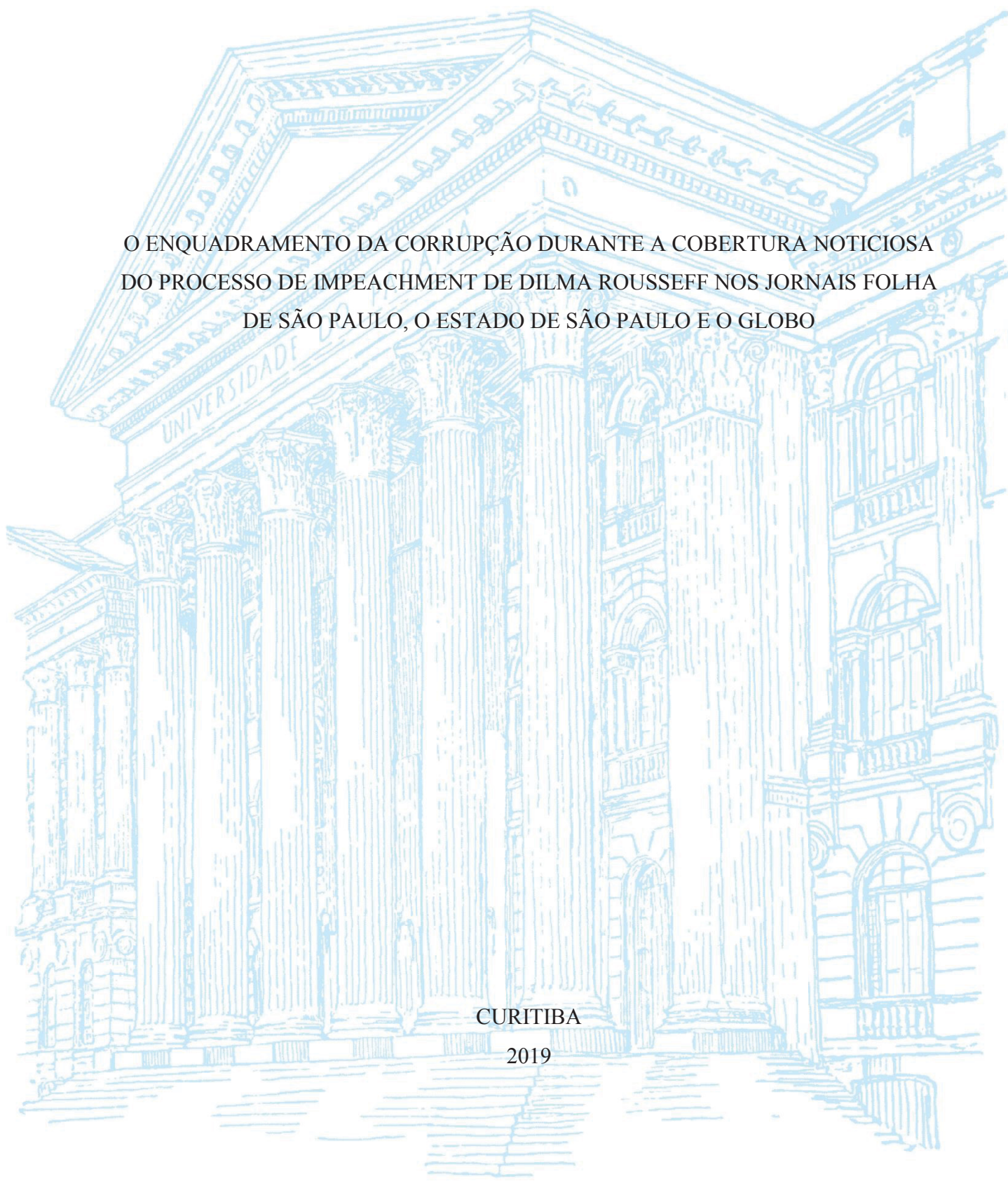
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CRISLAINE FRANCO DA ROCHA

O ENQUADRAMENTO DA CORRUPÇÃO DURANTE A COBERTURA NOTICIOSA
DO PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NOS JORNAIS FOLHA
DE SÃO PAULO, O ESTADO DE SÃO PAULO E O GLOBO

CURITIBA

2019



CRISLAINE FRANCO DA ROCHA

O ENQUADRAMENTO DA CORRUPÇÃO DURANTE A COBERTURA NOTICIOSA
DO PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NOS JORNAIS FOLHA
DE SÃO PAULO, O ESTADO DE SÃO PAULO E O GLOBO

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em
Ciência Política, Setor de Ciências Sociais, Universidade
Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Cardoso Sampaio

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Rocha, Crislaine Franco da

O enquadramento da corrupção durante a cobertura noticiosa do processo de Impeachment de Dilma Rousseff nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e o Globo. / Crislaine Franco da Rocha. – Curitiba, 2019.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Rafael Cardoso Sampaio

1. Corrupção na política - Brasil. 2. Brasil. Presidente Rousseff (2011 – 2016 : Dilma Rousseff) 3. Impeachment. 4. Cobertura jornalística. I. Sampaio, Rafael Cardoso. II. Título.

CDD –

364.1323



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA

ATA N° 01

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM CIÊNCIA POLÍTICA.

No dia vinte e oito de agosto de dois mil e dezenove às 14:00 horas, na sala 1112, UFPR - Ed. D. Pedro I do Setor de CIÊNCIAS HUMANAS da Universidade Federal do Paraná, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa da dissertação da mestrandade CRISLAINE FRANCO DA ROCHA, intitulada : O ENQUADRAMENTO DA CORRUPÇÃO DURANTE A COBERTURA NOTICIOSA DO PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NOS JORNAIS FOLHA DE SÃO PAULO, O ESTADO DE SÃO PAULO E O GLOBO, sob orientação do Prof. Dr. RAFAEL CARDOSO SAMPAIO. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná em CIÊNCIA POLÍTICA foi constituída pelos seguintes Membros: RAFAEL CARDOSO SAMPAIO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ROSEMARY SEGURADO (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO), NELSON ROSÁRIO DE SOUZA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela aprovação. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga do título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada à sessão, da qual eu, RAFAEL CARDOSO SAMPAIO, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações:-----

Curitiba, 28 de Agosto de 2019.

RAFAEL CARDOSO SAMPAIO
Presidente da Banca Examinadora

NELSON ROSÁRIO DE SOUZA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

ROSEMARY SEGURADO
Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE SÃO PAULO)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de CRISLAINE FRANCO DA ROCHA, intitulada: O ENQUADRAMENTO DA CORRUPÇÃO DURANTE A COBERTURA NOTICIOSA DO PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NOS JORNAIS FOLHA DE SÃO PAULO, O ESTADO DE SÃO PAULO E O GLOBO, sob orientação do Prof. Dr. RAFAEL CARDOSO SAMPAIO, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-graduação.

Curitiba, 28 de Agosto de 2019.

RAFAEL CARDOSO SAMPAIO

Presidente da Banca
Examinadora

FEDERAL DO

NELSON ROSÁRIO DE SOUZA

ROSEMARY SEGURADO

Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE SÃO PAULO)

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE
PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Não tenho palavras para descrever o quanto o curso de Ciência Política abriu os meus olhos para o mundo. Percebo, em mim, *um antes* e, principalmente, os efeitos de *um depois* do curso. Sendo assim, em primeiro lugar, agradeço à Universidade Federal do Paraná (UFPR) por ter me proporcionado um ensino de qualidade, com professores competentes na área. Sem dúvida nenhuma, finalizo esta caminhada acadêmica com novos conhecimentos que levarei para a vida toda.

Agradeço, também, à minha família. À minha mãe, Maria José Merquies, por ter me ensinado a importância da educação e, especialmente, por sempre me apoiar, com muito amor, em todas as minhas decisões. Ao meu pai, Osvaldo Franco da Rocha, que me proporcionou todas as oportunidades para começar e permanecer estudando. À minha irmã, Janaina Franco da Rocha, por sua compreensão e apoio em momentos difíceis. Ao meu sobrinho, João Guilherme da Rocha Pereira, pela doçura e afeto.

Ao meu professor e orientador, Dr. Rafael Cardoso Sampaio. Sou grata por suas preciosas orientações e cada conselho sugerido para que esta pesquisa pudesse ser concretizada. Agradeço, ainda, toda a compreensão no processo e desenvolvimento deste estudo, bem como as conversas que puderam acalmar os períodos conturbados.

A todos os integrantes do grupo de pesquisa em Comunicação e Participação Política (COMPA), que dedicaram seu tempo para a pesquisa sobre o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, tornando possível o início deste trabalho. Agradeço especialmente ao integrante, Djiovanni Jonas França Marioto, por sua ajuda em relação à formulação dos gráficos.

Ao meu amigo, João Guilherme Frey, por sua motivação. Aos amigos da Casa do Estudante Universitário (CEU). Aos amigos do curso técnico em Teatro da Academia Cena Hum, pelos momentos de alegria e ajuda. Agradeço, também, à Gabriela Modesto, Camila Melo, Thayna Andrade e ao Cleverton Quadros pela amizade, carinho e incentivo. À minha amiga e anjo da guarda, Karini Silva, por toda ternura e cuidado.

Agradeço, de modo especial, à minha psicóloga, Fabiola Kaminski Treuk, por me apoiar em todas essas etapas concluídas.

Sou grata a todos os professores do curso, à CAPES e servidores da UFPR.

RESUMO

A corrupção é um tema comumente explorado pela mídia e fonte de diversas discussões entre pesquisadores e opinião pública. A maneira como são selecionados e organizados os acontecimentos são aspectos importantes para se entender como são interpretadas as visões de mundo em relação à política. Nesse cenário, o jornalismo é considerado um ator fundamental no jogo político. Sendo assim, este trabalho se propõe analisar a cobertura jornalística do tema corrupção durante a cobertura noticiosa do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, nos jornais Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e O Globo. Assim, busca-se identificar as personagens envolvidas com casos de corrupção, os tipos de corrupção e enquadramentos nas notícias. O objetivo da pesquisa é compreender se e em que medida a imagem de Dilma e atores ligados ao governo são os mais citados como envolvidos em casos de corrupção e de que forma isso é utilizado como argumento válido ao impeachment. O corpus da pesquisa é constituído por 246 notícias, as quais foram publicadas nas editoriais de política, no período entre 02 de dezembro de 2015, início do processo, a 31 de agosto de 2016, afastamento definitivo de Dilma Rousseff. Com base no conceito de enquadramento proposto por Entman (1993), a presente pesquisa busca analisar a temática da corrupção e a sua relação com o processo de impeachment. Os resultados permitiram confirmar três hipóteses de pesquisa: uma delas corresponde ao caráter liberal que o jornalismo, muitas vezes, incorpora. Outra possibilidade estaria ligada à cobertura da temática corrupção como um problema inerente à esfera política e como isso ocorre em relação a certos atores. Por fim, a última delas seria o suposto envolvimento de Dilma Rousseff como um argumento utilizado para a validação do processo de impeachment.

Palavras-chave: Corrupção. Escândalos políticos midiáticos. Impeachment. Dilma Rousseff.

ABSTRACT

Corruption is a theme commonly explored by the media and the source of many discussions between researchers and public opinion. The manner in which events are selected and organized are important aspects in understanding how worldviews are interpreted in relation to politics. In this scenario, journalism is considered a key player in the political game. Thus, this paper aims to analyze the journalistic coverage of the corruption theme during the news coverage of the impeachment process of former president Dilma Rousseff, in the newspapers Folha de S. Paulo, State of S. Paulo and O Globo. Thus, we seek to identify the characters involved in corruption cases, the types of corruption and framing in the news. The aim of the research is to understand if and to what extent Dilma's image and government-related actors are most often cited as involved in corruption cases and how this is used as a valid argument for impeachment. The corpus of the research is made up of 246 stories, which were published in the policy editions, between December 2, 2015, beginning of the process, August 31, 2016, definitive removal of Dilma Rousseff. Based on the concept of framing proposed by Entman (1993), this research seeks to analyze the theme of corruption and its relationship with the impeachment process. The results allowed us to confirm three research hypotheses: One of them corresponds to the liberal character that journalism often incorporates. Another possibility would be linked to the coverage of corruption thematic as an inherent problem in the political sphere and how it occurs in relation to certain actors. Finally, the last of these would be the alleged involvement of Dilma Rousseff as an argument used to validate the impeachment process.

Keywords: Corruption. Mediatic political scandals. Impeachment. Dilma Rousseff.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

QUADRO 1 – OS INGREDIENTES BÁSICOS DO ESCÂNDALO	32
QUADRO 2 – V1 ATORES COM ESPAÇO DE FALA	58
QUADRO 3 – V2 ATORES POLÍTICOS ENVOLVIDOS COM CORRUPÇÃO	59
QUADRO 4 – V3 ATORES ECONÔMICOS OU EMPRESAS ENVOLVIDAS COM A CORRUPÇÃO.....	59
QUADRO 5 – V4 TIPOS DE CORRUPÇÃO	60
QUADRO 6 – V5 ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO ACIONADOS NA MATÉRIA	61
QUADRO 7 – V6 A MATÉRIA SE REFERE.....	62
QUADRO 8 – V7 CULPABILIZAÇÃO	62
QUADRO 9 – V8 JULGAMENTO	63
FIGURA 1 – O FIM DA ERA PT	89

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ATORES COM ESPAÇO DE FALA.....	63
GRÁFICO 2 – ATORES POLÍTICOS ENVOLVIDOS.....	65
GRÁFICO 3 – ATOR ECONÔMICO OU EMPRESA ENVOLVIDA.....	72
GRÁFICO 4 – TIPOS DE CORRUPÇÃO.....	76
GRÁFICO 5 – ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO	78
GRÁFICO 6 – CULPABILIZAÇÃO	80
GRÁFICO 7 – A MATÉRIA SE REFERE.....	85
GRÁFICO 8 – JULGAMENTO.....	87
GRÁFICO/DADOS 9 – CAMPO POLÍTICO X PAPEL DAS PERSONAGENS.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CGU	Controladoria Geral da União
TCU	Tribunal de Contas da União
MP	Ministério Público
PF	Polícia Federal
Coaf	Conselho de Controle das Atividades Financeiras
Cade	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
PT	Partido dos Trabalhadores
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PP	Partido Progressista
PR	Partido da República
DEM	Democratas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CORRUPÇÃO: DEFINIÇÕES	20
1.1 MÍDIA E A PERCEPÇÃO SOBRE A CORRUPÇÃO	28
2 CORRUPÇÃO E ESCÂNDALOS POLÍTICOS MUDIÁTICOS.....	31
2.1 O QUE SÃO ESCÂNDALOS	31
2.1.1 Escândalos políticos midiáticos.....	34
3 O ESCÂNDALO POLÍTICO SOB A PERSPECTIVA DO JORNALISMO.....	40
3.1 O <i>ETHOS</i> JORNALISTICO	40
3.2 O ESCÂNDALO COMO VALOR – NOTÍCIA.....	43
4 O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO, O ESTADO DE S. PAULO E O GLOBO.....	47
4.1 DEFINIÇÕES DE ENQUADRAMENTO.....	47
4.2 CORPUS DE PESQUISA E ASPECTOS METODOLÓGICOS	51
4.2.1 VARIÁVEIS E CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	55
4.3 ANÁLISE EMPÍRICA: ENQUADRAMENTO DA CORRUPÇÃO NOS JORNAIS FOLHA DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO E O GLOBO.....	63
5 DISCUSSÃO	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	101

INTRODUÇÃO

Os escândalos políticos, em especial os ligados à corrupção, são fenômenos preocupantes nas democracias. Pesquisas têm demonstrado a relação entre níveis de corrupção e desconfiança dos cidadãos nas instituições políticas, sendo ela um fator determinante em relação à legitimidade e estabilidade dos regimes democráticos, bem como o sucesso dos governos. Boa parte da literatura tem apresentado a corrupção como um fenômeno inerente à atividade pública, independentemente do desenvolvimento do país (BAPTISTA, 2017; MOISÉS, 2010).

Os escândalos envolvendo corrupção tornaram-se um tema central e ganharam destaque, principalmente, a partir da emergência dos meios de comunicação. A visibilidade conferida pela mídia aos atores políticos redefiniu os sentidos entre público e privado e as dinâmicas entre escândalos políticos e mídia. Isso porque as ações da esfera política dificilmente são invisíveis às outras pessoas (THOMPSON, 2002).

Para Gomes (2004), a mídia é um ator central no que se refere à intermediação entre as esferas civil e política. Nesse sentido, com a visibilidade que os meios de comunicação conferem aos atores políticos, modificou-se a dinâmica da própria política. Isto é, antes do desenvolvimento dos meios de comunicação as atividades políticas dependiam de uma relação próxima, no sentido espaço e tempo, com o público. Dessa forma, a mídia tornou-se um meio pelo qual esses atores poderiam dialogar com uma escala maior de pessoas. O autor destaca que ao mesmo tempo em que o diálogo entre atores políticos e sociedade encontrou facilidades com as diversas opções de canais de comunicação, por outro lado a grande quantidade de informações disponíveis, a repercussão das notícias e a falta de controle sobre o que é noticiado modificou a relação entre as esferas pública e privada. Por conta disso, os políticos buscam divulgar apenas o que é considerado bom e omitir o que é desvantajoso para a sua reputação.

Contudo, as divergências de interesses entre jornalistas e políticos tornam esse processo difícil por duas razões: o valor-notícia e a característica liberal do jornalismo (GOMES, 2004; SHOEMAKER; VOS, 2011). Em relação ao primeiro conceito, os autores Shoemaker e Vos (2011) apontam que os conteúdos jornalísticos tendem a destacar os conflitos ou o interesse humano como assuntos que geram mais audiência. Já a respeito da perspectiva liberal, Azevedo (2010, p. 14) define o jornalista como um tipo de “fiscalizador” e “vigilante” do campo político, uma vez que, para o autor, o indivíduo assume a postura “de um cão de guarda sempre vigilante e pronto para farejar e denunciar atos e comportamentos abusivos ou lesivos aos interesses dos cidadãos e da sociedade”.

Sobre tal situação, Silva (2008, p.21) destaca que a mídia possui papel central no que se refere ao ato de tornar público os escândalos. Desse modo, a imprensa se configura como um ator chave no jogo político ao denunciar transgressões desse meio, entre outros problemas. Sob a mesma lógica, Guazina (2011) afirma que o jornalismo busca o seu lugar como autoridade que fiscaliza o governo e que – embora a ideia de imparcialidade seja difundida como uma característica ligada ao trabalho jornalístico – o trabalho da mídia, de certo modo, também é política, principalmente, quando adota posturas omissas. No entanto, a cobertura sobre escândalos políticos não promove o debate adequado acerca dos imbrólios que envolvem essa esfera, sobretudo os ligados à corrupção, sendo mais direcionada à responsabilização de atores.

Chaia e Teixeira (2001) ressaltam a vulnerabilidade e a dependência entre autoridades públicas e imprensa. Ao mesmo tempo em que os políticos utilizam os meios de comunicação para benefício próprio, estão vulneráveis à forma como são construídos os conteúdos pela mídia. Sendo assim, por mais que os meios de comunicação não possuam capacidade legal para punir as práticas corruptas, as exposições desses atos podem desde prejudicar a imagem pública até resultar em exoneração de cargos.

Nesse contexto de exposição política, a corrupção tem sido um tema frequentemente explorado pela cobertura da imprensa. Mesquita et al. (2013) verificam que, a partir de 1988, a cobertura sobre corrupção aumentou nos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, sobretudo, em 1992, com o impeachment de Collor e, depois, em 2005, com o “Mensalão”, revelando o interesse particular da imprensa por escândalos de maior proporção. No entanto, alguns autores têm apontado que a excessiva cobertura de casos de corrupção tende a influenciar negativamente na percepção que os cidadãos têm sobre os níveis de corrupção e, conseqüentemente, na confiança nas instituições políticas (BAPTISTA, 2017 e GUAZINA, 2011). Sob essa perspectiva, a mídia é reconhecida como um mecanismo de *accountability* vertical utilizado pelos cidadãos ao facilitar o controle sobre os seus representantes.

Em um contexto mais atual, a corrupção ganhou demasiado destaque na imprensa, especialmente durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, em 2014, e ao longo de seu processo de impeachment (CIOCCARI, 2015). Marcado por incertezas no campo político e econômico, Pinto (2015) afirma que os fatores de crise econômica, os casos de corrupção deflagrados pela operação Lava Jato, a desconfiança das elites sobre o PT e a mobilização fragilizada do partido em relação ao ajuste fiscal contribuíram para o impeachment de Dilma, iniciado em dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou as denúncias contra Dilma Rousseff por crime de responsabilidade fiscal. Queiroz (2018) afirma que a prisão de sujeitos próximos ao governo agravou a situação da ex-

presidente. Desde então, a imprensa tem correlacionado a corrupção ao partido governista e aos seus aliados.

O processo de impeachment terminou no dia 31 de agosto de 2016, com a cassação do mandato da presidente. O autor ressalta, ainda, que o governo foi perdendo apoio dos segmentos dominantes e da classe média tradicional em função da recessão econômica e, sobretudo, com a expansão da operação Lava Jato. Iniciada em março de 2014, a operação investiga um esquema de corrupção e desvio de dinheiro envolvendo a estatal brasileira Petrobras, políticos, agentes públicos e empreiteiras.

Por outro lado, Becker et al. (2016, p. 99) defendem que o processo de impeachment teve início logo após a vitória de Dilma (PT) contra Aécio Neves (PSDB), nas eleições de 2014, quando o candidato “liderou diferentes ações visando a criminalização da chapa vencedora”. Além das acusações formais acerca do crime de responsabilidade fiscal, conhecidas como as “pedalas fiscais”, afirma-se que, discursivamente, as críticas direcionadas à Dilma envolviam, também, a crise econômica do País, “a postura pessoal de Dilma e sua suposta ligação ao esquema de corrupção denunciado pela Operação Lava Jato”. De acordo com os autores, esse processo aconteceu de forma rápida devido aos acontecimentos marcados por manifestações pró e contra impeachment, das diversas discussões políticas, jurídicas e econômicas apresentadas pela mídia e as seguidas delações de acusados pela Lava Jato.

Becker et al. (2016) argumentam que a imprensa é um ator central nessas discussões, pois o seu lugar de visibilidade e referência nas democracias confere ao trabalho jornalístico o papel de analista responsável em apresentar a realidade. Sobre isso, Lima (2009, p.21) ressalta que a mídia possui determinado “poder de longo prazo” ao construir a realidade por meio da mensagem, pois é por meio dela que os cidadãos constituem, a partir de uma perspectiva restrita, a opinião acerca de políticos, agendas e acontecimentos da sociedade, definida por Gomes (2004) como política midiática.

Alguns estudos em comunicação política têm utilizado o conceito de enquadramento para compreender o papel da imprensa em processos políticos como esse (RIZZOTTO et al. 2017). Ao contrário dos princípios de objetividade e imparcialidade difundidos sobre a prática jornalística, o conceito de enquadramento se propõe a investigar de que forma os jornalistas destacam determinados aspectos da realidade e não outros (PORTO, 2004).

Guazina (2011) destaca que em períodos marcados por denúncias de corrupção, o caráter liberal do jornalismo se intensifica e a sua postura de desconfiança – devido aos recorrentes atos de fiscalização e acusação das ações políticas fica ainda mais evidente. Portanto, sob esta perspectiva, o estudo acerca dos processos de construção das notícias é um

aspecto importante para os pesquisadores que objetivam compreender como os jornalistas valorizam certas visões sobre a realidade e, em certa medida, presumir como os indivíduos interpretam a política (ALDÉ et al. 2005).

Sendo assim, a proposta desta pesquisa é compreender como os casos de corrupção deflagrados pela Operação Lava Jato foram enquadrados durante a cobertura noticiosa do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Além disso, a pesquisa visa, também, analisar se esses conteúdos que tratam da temática corrupção favoreceram a construção negativa da imagem de Dilma Rousseff e seus aliados e como tal situação, conseqüentemente, levou ao enviesamento favorável ao impeachment. Sobre isso, alguns trabalhos apontam que a imprensa se posicionou por meio de seus editoriais a favor do impeachment (MARQUES et al., 2017; GUAZINA et al., 2017).

Considerando a constante ligação dos casos de corrupção com a figura de Dilma Rousseff durante o processo de impeachment (BECKER et al., 2016; CIOCCARI, 2015; PINTO, 2015), o objetivo desta pesquisa é analisar como a corrupção foi enquadrada durante a cobertura noticiosa do processo de impeachment de Dilma, sobretudo, em relação à forma como foram abordados os partidos, o governo, atores políticos e instituições envolvidas com casos de corrupção. O período escolhido compreende o início do processo de impeachment, 2 de dezembro de 2015, até o afastamento de Dilma Rousseff, 31 de agosto de 2016.

Observa-se que alguns jornais possuem um papel importante no que diz respeito à construção da realidade e influência sobre a opinião pública, pois esse meio de comunicação, muitas vezes, tem a capacidade de atribuir valor de verdade aos fatos para certos leitores. A partir dessa perspectiva, foi feita uma seleção que contempla três *quality papers* brasileiros: Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e O Globo. Tal recorte possui o intuito de avaliar a conjuntura política pelo viés desses informativos, como, por exemplo, os casos de corrupção deflagrados pela Operação Lava Jato e o processo de impeachment de Dilma, acontecimentos que tiveram grande repercussão nos meios de difusão de informação.

Este estudo tem como ponto de partida uma parte do banco de dados da pesquisa que foi realizada pelo Grupo de Pesquisa em Comunicação e Participação Política (COMPA), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), acerca do enquadramento multimodal (narrativa, enquadramento e imagem) da cobertura noticiosa do impeachment da ex-presidente Dilma. Assim, a partir de uma das variáveis analisadas pelo grupo em relação a outros assuntos abordados pela notícia, a corrupção se mostrou como um tema também destacado durante o processo de impeachment. A presente pesquisa é oriunda do objetivo de compreender a relação

entre essas duas temáticas e o uso da corrupção como um argumento válido ou não para tentar legitimar o processo de impeachment.

Desta forma, a pergunta que orientará esta pesquisa é a seguinte: como o tema da corrupção foi enquadrado na cobertura noticiosa do impeachment? A partir desse questionamento, outras perguntas se fazem pertinentes, como: Quais as diferenças e semelhanças no enquadramento da corrupção entre os jornais a Folha de São Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo? Como e quais atores são associados ao tema corrupção? Para que se realizasse as análises e se chegasse às conclusões, foi utilizado um banco de dados, constituído por 246 textos noticiosos, os quais foram veiculados pelos jornais: a Folha de S. Paulo (57), O Estado de S. Paulo (100) e O Globo (89).

A importância desta pesquisa se justifica por se tratar de dois objetos de grande interesse para os pesquisadores tanto da comunicação social quanto da ciência política, a corrupção e o processo de impeachment de Dilma Rousseff.

A literatura tem demonstrado a íntima ligação entre os estudos de corrupção e mídia. Becker et al. (2016) destacam o papel dos media como um mobilizador de interesses públicos e privados e a sua relevância na construção de sentidos acerca dos acontecimentos. Thompson (2002) ressalta que os escândalos políticos, em especial os de corrupção, tornam-se escândalos somente quando ganham visibilidade na imprensa. Sendo assim, acredita-se que o estudo sobre o tema durante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff permitirá ao pesquisador reflexões valiosas em relação a possíveis formas de “intervenção mediática na (des)construção de reputações e verdades” (BECKER et al., 2016, p. 98).

Sendo assim, os objetivos específicos desta pesquisa são: (1) Inventariar os tipos de corrupção citados nos jornais; (2) Investigar quais e como são enquadrados os atores relacionados com a corrupção e (3) Comparar os jornais a fim de encontrar semelhanças e diferenças no enquadramento da corrupção.

Dado a importância dos objetivos gerais e específicos, a primeira hipótese do trabalho está fundamentada em estudos que apontam o papel central da mídia enquanto ator participante da esfera política no que se refere a sua postura de fiscalizador. Dessa forma, a mídia, além de denunciar casos de corrupção, indica culpados, faz julgamentos e aponta motivos e consequências para os acontecimentos. No entanto, o caráter liberalista presente no jornalismo e a sua postura como guardiões do interesse público, principalmente, em relação a acontecimentos que envolvem casos de corrupção não promove debate em relação aos problemas estruturais acerca de tal fenômeno, caracterizando-se mais à responsabilização de atores (AZEVEDO, 2010; GUAZINA, 2011; SILVA, 2008).

Já a segunda hipótese considera que casos de corrupção foram destaque na imprensa durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, em 2014, e ao longo de seu processo de impeachment, e apresentado pela mídia como um argumento para legitimar tal processo (BAPTISTA, 2017; BECKER et al., 2016; CIOCCARI, 2015).

Por fim, a terceira hipótese está fundamentada nos argumentos que afirmam que a mídia, assim como a opinião pública, tende a enfatizar os casos de corrupção como um problema inerente à esfera política, considerando o Estado corrupto e o mercado não, assim como a responsabilização de certos atores (PINTO, 2011 apud VALVERDE, 2015). Desta forma, as hipóteses são: *1) a mídia é um ator chave no jogo político no que diz respeito à postura fiscalizadora, no entanto, a cobertura não promove debate em relação aos problemas estruturais acerca da corrupção, sendo mais direcionada à responsabilização de indivíduos; 2) os casos de corrupção envolvendo supostamente a figura de Dilma Rousseff são apresentados como um argumento para validar o processo de impeachment sobre ela e 3) a cobertura é direcionada à personalização da corrupção.*

Mediante tais considerações, será apresentado no capítulo 1 uma visão geral sobre o conceito de corrupção e a corrupção no âmbito político, assim como a presença da mídia como uma instituição fiscalizadora e a sua influência sobre a percepção dos cidadãos.

No capítulo 2 será discutido o conceito geral de escândalo e suas características, bem como o papel da mídia na construção desses fenômenos. Além disso, serão abordados alguns fatores que podem explicar os motivos pelos quais predominam os escândalos políticos midiáticos e a influência do jornalismo na criação desses escândalos.

O capítulo 3 aborda o *ethos* jornalístico e os critérios de valor-notícia enquanto fatores que podem explicar os escândalos políticos envolvendo corrupção como um assunto de interesse e destaque para o jornalismo. Além disso, será trabalhado o conceito de enquadramento como um processo de seleção e organização da realidade feita pelos jornalistas e possíveis aplicações metodológicas. Destaca-se que a pesquisa está focada nas conceituações e aplicações propostas por Entman (1993). Em seguida, o capítulo apresenta a origem dos dados, metodologia e o livro de códigos, bem como a explicação acerca de cada uma das categorias criadas para tal análise. Por fim, são apontados os resultados e reflexões acerca dos dados referentes ao tema corrupção durante o impeachment de Dilma Rousseff.

Ressalta-se que o estudo do tema da corrupção dentro de um acontecimento amplo e destacável como o processo de impeachment de Dilma Rousseff se configura como um estudo valioso às pesquisas sobre Comunicação Política na medida em que permitirá compreender, ainda que parcialmente, o posicionamento da mídia e a imagem atribuída a cada um dos atores.

Além disso, acredita-se que a análise possibilitará refletir as implicações desse processo jornalístico sobre a visão e o entendimento que a opinião pública possui sobre esse período importante.

Ainda que a corrupção não seja o único fator existente para explicar a queda de sucesso do governo de Dilma, assim como o seu impeachment, questões relacionadas à confiança no governo e instituições políticas, avaliação sobre o governo e apoio à democracia estão diretamente ligados à corrupção e são fatores importantes que influenciam a opinião pública, principalmente em períodos como o citado acima (BAPTISTA, 2017).

Portanto, a pesquisa pretende discutir e contribuir, na medida do possível, com os estudos acerca da corrupção política e o papel da mídia enquanto formador de opinião acerca dos acontecimentos políticos.

1 CORRUPÇÃO: DEFINIÇÕES

Antes de compreender o que é corrupção, é importante evidenciar que as suas definições, percepções em relação ao fenômeno não são imutáveis, ao contrário, o conceito tem adquirido novos significados ao longo do tempo. De qualquer forma, o fenômeno da corrupção tem se caracterizado como um problema de caráter global. No entanto, apesar das discussões em torno da problemática terem adquirido grandes proporções, não há um consenso, do ponto de vista da área da Ciência Política, sobre o que é corrupção, suas consequências para o sistema político e para a democracia, sendo isso um dos maiores desafios entre os pesquisadores da área (GUAZINA, 2011). Segundo Silva (2010 apud GUAZINA, 2011), alguns autores compreendem que a corrupção pode trazer consequências negativas, sobretudo, quando se refere aos altos índices de corrupção e baixos níveis de confiança sobre as instituições políticas, em contrapartida há outros autores que acreditam que os efeitos da corrupção podem ser positivos para os sistemas políticos, pois facilitaria os processos burocráticos.

Carvalho (1987) apresenta quatro correntes de estudos sobre a corrupção: tradicionalista, funcionalista, evolucionista e ético-reformista. Para a primeira corrente mencionada, a corrupção é vista sob uma perspectiva moral e individual, ou seja, por meio desse viés compreende-se que sua causa são os indivíduos e que o ato de afastá-los dos respectivos cargos que ocupam acabaria com o problema.

Já a corrente funcionalista se preocupa com os resultados alcançados pelas instituições. De acordo com tal perspectiva, a corrupção é percebida como um sinônimo de estabilidade social, resultando em competição, inovação e produtividade. Além do mais, a corrupção evitaria a evasão de funcionários talentosos que possuem salários baixos, pois a propina seria utilizada como uma fonte extra.

A vertente evolucionista, por sua vez, analisa as mudanças socioeconômicas com o foco sobre as instituições e a percepção dos indivíduos sobre essas modificações. Nesse sentido, os evolucionistas acreditam que as instituições, seus valores e as percepções acerca de uma cultura, possuem dinâmicas próprias em relação ao que se considera como ações corruptas (ou não).

Por fim, a corrente ética-reformista define a corrupção como um problema sistêmico que causa desequilíbrios para as organizações e indivíduos, contudo os estudiosos dessa linha acreditam que apesar de universal, a corrupção pode ser reduzida por meio da garantia de impunidade.

Sob outra perspectiva, Schwartzman (2008) identifica a existência de duas vertentes de pesquisa em relação à corrupção, uma de viés econômico e outra de cunho político. A

vertente econômica coloca em questionamento se práticas corruptas facilitam ou dificultam a economia de um determinado país. A corrupção, nesse sentido, é vista como algo benéfico no que diz respeito às negociações econômicas. No entanto, o autor compreende as consequências negativas que a corrupção traz para os países afetados. Já a vertente política considera a corrupção como o resultado da violação das regras do jogo, isto é, quando os processos eleitorais ou o funcionamento das instituições são desrespeitados. Porém, é importante destacar que esta perspectiva depende da cultura de um país e o seu entendimento sobre o que é corrupção, assim como a estrutura das instituições, a transparência das ações do governo e a independência da imprensa.

Filho (2001) explica que o conceito possui definições distintas de acordo com a cultura na qual está inserido, aponta, também, que tal termo varia diacronicamente – ou seja, com o tempo – e, por fim, o autor ainda ressalta que, muitas vezes, dentro de um mesmo grupo ou classe há percepções distintas em relação ao seu significado e gravidade. A ideia de que o conceito é mutável numa perspectiva longitudinal também foi explorada por Carvalho (2008).

No Brasil Colônia, Império e durante a Primeira República, por exemplo, o termo corrupção era praticamente inexistente. As raras vezes em que era usado, se referia ao sistema de forma geral ou as ações corruptas da administração. Assim, a corrupção era relacionada à ideia de um sistema oligárquico, despótico e contra a lógica do público. A partir de 1945 – ano marcado pelo fim da Era Vargas – o seu sentido já não era mais associado ao sistema como um todo, mas, sim, ao indivíduo. Com a forte oposição da União Democrática Nacional (UDN) à figura de Getúlio Vargas, o conceito passou a ser atribuído às pessoas, sobretudo, aos políticos getulistas e a Vargas.

Entre os anos de 1954 e 1964, a ideia de corrupção estava relacionada ao governo e ao uso indevido dos recursos públicos em benefício de empresas privadas. Durante a ditadura militar, o termo estava relacionado ao desvio de dinheiro público feito pelos próprios atores políticos que em teoria deveriam prezar pelo bem público. Guazina (2011, p. 62) destaca que essa noção é a mais próxima que o senso comum possui em relação ao funcionamento do governo: “[...] a sociedade necessita de um bom governo, compreendido como aquele que apresenta gestão correta, eficiente e honesta do bem público. O outro lado desta moeda seria um governo corrupto”.

Além dessas perspectivas, Carvalho (2008, p. 239), insistindo na leitura da mudança do conceito ao longo do tempo, possui a hipótese de que a corrupção tem se transformado conforme a expansão da elite e do tamanho do Estado. No Império, a elite, a classe política e o Estado eram pequenos se comparado com as décadas de 1930 e 1945, quando há uma crescente

inserção de políticos na esfera política. Sob esta perspectiva, “quanto maior o Estado, quanto mais recursos ele controlar, maiores as oportunidades de corrupção” (CARVALHO, 2008, p. 239).

A partir desse contexto, pode-se dizer que há um entendimento amplo que abarca as diversas conceituações. Essa é a ideia de que corrupção seria o uso ilegal do poder e influência provenientes de um cargo para enriquecimento e benefício próprio ou para terceiros em contradição com as normas e leis vigentes. De acordo com Baptista (2017), essa definição é capaz de contemplar o conceito proposto pela Ciência Política, que se refere à corrupção como o mau uso do poder para benefícios próprios.

Rios (1987), por sua vez, afirma que a corrupção é um mal que nunca foi extinto e que sempre reaparece, de tal modo que a sua existência adquiriu um tom de generalidade e, em certa medida, normalidade. O autor define a corrupção como uma violação de normas envolvendo funcionários públicos. Do mesmo modo, para Thompson (2002, p. 56), a noção de corrupção está relacionada à “violação de regras, convenções ou leis referentes ao exercício adequado das obrigações públicas para fins particulares, pecuniários ou de proveito pessoal; e a perversão, ou subversão, de padrões de integridade associados a uma função pública”. Rios (1987) elenca algumas formas de corrupção, no entanto, reconhece que são inúmeras e que tentar enumerá-las seria um trabalho sem fim. Para o autor:

O elenco abrange desde a fraude eleitoral até a falsificação de registros públicos, do desvio de dinheiro do erário à venda fraudulenta de terras públicas ou de recursos naturais, a parcialidade na concessão de licenças ou patentes, o empreguismo, o favoritismo na elaboração de contratos, a concessão de benefícios e isenções fiscais que fraudam padrões públicos de boa conduta. Sem falar nas ações que varam francamente pelo ilícito, na proteção de delinquente endinheirado, na associação da autoridade com várias modalidades de contravenção e crime, de que o noticiário jornalístico nos dá fartos exemplos, como a prostituição e o jogo do bicho, que um governador recém-eleito declarou, há pouco tempo, pitorescamente, “semilegal”. É o depósito de dinheiro público em instituições bancárias de amigos, ainda que sólidas, a filtragem de informações confidenciais a sócios e compadres, habilitando-os a auferir grandes lucros em operações financeiras; ou a supervalorização de imóveis adquiridos por entidades públicas a fim de canalizar parte do lucro para “caixinhas” diversas. É a própria “caixinha”, de uso generalizado e dimensões variadas. É ainda a proteção mútua de certas classes funcionais ou categorias profissionais, que ultrapassa o dever natural de solidariedade. É a distribuição de cargos ou vantagens a parentes, agregados, clientes e amigos (RIOS, 1987, p. 86-87).

De forma mais específica, Anastasia e Santana (2008) definem a corrupção como a apropriação dos bens públicos pelo interesse privado. Além disso, afirmam que em sistemas democráticos com níveis baixos de representação e transparência a corrupção tem mais chances

de acontecer. As autoras apresentam, também, algumas capacidades políticas que, quando ausentes, contribuem com a existência de ações corruptas, tais como:

1) Capacidade dos cidadãos de vocalizarem suas demandas e de as inscreverem na agenda pública; 2) Capacidade dos representantes eleitos de traduzirem tais demandas em políticas públicas; 3) Capacidades da burocracia pública de traduzir tais políticas em resultados concretos; 4) Capacidades dos governados de reconstituir a cadeia causal que liga demandas a políticas e essas aos resultados e de atribuir responsabilidades aos governantes por seus atos e por suas omissões (ANASTASIA; SANTANA, 2008, p. 365).

Sob esta lógica, seguindo o esquema explicativo acerca da dinâmica da corrupção em sistemas democráticos proposto pelas autoras, quanto maiores os deficit democráticos em uma democracia, maiores são as possibilidades de corrupção na ordem política. Para Garcia (2003), essa fragilidade democrática facilita justamente o desenvolvimento da corrupção ao se beneficiar das limitações dos meios de controle e combate à corrupção.

Em contrapartida, Melo (2008) afirma que, mesmo em democracias representativas consolidadas, reguladas e fiscalizadas pela Justiça Eleitoral, a corrupção se traduz em um fenômeno presente e capaz de prejudicar o processo decisório, assim como a legitimidade de representação da classe política.

Filgueiras (2016, p. 18) compreende a corrupção como um fenômeno polissêmico, o qual ganha significado na medida em que prejudica práticas voltadas ao interesse público. Para o autor, a corrupção não se trata apenas de um problema administrativo, mas, também, algo ligado ao Estado como um todo e a sua organização. Nesse sentido, a corrupção se traduz como um conjunto de ações que podem ocorrer tanto no Estado quanto em instituições privadas. Sendo assim, a corrupção está relacionada à “problemas de ordem política, econômica, social e cultural que definem seu caráter polissêmico e fluido, de acordo com o modo como é absorvida em práticas sociais e construções culturais mais amplas, as quais moldam a forma como a sociedade percebe e constrói relações de interesse público”. O autor aponta alguns exemplos de práticas corruptas, como nepotismo, fraude, sonegação de impostos, desvios de recursos públicos, superfaturamentos, entre outros. Em resumo, o autor reconhece que a corrupção é um problema do Estado e dos regimes democráticos.

O Dicionário de Política, de Bobbio et al. (1991), propõe que a corrupção seja considerada a partir dos termos de legalidade ou ilegalidade e não de moralidade ou imoralidade, assim como das diferenças existentes entre práticas sociais e normas legais, e as distinções entre setor público e privado. Assim, os autores definem a corrupção como um fenômeno de influência em que um agente público age de forma contrária aos padrões

normativos de um sistema, favorecendo interesses individuais, em troca de recompensa. Outra consideração importante que é feita em tal obra sobre esse tema é o fato de que, para os autores:

A corrupção é uma forma particular de exercer influência: influência ilícita, ilegal e ilegítima. A Corrupção é uma alternativa da coerção, posta em prática quando as duas partes são bastante poderosas para tornar a coerção muito custosa, ou são incapazes de a usar (BOBBIO et al., 1991, p. 292).

A definição também propõe três tipos de corrupção. O primeiro é o suborno, prática que utiliza uma recompensa escondida para mudar ou omitir um ato de um funcionário público. Em segundo lugar, o nepotismo, que se caracteriza como a concessão de empregos ou contratos baseados nas relações de parentela. Por fim, o peculato, que é a prática de desvio ou apropriação de bens públicos para o uso privado.

Em uma tentativa de delimitar as definições em relação às inúmeras conceituações associadas ao fenômeno da corrupção, Miranda (2018, p. 256) afirma que a corrupção “é o pagamento ilegal (financeiro ou não) para a obtenção, aceleração ou para que haja ausência de um serviço feito por um funcionário público ou privado. A motivação da corrupção pode ser pessoal ou política tanto para quem corrompe quanto para quem é corrompido”. Assim, existe uma troca entre o sujeito A e B, na qual o sujeito A possui motivações tanto pessoais quanto políticas e deseja corromper o sujeito B, que também possui motivações, dessa forma, o primeiro oferece propina ou serviços ao outro, que, muitas vezes, aceita os benefícios sem titubear.

Para Carvalho (1987, p. 64) a corrupção está intimamente relacionada ao exercício público. Em primeiro lugar, pode ser traduzida como um comportamento desviado dos reais deveres de um cargo público com o objetivo de obter vantagens pecuniárias ou de status para si mesmo, familiares ou amigos, ou, então, a violação de normas contraditórias ao exercício em decorrência da posição de influência que ocupa, sendo as quais: “a) suborno: uso de recompensa para perverter o julgamento do ocupante de um cargo público; b) nepotismo: concessão de cargo público sem prévia avaliação do mérito do candidato; c) peculato: apropriação fraudulenta de bem público para uso particular”. Além disso, a corrupção pressupõe a relação entre pelo menos dois atores: quem ocupa o cargo público e quem possui o interesse particular.

No entanto, Fortini e Shermam (2018) realçam que a corrupção é associada a atuação de atores individuais, tais como os agentes públicos. Tal associação caracteriza, segundo as autoras, a corrupção como um problema de responsabilização penal, no âmbito da Administração Pública. Além das consequências de personalização do fenômeno, ao reduzir a

corrupção como um problema apenas administrativo, se reduz, também, as formas de controle e tratamento do problema.

A corrupção, de acordo com Johnston (1987, p. 139), é compreendida, às vezes, como um fator de mudança rápido e violento. Isto é, a corrupção se traduz como um caminho mais curto e fácil para pessoas e grupos que querem obter benefícios ou evitar decisões que, talvez, de outra forma não fossem possíveis. No entanto, apesar de um lado a corrupção ser utilizada como um instrumento de mudança para alguns grupos, as consequências sobre os sistemas políticos e econômicos são imensuráveis, pois a corrupção em si pressupõe a utilização de recursos já escassos e distribuídos de um modo desigual para a realização de interesses próprios e não coletivos. Em síntese, para o autor, as ações corruptas “conservam e até reforçam as desigualdades, privilégios e distribuição de forças existentes no sistema político como um todo”. O autor utiliza, ainda, a lógica da influência corrupta para explicar a corrupção como um processo próprio da política. Isto é, a capacidade de influência depende da quantidade de recursos que um indivíduo possui, como por exemplo, o dinheiro, cargo especial e acesso às pessoas ou grupos importantes. Essas ações de influência corrupta são praticadas pelos atores políticos com o propósito de permanência no poder, sendo assim, a corrupção é uma forma de manter e ampliar as vantagens daqueles que já possuem poder.

J.S. Nye (1967 citado por Carvalho, 1987) destaca algumas consequências da corrupção para a economia, a política e a gestão governamental. Entre tais impactos listados nessas áreas por ele, há alguns apontamentos muito relevantes (apresentados a seguir, de modo conciso, e enfatizando as principais perspectivas do autor em relação ao assunto): 1) o capital desviado fica retido, muitas vezes, em bancos internacionais, sem aplicação para investimentos dentro do país de origem; 2) os investimentos tendem a ser direcionados a setores com mais chances de ganhos ilícitos, como, por exemplo, projetos para a construção de rodovias ou ferrovias; 3) os atores envolvidos com corrupção tendem a dispensar mais energia para esconder os atos ilícitos; 4) a corrupção tende a prejudicar a credibilidade de um regime e a sua legitimidade e, por fim, 5) resulta em um crescente cinismo.

Já Anastasia e Santana (2008) ressaltam que um dos elementos mais prejudicados nas democracias se trata dos níveis de confiança e participação política dos cidadãos. A pesquisa de Moisés (2010, p. 35), por sua vez, afirma que a corrupção afeta diretamente a qualidade das democracias: “diminuem a adesão ao regime, estimulam à aceitação de escolhas autoritárias, influenciam negativamente a submissão à lei e a confiança interpessoal, e inibem tendências de participação política”.

Pinto (2011 apud VALVERDE, 2015) destaca que a corrupção mobiliza dois tipos de esfera: 1) a de caráter privado-público se refere a acordos contratuais que acontecem entre empresas públicas e privadas por meio de pagamento de propina; 2) a corrupção do tipo intra estatal envolve somente atores do setor público, tais como os casos de enriquecimento pessoal, nepotismo, entre outros. De acordo com a autora, a mídia, assim como a opinião pública, tende a enfatizar os casos de corrupção do tipo intraestatais, como uma espécie de crença que considera o Estado corrupto e o mercado não. Sob esta lógica, a corrupção não é algo exclusivo da política, mas, sim, da sociedade. Logo, a corrupção perpassa todas as esferas da sociedade. A autora alerta que a ênfase exagerada na corrupção como algo inerente à política pode excluir a discussão sobre outros aspectos importantes.

Heidenheimer (1970 apud MIRANDA, 2018) classifica a corrupção em três tipos de conceito. O primeiro conceito não se distancia dos outros conceitos até o momento apresentados, sendo classificado como o tipo ofício público. De acordo com tal definição, a corrupção é um desvio de finalidade por parte de um funcionário público que visa vantagens para si ou para outros. A segunda concepção, focada no mercado, define o cargo público como um meio de renda utilizado pelo indivíduo que deseja maximizar seus rendimentos pessoais. Por último, a ideia de bem público considera uma prática corrupta se um interesse coletivo é violado em função do interesse individual.

Considerando que o fenômeno da corrupção possui diversas definições e vertentes, em síntese, Miranda (2018) classifica dois tipos de abordagens consideradas pelos estudiosos. Uma delas diz respeito ao âmbito do comportamento, ou seja, à conduta que um funcionário público tem. Assim, uma das características que podem ser observadas acerca da corrupção é a sua associação com o desvio de finalidade do trabalho exercido por um funcionário público, visando ganhar vantagens em detrimento dos recursos públicos. Já a segunda, se refere à troca política ou econômica que um funcionário público tem com outro sujeito interessado em obter vantagens.

Filgueiras (2016) afirma que é fundamental pensar na corrupção a partir de uma dimensão sistêmica associada à moralidade política com prática social. Pensar na questão da moralidade, segundo o autor, é considerar os diversos significados que o fenômeno pode adquirir na sociedade, considerando os aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos. Além disso, é importante compreender as normas que envolvem a corrupção, bem como a sua significação construída a partir de valores compartilhados na sociedade que configuram a legitimidade de uma ação. Sendo assim, deve-se analisar o fenômeno considerando os valores, normas de uma sociedade e a prática social.

Observa-se que o fenômeno da corrupção apresenta diversas perspectivas, mas, também, muitas similaridades de definição. Miranda (2018) percebe uma certa dificuldade para encontrar um conceito padrão, o que ele chama de homonimidade, ou seja, múltiplas significações para um mesmo fenômeno. Em resumo, boa parte dos autores definem a corrupção como o uso inadequado de recursos públicos para fins particulares visando o benefício próprio ou de terceiros. No entanto, essa definição limitada centrada no recurso público e na motivação pessoal deixa de lado outros aspectos e atores que também fazem parte do fenômeno. Entre eles, a discussão sobre a corrupção no âmbito privado, além das motivações políticas que estão por trás dos atos corruptos. Sendo assim, por mais que o conceito se apresente de forma ampla contemplando definições necessárias para o seu entendimento, ainda são insuficientes para compreender o fenômeno da corrupção em sua totalidade, considerando os recursos públicos e privado, motivações pessoais e políticas.

1.1 MÍDIA E A PERCEPÇÃO SOBRE A CORRUPÇÃO

Como observado, definir o conceito de corrupção é uma das grandes dificuldades encontradas em boa parte das pesquisas que se interessam pelo fenômeno. Além da falta de consenso sobre o termo por conta de suas diversas perspectivas, também se observa a falta de compreensão em relação à corrupção e sua influência sobre a opinião pública, bem como sua mensuração. Nesse contexto, diversos pesquisadores, jornalistas e atores políticos buscam compreender as causas e as raízes históricas, além dos custos e as consequências que a corrupção causa nas sociedades. Para tanto, surgiram alternativas para calcular o grau de corrupção nos países, os custos para a economia, e a credibilidade das instituições (SPECK, 2000).

No entanto, devido aos problemas de consenso em relação à conceituação e entendimento da corrupção enquanto prática, Fraiha et al. (2012) citam as dificuldades para mensurar diretamente a corrupção. Como alternativa, os autores apontam a existência de meios indiretos, tais como: percepção, tolerância e dados divulgados por agências de controle da corrupção. O autor afirma que as investigações sobre o fenômeno têm sido baseadas em medidas indiretas de percepção. A percepção é um fator essencial para se compreender como os cidadãos percebem e significam a corrupção considerando a cultura na qual estão inseridos.

Speck (2000) apresenta três formas de mensuração: uma delas se dá pelos escândalos apresentados pela mídia; em seguida os dados fornecidos por instituições de investigação, como a Polícia Federal, o Ministério Público ou tribunais de justiça; e pesquisas de opinião. Sobre a percepção sobre a corrupção é válido destacar que segundo o Índice de Percepção da Corrupção¹ (IPC, 2017), o Brasil se encontra na posição 37 em uma escala que vai de 0 a 100, na qual 0 representa alta percepção de corrupção e 100 indica alta percepção de integridade. No ranking global, o país ocupa a 96ª colocação. O índice, de forma geral, indica a alta percepção de corrupção no Brasil, o que pode indicar também uma crise quanto a legitimidade e representação das instituições políticas.

Além disso, Fraiha e Abreu (2012) destacam que a percepção sobre a corrupção pode estar ligada aos problemas e variações econômicas, ou seja, quanto mais problemas em relação à economia um país tiver, maior será os índices de percepção da corrupção. Por outro lado, há um frequente questionamento no que se refere à influência da mídia sobre a opinião pública e, portanto, sobre o seu entendimento no que concerne à política. Nesse sentido, pode-se alegar

¹ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-02/indice-de-percepcao-da-corrupcao-no-brasil-tem-queda-e-pais-fica-pior-no>> Acesso em: 01 de fevereiro de 2019.

que quanto mais casos de corrupção são explorados pela imprensa, mais aumenta a percepção que as pessoas têm sobre a corrupção e a sua recorrência quantitativa. Sendo assim, os cidadãos percebem a corrupção de acordo com o espaço e a frequência que ocupam na imprensa.

Em contrapartida, apesar dessa influência sobre a percepção, Abramo (2005 apud Baptista (2017) aponta que a exploração da mídia sobre casos de corrupção pode aumentar os investimentos sobre órgãos de controle. Nesse sentido, quanto mais casos são investigados pelos mecanismos de controle e combate à corrupção, as chances de serem divulgados pela mídia também se amplia.

Baptista (2017, p. 79) aponta que os órgãos de fiscalização e controle da corrupção surgiram no Brasil a partir da Constituição de 1988, tais como o “Tribunal de Contas da União (TCU), os Tribunais dos Estados, a Controladoria Geral da União (CGU), além das operações da Polícia Federal (PF) e os julgamentos que se sucedem no Poder Judiciário”. Além disso, recentemente, foi implementada a Lei da Ficha Limpa que “prevê o impedimento da candidatura, por oito anos, de políticos condenados em processos criminais em segunda instância, cassados ou que tenham renunciado para evitar a cassação, entre outras especificações”. No entanto, esses mecanismos de controle não têm atingido resultados satisfatórios, o que aumentaria o sentimento de impunidade e a desconfiança da sociedade civil em relação à esfera política.

Sob essa perspectiva, a corrupção no Brasil se apresenta como algo contraditório. Embora o Estado tenha aprimorado, desde a democratização, os meios de combate à corrupção com a criação de instituições fiscalizadoras, o país tem marcado níveis crescentes de casos de corrupção envolvendo desvios de recursos públicos e relações de poder.

Filgueiras (2016) argumenta que o crescimento dos escândalos e a forma como eles são tratados pela mídia geram um sentimento de que o Estado é corrompido e a corrupção é algo inerente à política. Apesar da existência de instituições fiscalizadoras, uma possível explicação acerca do crescimento do número de escândalos seria a decadência das democracias ou, por conta da atuação dessas instituições fiscalizadoras e da mídia. Isto é, a investigação e, conseqüentemente, a visibilidade sobre novos casos poderia gerar a sensação de que a corrupção está aumentando.

Visto a deficiência desses mecanismos de controle, a mídia é compreendida como um meio alternativo para controlar as ações dos atores políticos em períodos não eleitorais. Sendo assim, uma mídia independente é de extrema importância para as democracias. Por outro lado, no caso do Brasil, Baptista (2017) afirma que há uma excessiva cobertura de escândalos

políticos, o que poderia resultar em um distanciamento e apatia dos cidadãos em relação à política e seus atores.

Guazina (2011) alerta que a simples ação de tornar visível as denúncias de corrupção sem ao menos apurar os fatos ou a sua cobertura excessiva são fatores que podem prejudicar a legitimidade dos sistemas democráticos. Geralmente, os escândalos políticos são denunciados por pessoas que não participam ou que deixaram de participar dos esquemas de corrupção com o objetivo de utilizar a visibilidade da mídia como uma estratégia de recuperar e realocar o poder. Desse modo, as denúncias de corrupção ao mesmo tempo em que são utilizadas para fins de disputa e estratégia no campo político, causam sentimentos de insatisfação e a sensação de impunidade nos cidadãos.

Em decorrência disso, em maior ou menor grau, a percepção negativa que os indivíduos possuem acerca da política está presente tanto em países ricos quanto pobres. Indicadores apontam um declínio nos níveis de confiança em relação à classe política e uma crescente descrença sobre as instituições democráticas (MIGUEL, 2008). Em paralelo a isso, os níveis de confiança em relação aos meios de comunicação caminham para o lado oposto, principalmente quando se trata das mídias tradicionais: jornal, rádio e TV. De acordo com isso, Baptista (2017) ressalta a importância do estudo sobre os meios de comunicação enquanto meios de informações para se compreender a percepção da sociedade civil acerca da corrupção.

Baptista (2017) julga que os casos de corrupção deflagrados pela Operação Lava Jato agravaram o sentimento de insatisfação em relação ao governo de Dilma Rousseff. Além dos fatores de crise econômica, a mídia cobriu de forma ostensiva temas ligados à corrupção e ao processo de impeachment de Dilma Rousseff. Sob essa lógica, Filgueiras (2008 apud Baptista (2017) afirma que a corrupção é percebida como um contra conceito de bom governo no âmbito popular. Além disso, o autor destaca que é comum a discussão sobre a corrupção vir à tona em situações de crise e legitimidade das instituições políticas, sendo considerado um fator determinante para a legitimidade e o sucesso de um governo. Um dos principais problemas decorrentes das práticas de corrupção é a perda de confiança na política. Em democracias em desenvolvimento, esses casos podem colocar em dúvida a viabilidade dos sistemas democráticos e governos.

Considerando o papel da mídia no processo de tratamento, divulgação e mensuração dos escândalos políticos, parte-se do pressuposto de que a mídia pode influenciar os níveis de percepção sobre a corrupção na medida em que os explora constantemente e na forma como tratam esses acontecimentos.

2 CORRUPÇÃO E ESCÂNDALOS POLÍTICOS MIDIÁTICOS

2.1 O QUE SÃO ESCÂNDALOS

A palavra escândalo tem sua origem na palavra inglesa *scandal* e foi utilizada pela primeira vez no século XVI. Nesse primeiro momento, o termo era usado para circunstâncias religiosas para se referir a má conduta de atores religiosos ou para representar uma queda moral em relação à religião. No decorrer do século XVII, o termo ultrapassou a conotação religiosa e passou a ser utilizado, também, para designar ações, acontecimentos ou condutas em que uma pessoa prejudica uma coletividade social. Nesse período, a relação entre escândalos e mídia dava os seus primeiros passos rumo ao que se conhece atualmente. O termo foi recorrente utilizado pela cultura panfletista para criticar a atuação dos governantes da época, sobretudo, na Europa.

O escândalo passou a ter novas significações a partir de algumas transformações ocorridas ao longo do século XIX. A primeira delas se trata das mudanças econômicas e tecnológicas que os jornais passaram. O aperfeiçoamento das técnicas de impressão e a diminuição nas taxas de analfabetismo foram determinantes para que os jornais expandissem o número de periódicos e, conseqüentemente, leitores. Essa mudança abriu espaço para novas editorias, entre elas, assuntos referentes à vida dos políticos. Assim, a vida desses atores passou a ser um objeto de investigação das práticas jornalísticas.

A segunda mudança diz respeito à relação econômica entre jornais e políticos. No século anterior, era comum os jornais receberem apoio financeiro de partidos ou serem propriedade de atores políticos. Devido a isso, os jornais possuíam um claro alinhamento ideológico com partidos políticos. Contudo, com a queda nos custos de produção alguns jornais se tornaram independentes no aspecto financeiro e editorial. Por último, e não menos importante, se refere ao jornalismo enquanto profissão e, portanto, uma lógica de comportamento e ética inerente a ele. Com a profissionalização dos jornalistas nasce o dever de investigar e informar quaisquer acontecimentos (SENNE, 2009; THOMPSON, 2002).

A partir disso, os escândalos passaram a ser classificados como localizados ou midiáticos conforme o seu tipo de publicidade. O primeiro é identificado como publicidade tradicional de copresença, ou seja, acontecem em lugares nos quais as pessoas são próximas umas das outras e, desta forma, repercutem por meio de conversas, fofocas e boatos. Enquanto isso, os escândalos midiáticos surgiram somente no fim do século XVIII e início do século XIX, e sua

principal particularidade é a publicidade conferida pelos meios de comunicação e, portanto, o seu alcance (THOMPSON, 2011).

Thompson (2002, p. 40) define os escândalos como “ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública”. O autor também aponta que os escândalos possuem cinco características, sendo elas: 1) se configura como uma violação de valores, normas ou códigos morais; 2) envolve segredo e revelação pública; 3) os não participantes desaprovam as ações e se sentem ofendidos; 4) existe a indignação pública de alguns não participantes e 5) a reputação dos envolvidos pode ser prejudicada.

Em relação as suas características, é importante destacar que nem todas as transgressões são consideradas escândalos, algumas podem ser pequenas e outras sérias demais para serem definidos como tal. Nesse caso, os escândalos ocupam um espaço intermediário entre os dois na medida em que causa desaprovação de terceiros. Além disso, podem variar de acordo com o contexto sócio-histórico, valores morais e culturais particulares de cada lugar, ou seja, para se constituírem como tal os valores ou normas violados devem ser compartilhados por indivíduos ou grupos. Do mesmo modo, algumas pessoas são mais visíveis e vulneráveis aos escândalos do que outras. A figura de um presidente, por exemplo, está mais vulnerável aos escândalos se comparado a outros atores. Por fim, os escândalos possuem uma dinâmica entre ocultação, revelação e desaprovação pública. Thompson (2002) propõe um modelo simples para explicar os componentes que compõem um escândalo, como mostra o quadro abaixo.

QUADRO 1 – OS INGREDIENTES BÁSICOS DO ESCÂNDALO

Transgressão + Ocultação	Revelação pública + Alegações públicas =	Desaprovação pública
--------------------------	--	----------------------

FONTE: Adaptado de Thompson (2002, p. 51)

Com o desenvolvimento da imprensa uma nova forma de escândalo surgiu, o chamado escândalo midiático. Chaia e Teixeira (2001) afirmam que os escândalos são considerados como tal a partir do conhecimento público sobre as ações que até então estavam ocultadas pelos atores envolvidos, o que os autores chamam de “*making public*” e “*making visible*”. Nesse sentido, a mídia exerce papel fundamental no processo de tornar público essas transgressões morais. (Prior (2016, p. 47) simplifica que o escândalo envolve a revelação de um segredo, daquilo que era secreto e agora é exposto por meio da publicidade da comunicação, transitando entre público/privado, público/secreto, visibilidade/opacidade, o que em outras palavras

significa “o oculto esconde-se por detrás de uma falsa transparência e, quando a intransparência do político se revela, fá-lo, muitas vezes, sob a fórmula de escândalo”. Para Prior (2016), somente por meio da publicidade midiaticizada e constante é que as ações se tornam escândalos midiáticos.

A relação entre mídia e atores políticos intensificou ainda mais esse processo Guazina (2011) afirma que os escândalos políticos só se desenvolvem e permanecem vivos a partir da mídia. Assim, os escândalos são dificilmente dissociados da imprensa. Geralmente, essas ações são associadas imediatamente à corrupção. Thompson (2011, p. 17) aponta que no Brasil e em outros países da América Latina há certa predominância de escândalos envolvendo casos de corrupção, “nesses países e partes do mundo os escândalos estão inextricavelmente entrelaçados com histórias políticas que envolvem formas institucionalizadas de corrupção, favoritismo e intercâmbios clientelistas”. Contudo, a corrupção por si só não se constitui como um escândalo político midiático, para isso é necessário que a transgressão venha a se tornar pública.

Assim como os escândalos, a corrupção também envolve um tipo de violação que somente será denunciada se os sujeitos não participantes considerarem as respectivas ações sérias o suficiente para causarem desaprovação pública. Assim, o ato de denunciar e tornar público são os elementos-chave para transformar a corrupção em um escândalo (CHAIA; TEIXEIRA, 2001).

Embora as definições de escândalo sejam utilizadas para diversos tipos de transgressões morais, os escândalos políticos possuem determinadas particularidades que os tornam distintos entre os outros tipos. A começar pela presença de um ator político. No entanto, a definição vai além da presença ou não de uma figura política e, sim, com base na essência da transgressão, ou seja, os escândalos políticos envolvem uma violação de um processo devido. Isto é, regras obrigatórias inerentes a todos que exercem poder político. Os escândalos se configuram como ações contraditórias entre os interesses privados dos atores envolvidos e o interesse público. A mídia é, então, o principal meio pelo qual os escândalos são revelados e conhecidos pelos não participantes, pois essas ações secretas não poderiam ser trazidas à luz para o público sem a participação dela (THOMPSON, 2002).

Além disso, os escândalos são suscetíveis a qualquer regime político, desde monarquias até regimes autoritários. Porém, é destacado uma maior predisposição em democracias liberais, por conta de algumas características que as diferenciam dos outros regimes: a) a política é um campo de competição entre partidos e grupos de interesse, sendo o escândalo uma estratégia que pode ser utilizada pela oposição; b) a reputação é um elemento importante para aqueles que

desejam obter sucesso eleitoral; c) a relativa autonomia da imprensa e seus interesses privados e d) com base nas condições do poder político e no princípio de que todos são iguais perante a lei, os escândalos podem ser usados pela oposição a fim de deslegitimar o poder de rivais (CHAIA; TEIXEIRA, 2001).

Para alguns autores, os escândalos são utilizados como uma estratégia por atores políticos que buscam prejudicar a imagem dos envolvidos (AZEVEDO, 2010; CHAIA; TEIXEIRA, 2001; THOMPSON, 2002). Sobre isto, Prior (2016) salienta que os escândalos determinam as relações de poder uma vez que são vistos como mercadorias tanto pelas empresas jornalísticas que reconhecem o potencial lucro de notícias desta natureza quanto para os políticos que utilizam os escândalos como estratégia para prejudicar a reputação dos concorrentes, definido por ela como “mercado do escândalo”, pois como argumenta Thompson (2002, p. 132) os atores do campo político envolvidos em escândalos podem ter o seu poder simbólico prejudicado:

A reputação é um aspecto do capital simbólico; ela é um atributo de um indivíduo ou instituição, mas ela é também um recurso do qual os indivíduos podem fazer uso no exercício do poder simbólico. A reputação pode também ser construída através do tempo, seja por um indivíduo ou por uma instituição da qual ele faz parte (ou por ambos). Ela pode também ser perdida, ou substancialmente diminuída muito rapidamente devido à má conduta, decisão errônea ou erros graves de vários tipos.

Apesar de as novas formas de relação e facilidades que os meios de comunicação apresentaram para os atores políticos e sociedade. A mídia criou um aglomerado de riscos que eram inexistentes, especialmente, quando se trata da imagem acerca dos atores políticos e a falta de controle sobre si mesma. A era da visibilidade mediada tornou esses atores vulneráveis ao que o autor chama de “formas de problemas-fenômenos”, tais como os escândalos políticos (THOMPSON, 2011, p. 14). A visibilidade é justamente um dos fatores responsáveis pela transformação de um escândalo em um fenômeno midiático. Por certo, o desenvolvimento das sociedades e das atividades inerentes à profissão de jornalismo, tornaram os escândalos uma característica presente no campo político.

Por fim, de acordo com Prior (2016), os escândalos e a mídia estão em uma relação de reciprocidade. Por um lado, os escândalos possuem características que facilitam a sua exposição e disseminação por meio da mídia, por outro lado, a própria profissão dos jornalistas transforma os escândalos em eventos midiáticos.

2.1.1 Escândalos políticos midiáticos

A mídia redefiniu as dinâmicas entre público e privado, assim como a publicidade dos governantes e a forma como as pessoas interagem com a vida social e política. A visibilidade concedida pelos meios é uma questão central para se compreender o funcionamento dos escândalos midiáticos e a sua amplitude. Antes dos meios de comunicação, os políticos mantinham uma relação mais próxima com o público, no sentido de espaço e tempo. As mídias eletrônicas, rádio e televisão, possibilitaram diversas mudanças no que diz respeito à visibilidade – um maior número de pessoas em diferentes lugares poderia ter acesso a informações. A mídia configurou, portanto, um novo tipo de visibilidade não mais limitada aos aspectos espaciais ou temporais, mas modificada conforme características sociais e técnicas dos meios, como os interesses organizacionais das empresas de comunicação ou processos de seleção e edição. Além disso, essa nova visibilidade possibilitou uma maior aproximação dos políticos com os cidadãos, o que criou um tipo de intimidade mediada, na qual os políticos se apresentavam não apenas como líderes, mas como indivíduos comuns (THOMPSON, 2011). Os políticos passaram a utilizar a mídia como um meio de divulgação própria, porém, tornaram-se cada vez mais expostos e vulneráveis a essa exposição em massa.

O surgimento e a difusão de novas tecnologias de comunicação como a internet intensificaram ainda mais esse tipo de exposição e a falta de controle sobre a mesma, pois “à medida que as redes de comunicação se tornam ramificadas e complexas, a visibilidade midiática adquire um caráter mais imprevisível, incontrolável” (THOMPSON, 2002, p. 143). Além disso, o autor aponta que a sofisticação dos dispositivos de vigilância possibilitou diversas formas de espionagem da vida privada, tornando público as ações até então ocultas.

Para Miguel e Biroli (2010) a visibilidade midiática é um aspecto essencial para o sucesso das carreiras políticas, pois é por meio da mídia que os cidadãos formam suas opiniões acerca da política e sobre o comportamento dos respectivos atores.

É nesse contexto de visibilidade que os escândalos midiáticos se constituem como uma ameaça à representatividade dos atores políticos. Conforme cita Paulo e Almeida (2017, p. 5), “a atividade política depende da construção de imagens positivas para circularem de modo assertivo no mundo político e no jornalismo político”.

Nesse sentido, a mídia possui um papel central ao destacar determinados temas e personagens, tornando a questão sobre a administração da imagem pública uma das principais preocupações dos atores políticos. No entanto, devido ao fluxo de informações disponíveis, a internet ampliou e, ao mesmo tempo, dificultou o controle dos conteúdos que são desejáveis ou não para a imagem pública (THOMPSON, 2008).

Ao mesmo tempo em que ser visto se trata de um poder simbólico, existe também a possibilidade de uma exposição negativa. Por conta disso, os políticos procuram divulgar apenas o que é considerado bom e omitir o que é desvantajoso para a sua reputação (GOMES, 2004). Portanto, o papel que a imprensa exerce como um ator ativo no jogo político, configurou, ao longo do tempo, a política como um campo inseparável e dependente da comunicação.

Como observado anteriormente, os escândalos ganharam força a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação, constituindo um novo tipo de fenômeno, os escândalos midiáticos. Desde então, os escândalos têm adquirido novas proporções e consequências, sendo ele um dos temas de maior interesse do jornalismo. Em síntese, Azevedo (2010, p.14) destaca que o escândalo é um fenômeno explorado pelas mídias “porque simplesmente vende mais jornal e dá mais audiência”.

Thompson (2008), por sua vez, aponta que um dos elementos decisivos para explicar a expansão dos escândalos políticos midiáticos está relacionado ao surgimento do jornalismo investigativo, especialmente, a partir das décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos, quando os movimentos sociais em prol dos direitos civis, a contraposição à guerra do Vietnã, e os movimentos feministas impulsionaram o caráter crítico e investigativo da imprensa. Nessas circunstâncias, o escândalo Watergate ocorrido, entre os anos de 1972 e 1974, se caracteriza como um dos casos mais importantes da época e da história do jornalismo investigativo, pois se configura como o primeiro escândalo descoberto por meio da prática investigativa e que resultou na renúncia do presidente Richard Nixon.

A cultura política também é um outro fator, isto é, o autor aponta que as escolhas políticas baseadas em tradicionais afiliações aos poucos foi perdendo espaço para opções orientadas pelo caráter dos políticos. Nessa concepção, os escândalos tornaram-se uma espécie de teste de credibilidade, pois de acordo com o autor:

As pessoas passam a se preocupar mais com o caráter dos indivíduos que são (ou poderão a vir a ser) seus líderes e com sua confiabilidade, porque cada vez mais esse se torna o principal meio de garantir que as promessas políticas serão cumpridas e que decisões difíceis, diante da complexidade e incerteza, serão tomadas com base em um julgamento sensato. A política da confiança se torna mais e mais importante, não porque os políticos sejam inerentemente menos confiáveis hoje do que foram no passado, mas porque as condições sociais que garantiam anteriormente sua credibilidade estão desgastadas (THOMPSON, 2002, p.147).

De acordo com Prior (2016), os escândalos se desenvolvem somente por meio da mídia. As atividades realizadas pelos jornalistas e o ritmo de trabalho dos jornais desempenham um papel central na construção e na forma como os acontecimentos e seus atores são

apresentados com o passar do tempo. Nessas circunstâncias, a mídia se constitui como um ator decisivo para a política, pois, do ponto de vista da visibilidade, os jornalistas possuem certo poder ao escolher os assuntos e os sujeitos que merecem ou não mais atenção.

Já Bourdieu (1976) afirma que:

o que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros; portanto, aquilo que tem a possibilidade de fazer aparecer aquele que o produz como importante e interessante aos olhos dos outros (BOURDIEU, 1976, p. 4)

Dessa forma, os jornais seriam como um ponto em que a atenção do público está focada. Assim, o campo político se concentra no movimento entre confissão e silêncio, negação e acusação.

A pesquisa de Miguel e Biroli (2010) acerca da representação política nos meios de comunicação de massa afirma que um dos temas mais predominantes nos jornais Nacional, Band e SBT Brasil, nos anos de 2006 e 2007, corresponderam à categoria “escândalos políticos”, totalizando em 32,4% em períodos não eleitorais e 37,6% em pré-eleitorais, sendo um dos temas mais abordados pela mídia. Pode-se alegar, então, que a representação negativa envolvendo os atores políticos pode influenciar, em certa medida, os fatores de liderança e governabilidade. De certa forma, o campo político e seus atores dependem de imagens favoráveis ligadas a eles para o exercício das atividades que exercem.

Weber (2009) sustenta que a imagem pública de um político está associada à forma como se dão os discursos e as imagens estabelecidas pelas leis jornalísticas acerca dele. O que torna necessário o investimento em ações que promovam projeções favoráveis em relação a imagens deles. A qualidade da representação pública é, em si, uma estratégia estabelecida a todos aqueles que querem alcançar apoio e receber votos. Nesse sentido, como reafirma a autora, o fazer político objetiva o reconhecimento:

Cada ação política prevê apoio, defesa, ataque e, neste sentido, depende de visibilidade pública e, nessa direção, pactos e disputas são ingredientes permanentes dos modos de fazer e aparecer publicamente. É preciso promover, ser visto, aprovado, reconhecido como político, primeiramente no espaço partidário e, depois, no exercício da representação junto aos poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário (WEBER, 2009, p. 16).

Sobre isso, existem capitais simbólicos que permeiam tanto o jornalismo quanto a política. Nesse segundo campo mencionado, a imagem associada ao ator político e, além disso, a posição que o partido ocupa e como esse ator está inserido dentro do partido resultam em mais ou menos peso ao capital simbólico. De forma similar, o jornalismo também busca visibilidade e reconhecimento em suas práticas diante dos colegas de profissão, sociedade e outros jornais concorrentes. Desse ponto de vista, os escândalos midiáticos são decisivos para as disputas políticas, pois são justamente eles que podem prejudicar ou, até mesmo, acabar com o capital simbólico necessário aos políticos (THOMPSON, 2002).

Sobre esse aspecto do juízo de valor negativo, Guazina (2011) afirma que uma das características fundamentais dos escândalos é a perda de poder simbólico. Em contrapartida, os escândalos são utilizados para fins eleitorais de modo que partidos e sujeitos políticos buscam constantemente tirar vantagens sobre as falhas da oposição. Todavia, os escândalos possuem um ciclo vicioso já que na medida em que são descobertos novos casos, os critérios de credibilidade e confiabilidade passam a ser mais rigorosos, assim como os atores políticos que utilizam esses discursos com a finalidade de promover suas carreiras podem cair na própria armadilha. A título de exemplo, após o caso de Watergate, o candidato à presidência Jimmy Carter prometeu um governo sem corrupção, chegando a utilizar em sua campanha eleitoral, no ano de 1976, a declaração “nunca mentirei a vocês”, entretanto, com o passar do tempo, novos escândalos foram sendo ligados ao nome do presidente.

Além das características expostas acerca dos escândalos políticos midiáticos, é importante destacar os tipos de atores envolvidos nesse processo de revelação. Como citado anteriormente, os escândalos se tornam conhecidos e são propagados por meio da imprensa. No entanto, esse fenômeno não se dá de forma espontânea, por isso é importante identificar os sujeitos que participam desse processo. Prior (2016) identifica, durante o início dos escândalos, diversas organizações que contribuem para a revelação de transgressões políticas. Entre elas, os órgãos policiais, responsáveis pelas investigações acerca dos fatos, bem como o campo Judiciário, que acompanha todos os procedimentos jurídicos necessários. Além disso, com base em interesses políticos, as instituições políticas podem utilizar os escândalos como uma estratégia para desqualificar a imagem de seus opositores. Por fim, a mídia desempenha o papel de permear essas esferas e divulgar as ações ilegais.

Em relação ao interesse da mídia sobre os escândalos políticos, Thompson (2002) aponta outros quatro fatores determinantes para explicar a sua constante produção e disseminação: 1) vantagens econômicas; 2) objetivos políticos; 3) rivalidade e 4) reconhecimento profissional. Com o passar do tempo, os jornais passaram a depender cada vez

mais dos leitores. Como consequência, a imprensa passou a funcionar sob uma lógica mercadológica a procura de acontecimentos que chamassem a atenção do público e que fossem exclusivas em relação a concorrência. No entanto, a rivalidade existente entre jornais resultou no que Bourdieu (1997), citado por Prior (2016), denominou como de *circulação circular da informação*, ou seja, para ele, a produção da imprensa ocorre de forma padrão e homogênea. Por outro lado, essa produção homogênea existente entre jornais, dá lugar ao fenômeno de amplificação midiática. Isso quer dizer que um acontecimento reproduzido por um jornal pode se tornar facilmente notícia em outro, o que gera mais visibilidade e repercussão.

Sob a perspectiva jornalística, Guazina (2011) afirma que essa busca pelo furo pode comprometer a qualidade das informações, pois a cobertura noticiosa de escândalos não é mais resultado de uma investigação jornalística fundamentada em uma rigorosa apuração e critérios bem definidos, mas, sim, dependente das informações, gravações e documentos repassados por terceiros, sem a necessária averiguação.

Por efeito, é comum que diferentes empresas jornalísticas abordem um mesmo acontecimento com perspectivas diferentes ou, então, utilizem os mesmos indivíduos como fontes de informação. Essa competição entre jornais pela notícia exclusiva pode trazer riscos aos escândalos políticos, principalmente, em relação a divulgação daqueles que estão em fase inicial e que ainda não possuem provas conclusivas para condenação dos sujeitos envolvidos.

Considerando essas circunstâncias, é notável o quanto os limites entre esfera pública e privada se dissolvem entre si. Ações e conversas que eram secretas entre os indivíduos envolvidos são reveladas, aspectos jurídicos e sigilosos são expostos e, muitas vezes, comprometidos devido a sua divulgação. A vida privada dos atores políticos passa a ser interpretada, enquadrada e debatida em contextos distintos. Segundo Prior (2016), questões privadas passam, então, a ser alvo de debates na esfera pública, em uma tentativa de descobrir o que aconteceu em segredo. Além disso, em teoria, os atores políticos que estão envolvidos em escândalos não possuem controle sobre a repercussão dos boatos e, muito menos, sobre a sua duração. Ainda que os escândalos não tenham uma duração precisa em relação ao seu começo e fim, eles permanecem na mídia conforme o desenrolar dos acontecimentos e o interesse da imprensa.

Em síntese, os escândalos se caracterizam não apenas pela sua publicidade mediada pela mídia, mas, também, pela sua quebra de limites sobre o espaço e tempo. Além disso, pode-se observar, de acordo com as alegações realizadas, que a mídia é um ator essencial no processo de criação, duração e repercussão dos escândalos políticos na sociedade.

3 O ESCÂNDALO POLÍTICO SOB A PERSPECTIVA DO JORNALISMO

3.1 O *ETHOS* JORNALÍSTICO

Os escândalos tornaram-se um fenômeno explorado pela mídia, sobretudo, com a emergência do jornalismo investigativo ser uma área associada a fatos que precisam ser examinados e revelados. Além disso, há, em paralelo, outro aspecto relevante no que se refere a tal assunto: o fortalecimento de uma ética jornalística fundamentada em princípios morais a serviço do interesse público.

Aldé et al. (2005) argumentam que para melhor compreender esses processos guiadores do trabalho dos jornalistas é necessário, de antemão, perceber que as atividades desempenhadas por esses profissionais são fundamentadas em um *ethos* jornalístico voltado a um discurso ético com valores morais e padrões comportamentais. Sobre isso, Guazina (2011, p. 24) destaca que o compromisso do jornalismo com a objetividade, a imparcialidade e o interesse público são características que nasceram no século XIX e conferiram aos jornalistas o papel de “guardiões dos valores morais, da ética e dos interesses da população”, definidos como *watchdogs*. Nas palavras da autora, “investigar os atos ocultos do governo tem sido o alicerce no qual se construiu a profissão jornalística, e faz parte do seu *ethos*, constituindo-se como um verdadeiro DNA do campo”.

Os jornalistas selecionam, organizam e constroem as notícias com base em uma cultura profissional e política, isto é, esses profissionais são vistos pela sociedade de acordo com um conjunto de normas e valores que os diferenciam de outras profissões, além disso carregam uma imagem relacionada a ideia de um contrapoder. Os jornalistas seriam os guardiões das democracias, sempre desconfiados diante das ações políticas e a serviço dos interesses públicos (TRAQUINA, 2016). Desta forma, o jornalismo carrega consigo uma característica que o coloca em contraposição aos políticos, o que confere a essa primeira profissão mencionada formas específicas de agir, que determinam, inclusive, a maneira como são formuladas as notícias. No entanto, Moreira (2006) ressalta que além dessa imagem em prol dos interesses públicos, o jornalismo atua, também, a partir de interesses privados, sendo assim, essa característica investigativa da imprensa, que busca mostrar as falhas e os acertos da política, visa a audiência e, portanto, o lucro (GOMES, 2004).

Em períodos marcados por denúncias de corrupção, o papel de guardiões do interesse público em prol do bom funcionamento da democracia fica ainda mais evidente na cobertura midiática. Por consequência, a partir desta postura de fiscalizador e denunciador das ações

políticas, sobretudo, as que envolvem o governo, a cobertura jornalística é constituída com base em uma desconfiança prévia sobre esses atores. Além de constituir um *ethos* referente à profissão, as lógicas comerciais das empresas de comunicação evidenciam ainda mais esses aspectos ligados às investigações das ações ocultas (GUAZINA, 2011).

Já Azevedo (2010) apresenta dois fatores que fazem com que os escândalos políticos, em especial os que envolvem corrupção, sejam assuntos de destaque para a imprensa: 1) a característica liberal do jornalismo atribui à imprensa a função de fiscalizar as ações do campo político e confere aos jornalistas uma postura de um cão de guarda pronto para denunciar os atos contrários ao interesse público, contribuindo assim com a noção de que a imprensa é o *quarto poder* nas democracias modernas; 2) além disso, com base nos critérios de valor-notícia os escândalos geram mais audiência e são mais rentáveis para as empresas jornalísticas. Thompson (2002), por sua vez, destaca que esse interesse pelos escândalos se resume em uma questão relevante: o escândalo vende.

Azevedo (2010, p. 18) destaca, ainda, que a cobertura dos três maiores escândalos políticos do Brasil, o Mar de Lama, o Collorgate e o Mensalão foram marcados pela característica *cão de guarda* do jornalismo. Apesar de se referir a períodos distintos, em todos os casos, “a mídia não só denunciou e deu ampla cobertura ao desdobramento do escândalo como fez duras críticas aos políticos, partidos e governos envolvidos”.

Por outro lado, sob o ponto de vista de Aldé e Vasconcellos (2008), esses fenômenos são uma ferramenta estratégica utilizada pela mídia como uma forma de firmar sua imagem político-social diante da sociedade. Nesse sentido, a visão que a própria mídia objetiva construir de si mesma em prol do público é contraditória, pois esse interesse pelos escândalos é compreendido como um oportunismo midiático que visa apenas o potencial de publicação de uma notícia.

Para Silva (2008, p.21), é importante destacar que além do papel central que a mídia possui sobre o ato de tornar público os escândalos, ela também se configura como um ator chave no jogo. Nesse sentido, os jornalistas além de denunciarem as ações ilegais, apontam motivos sobre os acontecimentos, indicam culpados e “colocam-se como agentes externos, capazes de fazer julgamentos por vezes moralizadores, assim como arriscar prognósticos e apontamento de consequências”. Apesar disso, a cobertura sobre escândalos políticos não promove o debate acerca dos problemas estruturais que permeiam a esfera política, sendo mais direcionada a responsabilização de atores. Aldé et al. (2008) afirmam que a ampla cobertura da imprensa sobre escândalos políticos contribuiu para a criação de uma espécie de palanque eleitoral no qual os atores políticos competem pela visibilidade.

Levando em consideração esses aspectos, é perceptível o envolvimento do campo da comunicação na construção e participação dos escândalos. Em primeiro lugar, ao se constituir como a esfera da visibilidade e, portanto, determinar o que merece ser exposto ou não. Em segundo lugar, ao organizar os acontecimentos sob as técnicas jornalísticas (SENNE, 2009). Segundo Gomes (2004), a mídia determina quais conteúdos devem circular na esfera da visibilidade de acordo com os códigos das empresas jornalísticas. Assim, a mídia seleciona e organiza os fatos a partir de padrões firmados pelas rotinas de produção.

Por fim, para se compreender os fatores que tornam os escândalos políticos amplamente divulgados pela mídia, é importante considerar os critérios de noticiabilidade, bem como os processos de seleção e organização de uma notícia. Senne (2009) argumenta, também, que os escândalos possuem grandes chances de se tornarem notícia, pois são imprevisíveis, negativos e pelo fato de as pessoas envolvidas fazerem parte de uma elite.

3.2 O ESCÂNDALO COMO VALOR – NOTÍCIA

Os critérios de valor-notícia e os processos de seleção e organização da notícia são aspectos importantes que devem ser considerados para compreender o interesse da mídia pelos escândalos políticos. Aldé e Vasconcellos (2008) destacam que o valor-notícia é um elemento decisivo para a construção de uma notícia. Esses critérios são compartilhados entre os profissionais da imprensa e utilizados nos processos jornalísticos como um guia para a identificação de acontecimentos interessantes e noticiáveis.

O valor-notícia além de contribuir para a rotina de trabalho dos jornalistas revela, também, o entendimento que a própria mídia possui de si mesma enquanto instituição a serviço do interesse público. No caso de escândalos políticos, a mídia tende a concordar que se trata de um acontecimento relevante. Aldé e Vasconcellos (2008, p. 63) afirmam que “a ocorrência do escândalo midiático remonta, geralmente, uma atuação inicial da mídia a partir dos seus filtros e competências”. A mídia, nesse sentido, além de reconhecer a importância das denúncias envolvendo transgressões políticas, possui a competência para localizar as fontes capazes para analisar e explicar as ações e as consequências dos escândalos políticos.

Os escândalos criam uma dinâmica entre a imprensa e os atores políticos. Por um lado, a mídia concentra total atenção nesses tipos de acontecimentos com o objetivo de aumentar a audiência e reafirmar o seu papel político-social nas democracias. Por outro lado, os políticos ao mesmo tempo em que reafirmam a importância da imprensa ao contribuir com novas informações, percebem os escândalos como uma oportunidade de fornecer uma perspectiva positiva de seus próprios trabalhos. Essa relação de cooperação entre os dois é compreendida por Aldé e Vasconcellos (2008, p. 63) como um oportunismo midiático, ou seja, “uma rede de ações e reações orientadas para a visibilidade, no contexto de eventos com grande potencial em termos de notícia, como é o caso dos escândalos midiáticos”.

A maneira como são construídas as notícias é um aspecto importante para se entender como são interpretadas as visões de mundo em relação à política, pois “através de quadros de referências valorizados, significativos dentro do ambiente cognitivo de grande parte das pessoas, os jornalistas dão credibilidade a certas visões de mundo, a enquadramentos sobre a realidade que, por sua vez, são influentes nas construções do cidadão comum sobre a política” (ALDÉ et al., 2005, p.187).

Não existem regras precisas sobre o que são notícias, mas, sim, definições em relação ao discurso ético jornalístico fundamentado em critérios de imparcialidade e objetividade, pluralidade de opiniões e postura crítica (ALDÉ et al., 2005). A partir do estudo do manual de

redação da Folha de São Paulo, os autores argumentam que o conceito está associado, intimamente, à busca por fatos noticiáveis. Sendo assim, o jornalista é quem assume a responsabilidade de selecionar e conferir relevância aos fatos de acordo com a ética do campo. Em relação ao planejamento e produção de notícias e aos critérios que as tornam relevantes ou não, o manual da Folha de São Paulo (1996) afirma que:

O que se busca é a notícia: o fato comprovado, relevante e novo. Quanto mais um fato puder gerar consequências para o mundo, para a sociedade ou para a maioria dos leitores, mais relevante ele é. Quanto mais inesperado, mais noticioso; quanto maior a força de quem está interessado em ocultá-lo, também. Quem busca profissionalmente a notícia deve valer-se de uma série de procedimentos que tornam sua apuração mais confiável e seu relato mais exato. Deve estudar o assunto que vai cobrir, observar cada detalhe com atenção e distanciamento, empenhar-se em identificar os vários lados implicados em cada situação, tomar notas e sempre que possível fazer gravações. Fatos, porém, são mais fortes do que declarações. O repórter, fotográfico ou de texto, tem de se colocar no ponto de vista do leitor e atender a seus interesses e curiosidades. Quanto mais meticuloso e antecipado o planejamento de uma cobertura, melhor ela será.

Traquina (2016) ressalta que a narrativa jornalística permite aos jornalistas selecionar, organizar e destacar aspectos dos acontecimentos, por meio das perguntas clássicas da pirâmide invertida: Quem? O quê? Onde? Quando? Nesse sentido, as notícias estão inseridas em um processo de produção que se inicia a partir da percepção do próprio jornalista sobre o que são acontecimentos válidos ou não para serem noticiáveis, e a transformação desses acontecimentos em um produto jornalístico. Além de constituir um processo individual do jornalista, as decisões relacionadas à produção das notícias fazem parte de um contexto mais amplo, no qual a política editorial dos jornais influencia na forma como acontecem esses processos. Em concordância com o autor, Jorge (2006) afirma que o relato jornalístico é organizado a partir do fato mais importante e das características mais interessantes como uma forma de economizar tempo do próprio jornalista em relação à produção da notícia e do tempo que o leitor dedica para a leitura do texto. Assim, os jornalistas buscam trazer uma visão resumida e, ao mesmo tempo, ampla da situação com prognósticos acerca dos fatos.

Hall et al. (2016) apontam que, as vezes, a seleção dos acontecimentos pode não ser uma tarefa fácil, por conta da quantidade de fatos que podem acontecer em um mesmo período. Nesse cenário, o sentido de valor-notícia, a lógica por trás de uma boa notícia, entra em ação. No entanto, os aspectos que tornam um acontecimento digno de ser noticiável ou não são inúmeros. Jorge (2006) recomenda que a seleção dos assuntos leve em consideração os acontecimentos que merecem ser conhecidos por outras pessoas. Trata-se de acontecimentos anormais, acontecimentos dramáticos que destacam, por exemplo, sentimento de tristeza ou, então, eventos que têm consequências negativas. Sendo assim, na concepção dos autores, os

jornalistas buscam acontecimentos que evidenciam os aspectos extraordinários e trágicos do mundo. Embora não exista uma regra formal sobre o que são fatos noticiáveis, esses valores fazem parte de um consenso entre esses profissionais (HALL et al., 2016).

Para Wolf (2003, p.90), os critérios de valores-notícia são classificados a partir dos fatores de interesse e importância da notícia. Para o autor, a importância de um acontecimento é determinada a partir de quatro variáveis:

1) grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável; 2) impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; 3) quantidade de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve; 4) relevância e significatividade do acontecimento em relação aos desenvolvimentos futuros de uma determinada situação (WOLF, 2003, p.90).

Já o fator interesse está ligado à forma como os jornalistas percebem o público e a sua capacidade de entretenimento. Assim, são interessantes os fatos que apelam para os aspectos do interesse humano, isto é, curiosidades que chamam a atenção do público. Contudo, o autor reconhece que o critério fundamentado no interesse humano, por vezes, é contraditório ao critério de importância, pois se coloca como um conteúdo que objetiva apenas o entretenimento, a atenção do público, deixando de lado o seu grau de importância. Segundo Jorge (2006, p. 8), as notícias que conseguem reunir esses dois fatores de importância e interesse são as que compreendem mais aspectos de valor-notícia. Além do seu potencial de publicação e repercussão, os valores notícia exercem grande importância na organização do trabalho jornalístico, pois, de acordo com a autora, “eles regem as pautas; orientam o trabalho de apuração do repórter em campo; determinam ordens de edição”.

Silva e França (2017) afirmam que os valores-notícia são constituídos a partir da sua relação com valores sociais e ideológicos compartilhados entre uma sociedade. Sob esta perspectiva, o trabalho dos atores do campo jornalístico é orientado com base na cultura e sociedade na qual vivem. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que os meios de comunicação refletem a sociedade, a sua própria produção cria e reafirma os valores sociais.

Da mesma forma, Hall et al. (2016, p. 311) concordam que as notícias são construídas a partir de um consenso mantido pela mídia. Para os autores, os acontecimentos são inseridos em um contexto social familiar ao público. Isto é, “um acontecimento só faz sentido se puder colocar-se num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais”. Sob esta perspectiva, os indivíduos de uma mesma sociedade compartilham um sistema de valores e apresentam interesses similares, o que contribui para o processo de construção das notícias.

Assim, os acontecimentos são enquadrados pela mídia com base em estruturas de compreensão já conhecidas pelo público. Ao pensar sobre a preferência da mídia em abordar notícias sobre crime, os autores partem da ideia de consenso para explicar que o crime é um tipo de acontecimento percebido como uma ameaça. De maneira similar, a corrupção também se constitui como um objeto inerente a ideia de consenso.

Em relação a esses aspectos apresentados, a pesquisa de Silva e França (2017) busca explorar a relação do jornalismo e os critérios de valor-notícia com os valores sociais, a partir do estudo sobre a cobertura da Operação Lava Jato pela revista *Veja*, durante o ano de 2016. De acordo com as autoras, a Operação tornou-se um dos objetos de maior repercussão na mídia nacional e internacional, sendo considerada uma referência no combate à corrupção. O objetivo da respectiva pesquisa era compreender, por meio da narrativa jornalística, os posicionamentos e valores adotados pela revista. Um dos achados da pesquisa diz respeito aos atores que constituem a narrativa sobre a Lava Jato. Os atores do PT e aliados do governo de Dilma Rousseff foram os mais citados. Entre os quais se destaca, o ex-presidente Lula, seguido por Dilma, o marqueteiro do PT João Santana e sua esposa Mônica Moura, Sérgio Moro, e Rodrigo Janot. Sobre isto, a autora se questiona sobre os motivos que levaram a *Veja* a dar tanta ênfase na figura do ex-presidente Lula, já que naquele momento ele não era mais chefe do Executivo. Em síntese, a pesquisa evidencia o alto grau de noticiabilidade que a operação possui na imprensa brasileira, e destaca o posicionamento claro da revista ao colocar ênfase sobre atores governistas, especialmente, do PT.

Sobre isso, Guazina (2011) destaca que a cobertura da mídia representa os valores compartilhados entre a comunidade jornalística acerca da política. A partir da hipótese da cobertura adversária, a autora entende que o jornalismo busca credibilidade e um espaço como autoridade ao se colocar como ator que fiscaliza e confronta as ações do governo e dos políticos. Apesar da ideia de objetividade estar ligada ao trabalho jornalístico, a autora aponta que o jornalismo faz parte da política e, portanto, também é política.

Considerando os aspectos apresentados, percebe-se que os escândalos políticos atendem vários requisitos em relação aos critérios de valor-notícia, tais como os fatores de importância e interesse e, dessa forma, se constituem como um fato noticiável (WOLF, 2003). Além de considerar o grau de noticiabilidade que os escândalos possuem na cobertura jornalística é importante destacar, também, a forma como esses acontecimentos são enquadrados e construídos na narrativa jornalística.

4 O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO, O ESTADO DE S. PAULO E O GLOBO

4.1 DEFINIÇÕES DE ENQUADRAMENTO

Apesar de sua complexidade, o conceito de enquadramento e suas diversas aplicações têm sido cada vez mais utilizadas nas pesquisas sobre mídia, especialmente, nas áreas de comunicação, sociologia e ciência política (REESE, 2001).

Os primeiros estudos sistemáticos sobre enquadramento foram iniciados pelo sociólogo Erving Goffman (1974), com base nas pesquisas da tradição fenomenológica do antropólogo-psicólogo Gregory Bateson. Sob esta perspectiva, os enquadramentos são compreendidos como quadros socialmente construídos de modo a organizar e significar a realidade (GOFFMAN, 1974 apud VIMEIRO; DANTAS, 2009). Contudo, a sua definição ainda é considerada um desafio para as áreas de estudo que buscam compreender como os eventos são selecionados e organizados pela mídia e interpretados pelo público (BORAH, 2011; ENTMAN, 1993; SCHEUFELE, 1999; WEAVER, 2007).

Tuchman (1978 apud SILVA, 2008) aplica os conceitos de enquadramento as pesquisas em jornalismo como uma forma de compreender os processos jornalísticos acerca da construção sobre a realidade. Segundo a autora, as notícias são como janelas que por meio de seus enquadramentos, posições, ângulos e tamanhos oferecem às pessoas determinadas paisagens. Tal como as janelas, o jornalista quando redige um texto, determina a paisagem que será vista pelo leitor. Assim, a ideia de enquadramento associada a narrativa jornalística se constitui como uma forma de se compreender as inúmeras representações e percepções sobre um fato e, conseqüentemente, o papel que a mídia desempenha em relação a maneira como os eventos são retratados e compreendidos pela opinião pública.

De forma geral, Vimieiro e Dantas (2009) apresentam duas temáticas de pesquisa sobre enquadramentos. A primeira delas se refere ao estudo sobre os enquadramentos da mídia (media frame). Já a segunda, o “*Frame effects*”, se concentra no efeito que os enquadramentos possuem sobre a audiência. Para Borah (2011), teoricamente, o enquadramento possui duas vertentes, a sociológica e a psicológica. No geral, as pesquisas com viés sociológico tendem a se concentrar nos aspectos textuais usados para construir as notícias e os processos por trás de tal construção. Enquanto as de teor psicológico, referem-se aos estudos de processamento de informação e tomada de decisão.

Sob esta mesma perspectiva, Chong e Druckman (2007) apontam que o conceito é utilizado para identificar, analisar e comparar padrões discursivos entre diferentes mídias e, por outro lado, para compreender os possíveis efeitos que os enquadramentos possuem acerca das atitudes dos cidadãos. Em síntese, para os autores, o enquadramento é um conjunto de crenças que um indivíduo tem sobre um determinado assunto.

Hertog e McLeod (2001, p. 148) afirmam que o enquadramento não define apenas acontecimentos e assuntos, mas, também, constrói a forma como são interpretados os indivíduos e as suas imagens. Assim, quando um tópico é enquadrado o seu contexto é definido, os indivíduos, os grupos e as organizações recebem funções de protagonista, antagonista ou espectador, bem como a legitimidade de suas ações. De acordo com Cook (2011), os jornalistas podem conferir autoridade e importância ou apenas refleti-las, ao selecionar quem fala sobre o que e em quais circunstâncias.

Além dessas possibilidades de análise, o estudo dos quadros permite ao pesquisador verificar como os significados se relacionam no ambiente simbólico à medida que a história, mídia e tempo se transformam. De acordo com Reese (2007, p.150, tradução nossa), “os quadros organizam princípios socialmente compartilhados e persistentes ao longo do tempo, que funcionam simbolicamente para estruturar de forma significativa o mundo social”.

Em concordância com isso, Entman (1993, p. 52, tradução nossa) afirma que os enquadramentos revelam o poder de construção que a comunicação possui sobre a realidade, pois por meio da análise dos quadros é possível verificar como ocorre o processo de influência da informação sobre a audiência. O autor aponta quatro etapas que compõem o processo de comunicação dos quadros, entre os quais estão: 1) o comunicador, cujo qual escolhe e organiza, inconscientemente ou não, os quadros com base no próprio sistema de crenças; 2) o texto e a sua relação com a presença ou ausência de palavras-chave, padrões, fontes, estereótipos e julgamentos sobre um assunto; 3) a percepção do receptor sobre o quadro e 4) o conjunto de quadros socialmente compartilhados entre os indivíduos de uma cultura.

Sob a perspectiva de Entman (1993, p. 52), o enquadramento é definido a partir dos aspectos da seleção e saliência de um conteúdo. De acordo com o autor, “enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto de comunicação, de modo a promover a definição de problema particular, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito”. A saliência se refere às informações que são perceptíveis e significativas aos receptores. Sendo assim, quanto mais uma informação é ressaltada, em comparação com outras, maiores são as chances desse conteúdo ser notado e armazenado pelo receptor. Uma das formas de fazer com que o leitor internalize tais

informações é realizar a apresentação recorrente dos conteúdos por meio da repetição ou associação a símbolos culturais coletivos. Todavia, os quadros não são restritos apenas à saliência, mas, também, ao conteúdo omitido.

Sob essa lógica, os enquadramentos são vistos como ferramentas de poder, na medida em que interesses e atores políticos podem aparecer ou não. No que diz respeito a essa situação, o autor afirma que a mídia, apesar de não possuir influência direta sobre como as pessoas pensam em relação a determinados assuntos, ao destacar alguns aspectos da realidade, em certa medida, consegue influenciar ideologicamente as pessoas.

Silva (2008) destaca que a análise de enquadramento constitui uma quebra ao paradigma da objetividade e do pressuposto de que a mídia é um espelho da realidade, sendo o conceito considerado uma importante ferramenta para compreender as possíveis tendências e distorções na narrativa jornalística acerca dos fatos.

O enquadramento funciona para moldar e alterar as interpretações e preferências dos membros da audiência por meio de preparação. Isto é, os quadros introduzem ou aumentam a saliência ou aparente importância de certas ideias, ativando esquemas que encorajam o público-alvo a pensar, sentir e decidir de uma maneira particular (ENTMAN, 2007, p.164, tradução nossa).

Cook (2011, p. 206) aborda essa questão a partir do aspecto da seletividade. Para a autora, a seletividade não implica necessariamente no viés: “a seletividade leva ao viés quando, dia sim, dia não, certos tipos de atores, partidos políticos e questões receberem maior cobertura e forem apresentados mais favoravelmente que outros”.

Além desses aspectos de saliência, e considerando que os escândalos são resultados de uma transgressão, Silva (2008) afirma que o analista deve averiguar o tipo de transgressão apontada pelos textos noticiosos. Se os escândalos midiáticos são definidos como tal a partir da sua visibilidade na mídia, é de extrema importância compreender como tal meio de veiculação de informações aborda esses acontecimentos que migram do espaço privado ao público, além das reações dos envolvidos e da sociedade civil. Outra característica dos escândalos se refere a reprovação de terceiros. Sendo assim, se a reprovação se dá por meio da mídia, torna-se importante perceber como a imprensa expressa a sua própria desaprovação. Além disso, o autor destaca a importância de se prestar atenção em como a mídia utiliza materiais simbólicos de forma acusatória e moralizadora.

Portanto, o estudo dos enquadramentos permite definir problemas, causas, julgamentos morais, tratamentos apresentados pela notícia, a forma como são construídas as

imagens em relação aos atores, os discursos de defesa e acusação entre atores políticos, entre outros fatores.

Silva (2008) destaca que se a saliência possibilita ao conteúdo mais chances de ser percebido e armazenado pelo leitor, o ato de omitir determinados aspectos da realidade, excluindo o debate acerca de problemas, avaliações e recomendações, torna-se tão significativo quanto o direcionamento da percepção da audiência. Assim, a análise de enquadramento se preocupa com a forma como as notícias são construídas em termos de enquadramento e a possível influência que os quadros possuem sobre a percepção do público.

Alguns estudos sobre efeitos de enquadramento têm demonstrado que os quadros podem influenciar a forma como são percebidos e compreendidos assuntos e eventos pela audiência. Segundo Silva (2008), esses estudos apontam que as pessoas argumentam e se posicionam em um contexto político a partir de atalhos cognitivos. Nesse sentido, a ênfase dada pelos jornais acerca de temas e pessoas pode interferir na opinião e atitude dos receptores.

Tendo em vista os desafios em relação à abrangência de aplicações e interpretações acerca do conceito de enquadramento, este estudo se fundamenta a partir das definições propostas por Entman (1993). No entanto, a sistematização realizada para a análise sofrerá modificações e novas atribuições para se adequar ao objeto de estudo.

4.2 CORPUS DE PESQUISA E ASPECTOS METODOLÓGICOS

O governo de Dilma Rousseff (PT) compreende dois mandatos, entre 2011 e 2016. O segundo mandato foi marcado pelo impedimento da ex-presidente por conta do seu processo de impeachment, instaurado nos períodos entre os dias 02 de dezembro de 2015 (quando o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, aceitou as denúncias contra Rousseff por crime de responsabilidade fiscal) e 31 de agosto de 2016 (período em que consolidou-se o impeachment e a presidente foi afastada definitivamente).

O governo de Dilma sucede aos oito anos consecutivos do governo petista de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Ambos os mandatos foram marcados por escândalos de corrupção e explorados exaustivamente pela imprensa, principalmente, durante o processo de impeachment (MARQUES et al., 2017; Rizzotto et al., 2017). Ciocari (2015) aponta que a corrupção foi destaque na imprensa, sobretudo, durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, em 2014, e durante o seu processo de impeachment.

Rizzotto et al. (2017) afirmam que durante o processo de impeachment o comportamento da mídia foi questionado quanto ao seu posicionamento favorável ou não ao impedimento da presidente. As autoras ressaltam que algumas pesquisas da área de Comunicação Política apontam que, desde as eleições em 1989, a mídia tem abordado o Partido dos Trabalhadores (PT) de forma negativa.

Baptista (2017) explica que o segundo mandato de Dilma Rousseff foi marcado por um clima de insatisfação em relação ao governo, à política e economia do país, que foi agravado, sobretudo, pelos casos de corrupção deflagrados pela Operação Lava Jato. Além dos fatores de crise econômica, os casos de corrupção deflagrados pela Operação contribuíram para o impeachment de Dilma. O governo da presidente foi perdendo apoio dos segmentos dominantes e da classe média tradicional em função da recessão econômica e, sobretudo, com a expansão da Operação Lava Jato (investigação considerada um dos escândalos políticos de maior proporção da história do Brasil). Iniciada em março de 2014, a operação investiga um esquema de corrupção e desvio de dinheiro envolvendo a estatal brasileira Petrobras, políticos, agentes públicos e empreiteiras (PINTO, 2015).

A Operação Lava Jato foi amplamente explorada pela imprensa nacional e internacional. A situação do governo foi agravada, principalmente, com a prisão de nomes próximos ligados ao PT, entre os quais está o ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, condenado pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e associação criminosa,

assim como o ex-líder do governo no Senado Delcídio do Amaral (ex-PT) acusado de tentar interferir nas investigações da Operação, entre outros.

Queiroz (2018) considera que, desde então, a cobertura da imprensa tem construído a ideia de que a corrupção está ligada estritamente ao partido governista e aos seus aliados. Nesse sentido, a temática da corrupção durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff se configura como um estudo interessante às pesquisas sobre Comunicação Política, considerando a importância e a dimensão de ambos os temas na mídia e opinião pública.

Posto isto, é importante destacar que este trabalho tem como ponto de partida o banco de dados da pesquisa que foi realizada pelo Grupo de Pesquisa em Comunicação e Participação Política (COMPA) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Contudo, ambas as pesquisas possuem objetivos distintos. Porém, antes de mais nada, é necessário relatar a origem desses dados a partir de uma breve introdução acerca da pesquisa feita pelo COMPA, para melhor compreender a pesquisa em questão.

Sendo assim, o trabalho realizado pelo COMPA analisou a cobertura noticiosa do impeachment nos três *quality papers* de amplitude nacional do Brasil, por meio da análise de enquadramento multimodal proposta por Wozniak et al. (2014), a qual envolve o estudo do enquadramento em três níveis: 1) enquadramento noticioso; 2) narrativa e 3) imagem, no período entre o início do processo de impeachment, 2 de dezembro de 2015, até o afastamento definitivo de Dilma Rousseff, 31 de agosto de 2016.

Nessa primeira etapa, com o auxílio de uma linguagem de programação (*script*), as matérias foram coletadas automaticamente nos acervos dos três jornais a partir da palavra-chave “impeachment” e posteriormente salvas em arquivo PDF. Foram coletadas as notícias das editoriais de ‘Política’ ou ‘Poder’ dos respectivos jornais. Em seguida, as matérias foram filtradas manualmente e escolhidas apenas as que apresentavam a palavra-chave, contavam com uma imagem ou mais e estavam de acordo com o período, totalizando em 2202 matérias.

Para a análise das notícias, os integrantes do grupo de pesquisa criaram o livro de códigos intitulado “Enquadramento Multimodal – Impeachment”. A metodologia empregada foi a do enquadramento multimodal, ou seja, envolveu três tipos de análise: imagem, narrativa e enquadramento noticioso. Essa abordagem metodológica foi aplicada, inicialmente, por Wozniak et al. (2014) com o intuito de analisar a cobertura noticiosa das mudanças climáticas.

No Brasil, o COMPA utiliza a proposta para analisar a cobertura noticiosa do processo de impeachment (RIZZOTTO et al. 2017). Wozniak et al. (2014) e Rizzotto et al. (2017) defendem que somente uma análise sistêmica com a aplicação de diferentes modos de comunicação que compõem uma notícia – imagem, narrativa e enquadramento – tornaria

possível ao pesquisador uma ampla compreensão da imagem construída acerca dos acontecimentos pelos jornais, o que evitaria possíveis interpretações enviesadas.

Posto isso, o presente estudo sobre corrupção durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff possui objetivos e propostas distintas, apesar de se tratar do mesmo banco de dados. Considerando esta breve introdução, é de extrema importância destacar algumas diferenças entre ambas as pesquisas: 1) uma delas se trata da questão metodológica. Ao contrário da proposta feita por Rizzotto et al. (2017), a presente pesquisa analisa somente o enquadramento noticioso e não multimodal (imagem, narrativa e enquadramento); 2) em segundo lugar, o objetivo de pesquisa: o estudo do COMPA visa analisar, especificamente, a cobertura noticiosa do impeachment. Já esta pesquisa possui o intuito de examinar de que forma o tema da corrupção foi enquadrado dentro da cobertura noticiosa do impeachment e 3) ao contrário do COMPA que analisa a cobertura completa do impeachment, o corpus desta pesquisa se refere somente às notícias que abordaram outro tema além do impeachment, entre as quais estão a temática da corrupção.

Essa abordagem foi possível devido as categorias de análise aplicadas pelo COMPA², entre as quais estão a variável “Componente Enquadrado”, ou seja, outros tópicos que se destacam além do impeachment, mas que a ele estão relacionados.

De acordo com as análises do COMPA, do total de 2202 notícias referentes à cobertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff, 292 tratam da temática corrupção. Em seguida, foram verificadas, por meio da leitura dos títulos, outras notícias que pudessem se referir ao tema. Assim, foram identificadas mais 24, totalizando em 316 matérias.

Durante a leitura do corpus, percebeu-se que alguns dos textos apenas citavam algum acontecimento relacionado à corrupção, não sendo considerado o tema de maior destaque na notícia. Portanto, foram descartadas as notícias que não atendiam a proposta desta pesquisa. Desse modo, o corpus de pesquisa compreende um total de 246 notícias veiculadas pelos jornais: a Folha de São Paulo (57), O Estado de S. Paulo (100) e O Globo (89).

Ressalta-se, portanto, que a presente pesquisa tem como foco analisar de que forma o tema da corrupção foi enquadrado dentro da cobertura noticiosa do impeachment. Além disso, busca-se compreender se essas notícias que tratam da temática corrupção favoreceram, em certa medida, a construção negativa de Dilma Rousseff ou de atores ligados a ela e,

² Livro de códigos – Enquadramento Multimodal – Impeachment – criado pelo Grupo de pesquisa em Comunicação e Participação Política (COMPA) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), cuja a variável utilizada foi V007 “Componente enquadrado”. Mais em: <<https://bdc.c3sl.ufpr.br/handle/123456789/27> >

consequentemente, compreender se a corrupção foi utilizada como um argumento favorável ou não ao impeachment. Alguns trabalhos apontam que a imprensa se posicionou, por meio de seus editoriais, a favor do impeachment de Dilma (Marques et al. 2017; Soares Guazina et al. 2017).

Para cumprir os objetivos propostos, será utilizado o conceito de enquadramento e suas aplicações metodológicas. Para tanto, novas categorias de análise foram criadas para atender a proposta, como mostra o capítulo a seguir.

4.2.1 VARIÁVEIS E CATEGORIAS DE ANÁLISE

Considerando a íntima relação entre escândalos políticos e mídia, a proposta desta pesquisa é responder a seguinte pergunta: como o tema da corrupção foi enquadrado durante a cobertura noticiosa do impeachment de Dilma Rousseff? Além dessa questão central, outras perguntas se fazem pertinentes a partir dessa, tais como: quais as diferenças e semelhanças no enquadramento da corrupção entre os jornais a Folha de São Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo? Como e quais atores são associados ao tema da corrupção?

Para tanto, um livro de códigos foi criado com variáveis e categorias capazes de responder as respectivas perguntas acerca da corrupção e a forma como os atores políticos estão inseridos nessa narrativa jornalística. A unidade de análise compreende a notícia completa, com exceção da imagem. As variáveis buscam verificar aspectos relacionados aos atores com mais espaço de fala dentro da notícia, atores e empresas envolvidas com corrupção, tipos de corrupção, órgãos fiscalizadores, atores culpabilizados, o assunto abordado na notícia, julgamento e papel das personagens (vitima, vilão ou herói).

Pode-se afirmar que as primeiras categorias trazem as primeiras definições em relação aos atores envolvidos com casos de corrupção. A primeira variável se refere aos atores com maior espaço de fala nas notícias e não apenas os que foram citados. Trata-se de atores que tiveram suas falas e ações reproduzidas em citação direta ou indireta. Em situações quando mais de um ator foi citado, levou-se em consideração aquele que obteve maior destaque em relação ao outro em uma escala de importância dentro da notícia: *lead*, gravata e título da matéria. Como pode ser observado, as categorias trazem atores políticos ligados ao governo e oposição, campo econômico, judiciário, sociedade civil, outro e ausente.

QUADRO 2 – V1 ATORES COM ESPAÇO DE FALA

00	Ausente	A notícia é essencialmente descritiva e não há o uso de fontes.
01	Campo político: Dilma, Lula ou aliados	A notícia dá espaço de fala para Dilma, Lula ou seus aliados políticos (incluindo José Eduardo Cardozo).
02	Campo político: Temer, Cunha ou aliados	A notícia dá espaço de fala para Cunha, Temer ou seus aliados políticos ou oposição tradicional.
03	Campo econômico	A notícia dá espaço de fala para empresários, grupos econômicos, representantes de associações, FIEP, etc.
04	Campo judiciário	A notícia dá espaço de fala para ministros ou juizes do Supremo Tribunal Federal, MPF, Procuradoria-geral, <i>Polícia Federal</i> e afins.
05	Sociedade civil	A notícia dá espaço de fala para cidadãos comuns, ligados a organizações, representantes de movimentos sociais, artistas, intelectuais e celebridades em geral (incluindo advogados do impeachment e OAB).

06	Outro	Caso o ator não seja nenhum dos descritos acima, marque o código 06 e faça a identificação do ator por escrito.
----	-------	---

FONTE: COMPA (2018)

A segunda variável “Atores políticos envolvidos com corrupção” diz respeito a políticos ou funcionários públicos denunciados, investigados ou apontados pela notícia como participantes dos esquemas de corrupção. As opções compreendem partidos de direita e esquerda, funcionário público, outros e ausente.

QUADRO 3 – V2 ATORES POLÍTICOS ENVOLVIDOS COM CORRUPÇÃO

Se trata de atores políticos denunciados, investigados ou julgados	
00	Ausente.
01	PT ou aliados.
02	MDB ou aliados.
03	PSDB ou aliados.
04	PTC ou aliados.
05	PTB ou aliados.
06	PCdoB ou aliados.
07	PP ou aliado.
08	PR ou aliados.
09	DEM ou aliados.
10	Funcionário público.
11	Outros/ especificar nome:

FONTE: Elaboração da autora (2018)

A variável os “Atores econômicos ou empresas envolvidas com corrupção” busca verificar a que tipo de natureza pertencem às empresas denunciadas ou julgadas pelos crimes de corrupção. As variáveis foram divididas entre: empresa pública (Petrobras, BNDES, entre outras), empresa privada (Odebrecht, grupo J&F, grupo EBX, UTC Engenharia, Galvão Engenharia, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, OAS e outras) e ator econômico (empresários).

QUADRO 4 – V3 ATORES ECONÔMICOS OU EMPRESAS ENVOLVIDAS COM A CORRUPÇÃO

00	Ausente.
01	Empresa Pública (Petrobras, BR Distribuidora, entre outras companhias).
02	Empresa privada (Odebrecht, grupo J&F, grupo EBX, UTC Engenharia, Galvão Engenharia, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, OAS, entre outras).
03	Ator econômico (especificar).
04	Outro.

FONTE: Elaboração da autora (2018)

Com base nos tipos de corrupção apresentados pelo Ministério Público³ (MP), a quarta variável apresenta os tipos mais comuns de crimes, totalizando em 14 tipos. Em alguns casos o número de tipos presentes na notícia será maior que um, no entanto, a variável é denominada com base no tópico que mais se destaca na notícia.

QUADRO 5 – V4 TIPOS DE CORRUPÇÃO

O tipo que prepondera na notícia	
00	Ausente (a matéria não trata de casos específico de corrupção, mas, sim, traz o assunto de forma geral, descritiva).
01	Abuso de poder (se refere ao uso excessivo das competências legais ou atuação contrária ao interesse público).
02	Extorsão (quando um sujeito obriga alguém por meio de ameaça grave ou violência a realizar alguma coisa contra a própria vontade com o objetivo de obter algum tipo de benefício).
03	Nepotismo (uso de poder para nomear, contratar ou favorecer parentes).
04	Fraude (ato ilícito que visa à obtenção de vantagens indevidas por meio de omissões, abuso de poder, quebra de confiança, quebra de regras, entre diversos outros problemas).
05	Suborno (ação de induzir alguém a fazer alguma coisa em troca de dinheiro, bens materiais ou outros benefícios para si próprio).
06	Lavagem de dinheiro (práticas que dissimulam ou escondem a origem de fundos ilícitos de forma que aparentam ser legítimos ou que a origem dos bens seja difícil de localizar ou provar).
07	Corrupção eleitoral (dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita).
08	Crimes da lei de licitações (dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade. Ex: Exemplo: Contratação, pela Câmara Municipal, de empresa de assessoria sem o devido procedimento licitatório).
09	Peculato (apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio).

³ Disponível em: < <http://combateacorrupcao.mp.br/tipos-de-corrupcao> > Acesso em: 11 set.2019.

10	Corrupção ativa (oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício).
11	Corrupção passiva (solicitar ou receber, para si ou para outra pessoa, vantagem indevida).
12	Crimes contra o sistema financeiro internacional.
13	Formação de organização criminosa.
14	Caixa dois (dinheiro desviado, não contabilizado e não declarado a órgãos de fiscalização).
15	Outro.

FONTE: Autora, com base no Ministério Público Federal (2018)

A variável abaixo mostra alguns dos principais órgãos de fiscalização no combate à corrupção no Brasil. Nesta variável, verifica-se os órgãos que foram utilizados como fonte nas matérias sobre corrupção e não meramente citados, sendo os quais: o Tribunal de Contas da União (TCU), responsável pelo controle externo de contas; os Tribunais Superiores (Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral); a Controladoria-Geral da União (CGU), a qual é responsável, por exemplo, pelo controle interno, prevenção e combate à corrupção; o Ministério Público (MP), que atua na defesa da ordem jurídica do Estado brasileiro, tais como os crimes de desvio de dinheiro, crimes políticos, entre outros; A Polícia Federal (PF), um dos principais órgãos no combate à corrupção; O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão atuante contra a lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo e, por fim, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), responsável na prevenção de abusos econômicos.

QUADRO 6 – V5 ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO ACIONADOS NA MATÉRIA

00	Ausente.
01	Tribunal de Contas da União (TCU).
02	Tribunais Superiores Brasileiros.
03	Controladoria Geral da União (CGU).
04	Ministério Público (MP).
05	Polícia Federal.
06	Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf).
07	Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).
08	Outro.

FONTE: Elaboração da autora (2018)

Com base na proposta de Entman (1993), as próximas variáveis buscam verificar qual assunto é destacado na notícia (problema), quem ou o que são culpados pelos casos de corrupção (causas do problema) e o julgamento (julgamento moral). Em relação ao diagnóstico de um problema, a variável abaixo mensura qual é o assunto com maior destaque na notícia. Ressalta-se que esta variável é muito importante para verificar quais são os aspectos que foram mais abordados pelos jornalistas em relação ao tema corrupção durante o impeachment de Dilma.

QUADRO 7 – V6 A MATÉRIA SE REFERE

Tópico com mais força na notícia	
01	Mensagens vazadas sobre supostas negociações.
02	Denúncias de corrupção/ investigações/ colaboração premiada.
03	Irregularidades no governo Dilma/ Declarações de atores contra Dilma Rousseff.
04	Suposto envolvimento do ex-presidente Lula.
05	A matéria não se refere diretamente a casos de corrupção, se trata de discursos em relação a corrupção, Lava Jato, descrição de acontecimentos ou manifestação da sociedade civil.
06	Negociações ou estratégias para amenizar os impactos das investigações ou da pena.
07	A saída/ prisão/ afastamento de atores políticos ou funcionários do governo ou oposição.
08	Irregularidades no governo Temer ou aliados.
09	Outro/especificar.

FONTE: Elaboração da autora (2018)

Já a variável “Culpabilização” busca verificar, por meio da seleção de fontes ou falas apresentadas pelo próprio jornalista, quais atores são responsabilizados pelos casos de corrupção. Entre as opções estão: partidos políticos, empresa pública e privada/atores econômicos, instituições políticas e classe política, cultura do país e outros.

QUADRO 8 – V7 CULPABILIZAÇÃO

Apresentado pelo jornalista ou pela seleção de fontes	
00	Ausente.
01	PT ou aliados.
02	PMDB ou aliados.
03	PSDB ou aliados.
04	PTC ou aliados.
05	PTB ou aliados.

06	PCdoB ou aliados.
07	PP ou aliados.
08	PR ou aliados.
09	DEM ou aliados.
10	Empresa Pública.
11	Instituições políticas/classe política.
12	Empresa Privada/atores econômicos.
13	Cultura do país.
14	Outros/especificar.

FONTE: Elaboração da autora (2018)

Já a variável “Julgamento” analisa, a partir de uma perspectiva ampla, quais tópicos ou quais atores são julgados pela matéria, por meio da fala do próprio jornalista ou pela seleção de fontes e citações.

QUADRO 9 – V8 JULGAMENTO

00	Ausente (a matéria é essencialmente descritiva).
01	O funcionamento da Operação Lava Jato ou a atuação do Juiz Sérgio Moro.
02	O andamento das investigações (crítica o vazamento de informações, colaboração premiada).
03	Crítica o envolvimento de Dilma, Lula ou aliados.
04	Denúncias contra Temer, Eduardo Cunha ou aliados.
05	Impeachment como vingança.
06	Outro:

FONTE: Elaboração da autora (2018)

Por fim, foram cruzadas as variáveis papel das personagens (vitima, herói e vilão) e campo político a fim de compreender o papel atribuído a cada um dos atores na narrativa jornalística. A identificação desses personagens se dá em três níveis: a primeira delas é a identificação ou não da personagem na notícia (ausente ou presente), outra seria a identificação do tipo de personagem (ator individual, coletivo, institucional, não se aplica ou não está claro) e, por último, o uso do nome da personagem. Esta análise permite avaliar de que forma cada um dos campos políticos e seus atores foram posicionados nas notícias.

QUADRO 10 – V09 SUJEITO COMO VÍTIMA

Uma pessoa, grupo ou instituição é prejudicado (= ferido, morto) ou sofre. Quando o sujeito precisa ser defendido por outros ou age defensivamente, então também se configura como vítima.	
00	Ausente.
01	Presente.

FONTE: COMPA (2018)

QUADRO 11 – V10 TIPO DE ATOR

00	Não se aplica.	
01	Ator individual.	Uma única pessoa assume o papel de vítima. A pessoa é claramente identificada, inclusive com a utilização do seu nome.
02	Ator coletivo.	Um grupo de pessoas participa da ação coletivamente. Ex.: protestantes, cidadãos, eleitores.
03	Ator institucional.	Um grupo de pessoas que não atuam juntos incidentalmente, mas porque estão ligados por uma estrutura institucionalizada. Ex.: partidos políticos, governo federal, sindicato, MST.
999	Não está claro.	

FONTE: COMPA (2018)

QUADRO 12 – V 11 NOME DA VÍTIMA

Escreva o nome da vítima conforme apresentado pela matéria. Em caso de não existir uma vítima, marque 00.

FONTE: COMPA (2018)

QUADRO 13 – V 12 SUJEITO COMO VILÃO

Qualquer pessoa, grupo, instituição ou “coisa” responsável por problemas específicos, prejuízos ou danos em relação a outros. O vilão, necessariamente, deve prejudicar alguém.	
Ex.: “Ao contrário de Lula, que não citou a Lava Jato nem o juiz Sérgio Moro em seu discurso de 20 minutos no ato, a presidente Dilma repetiu, pelo segundo dia consecutivo, o tom agressivo contra os investigadores”.	
00	Ausente.
01	Presente.

FONTE: COMPA (2018)

QUADRO 14 – V13 TIPO DE ATOR

00	Não se aplica.
01	Ator individual (pessoas, Dilma, Cunha, família Cunha).
02	Ator coletivo (grupos sociais, ongs, MBL, e também, bancadas partidárias/“oposição”).
03	Ator institucional (FIESP, partidos, instituições governamentais).
999	Não está claro.

FONTE: COMPA (2018)

QUADRO 15 – V14 NOME DO VILÃO

Escreva o nome do vilão conforme apresentado pela matéria. Em caso de não existir um vilão, marque 00.
--

FONTE: COMPA (2018)

QUADRO 16 – V15 SUJEITO COMO HERÓI

Qualquer pessoa, grupo ou instituição que seja admirado por seu sucesso, sua coragem, resultados alcançados ou qualidades nobres. O herói também aparece quando age para defender uma vítima ou quando “luta” contra o vilão. Para ser considerado herói o sujeito deve possuir papel preponderante na narrativa, ou seja, não pode ser somente citado como forma de contextualização da situação. Caso ele seja citado, mas desapareça da história, então não deve ser considerado.
--

Ex.: “Em palestra a auditores da Receita Federal, na noite desta quinta (17), em Curitiba, o juiz Sergio Moro disse que ninguém está acima da lei e pregou moderação a manifestantes de rua, favoráveis e contrários à Operação Lava Jato.”

00	Ausente.
01	Presente.

FONTE: COMPA (2018)

QUADRO 17 – V16 TIPO DE HERÓI

00	Não se aplica.
01	Ator individual (pode ser mais de um indivíduo, como os autores do pedido de impeachment).
02	Ator coletivo.
03	Ator institucional.
999	Não está claro.

FONTE: COMPA (2018)

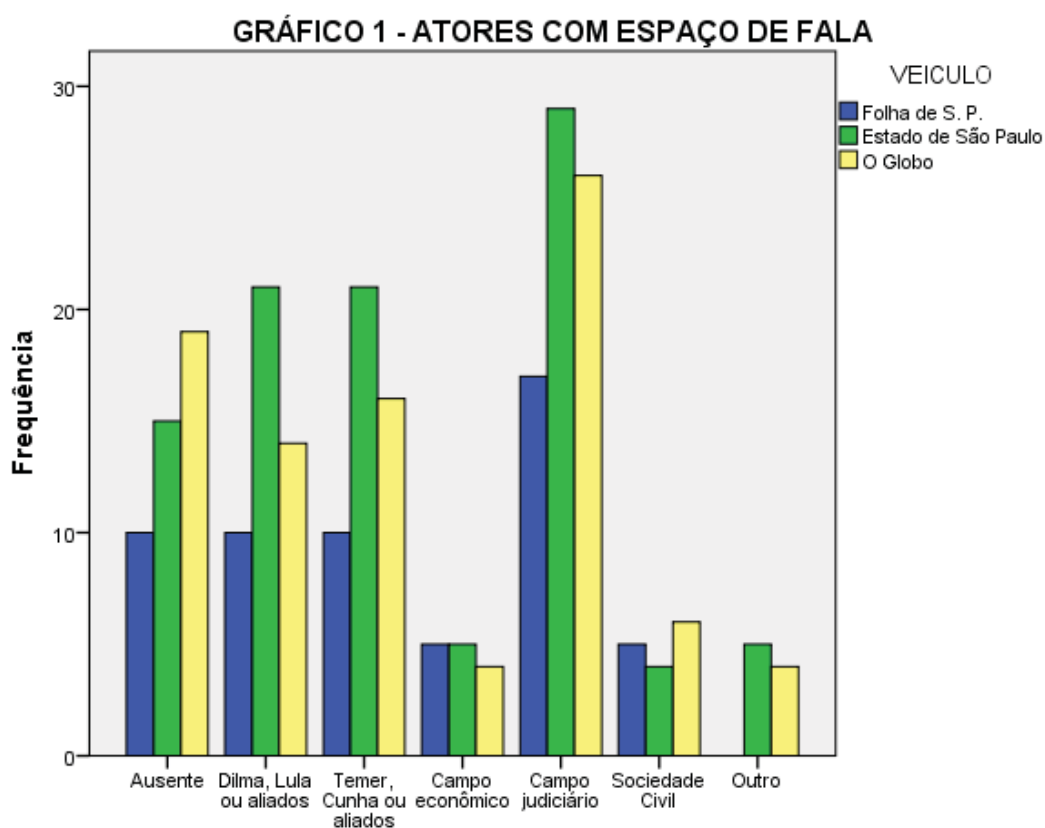
QUADRO 18 – V17 NOME DO HERÓI

Escreva o nome do herói conforme apresentado pela matéria. Em caso de não existir um herói, marque 00.
--

FONTE: COMPA (2018)

Sendo assim, foram analisadas a partir das respectivas variáveis apresentadas um total de 246 notícias nos três principais jornais do país: a Folha de S. Paulo (57), O Estado de S. Paulo (100), e O Globo (89). A partir de tais verificações analíticas, os capítulos seguintes apontam a análise empírica de cada um dos jornais acerca do tema da corrupção durante a cobertura noticiosa do impeachment de Dilma Rousseff.

4.3 ANÁLISE EMPÍRICA: ENQUADRAMENTO DA CORRUPÇÃO NOS JORNAIS FOLHA DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO E O GLOBO



FONTE: COMPA (2018)

O presente gráfico refere-se aos atores que tiveram maior espaço de fala nas notícias. Em primeiro lugar, na Folha de S. Paulo (FSP), os atores que ocuparam mais espaço foram aqueles ligados ao campo judiciário, isto é, ministros, juízes do Supremo Tribunal Federal, membros do Ministério Público Federal, Procuradoria-geral, Polícia Federal, entre outros agentes, os quais estão presentes em 17 matérias (29,82%).

Tendo em vista que o estudo trata da temática corrupção e, por esse motivo, os textos abordam assuntos relacionados aos processos judiciais e questões similares, é normal que o campo judiciário tenha destaque como o ator com mais espaço de fala nas notícias.

Outro fator relevante pode ser observado nas seções políticas, referentes à “Dilma, Lula ou aliados” e “Temer, Cunha ou aliados”, pois ambos os itens aparecem empatados, contabilizando 10 textos (17,54%).

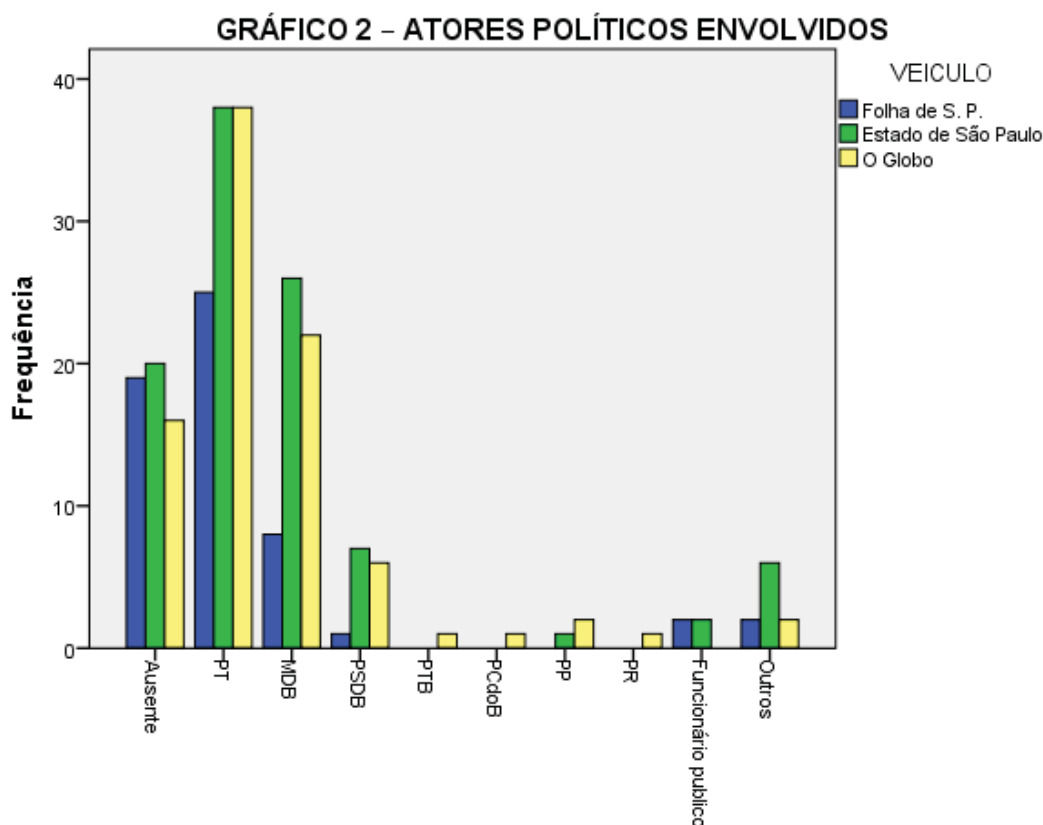
Em seguida, o “Campo econômico”, pertinente aos atores econômicos e empresas, representa apenas 8,77% das notícias. A mesma média foi encontrada na categoria “Sociedade civil”, a qual representa pessoas comuns ou ligadas à organizações, manifestantes, intelectuais e celebridades em geral.

Assim como na FSP, o “Campo judiciário” também se constitui como o ator com maior espaço de fala no jornal O Estado de São Paulo (OESP), marcando presença em 29 textos (29%). Em sequência, a seção “Dilma, Lula ou aliados” e “Temer, Cunha ou aliados” apresentam a mesma proporção, marcando ambos 21% (21 matérias).

Já o campo econômico representa apenas 5% das notícias. Seguido do campo “Sociedade civil”, que contabiliza um total de 4%. A opção “outro” aparece em 5% dos textos, o que corresponde aos atores que não puderam ser incluídos nas outras opções.

Em um primeiro momento, é interessante notar a semelhança entre ambos os periódicos. Os campos de Dilma e Temer possuem a mesma proporção de espaço concedida nas matérias, assim como o Judiciário que também se destaca como o campo com maior espaço de fala.

Do mesmo modo, no jornal O Globo (GLOBO) o “Campo judiciário” ocupa maior espaço de fala em relação aos demais atores, um total de 26 matérias (29%). Se comparado aos outros jornais, o campo político “Temer, Cunha ou aliados” (17%) ocupa mais espaço de fala que “Dilma, Lula ou aliados” (15%). Por fim, o “Campo econômico” possui espaço em 4 notícias e “Sociedade civil” em 6.



FONTE: Elaboração da autora (2019)

A variável “Atores políticos envolvidos com corrupção” trata de políticos ou funcionários públicos denunciados, investigados ou julgados pelos crimes de corrupção. É importante destacar que o gráfico destaca apenas os partidos que marcaram presença nas notícias.

A categoria “Ausente” inclui os atores que não são considerados políticos, ou seja, se trata de atores econômicos, entre outros. Em relação ao jornal Folha de S. Paulo (FSP), os atores políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), em sua maioria Dilma e Lula, são os mais citados como envolvidos com casos de corrupção, o que representa 43% do total de notícias (25).

Em seguida, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) aparece em 08 textos (14%), Michel Temer aparece três vezes. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) aparece uma única vez e Funcionário Público duas vezes. Já o item “Outros” refere-se aos atores que não puderam ser incluídos em uma mesma categoria, sendo mais que um partido. Os outros partidos não foram citados em nenhuma das notícias.

Além de os dados indicarem que os atores do PT foram os indivíduos que mais se destacaram nas notícias, é possível perceber, por meio da leitura realizada, que embora as notícias abordassem outros nomes ligados ao PT, Dilma e Lula são citados mesmo quando não possuem ligação direta com o caso. Além disso, percebe-se que os textos buscam reafirmar qualquer tipo de relação que exista entre o sujeito envolvido com corrupção e a figura de Dilma.

Um dos casos constantemente citado nas notícias e que ilustra a proximidade de atores políticos do PT com a figura de Dilma e Lula se refere à delação premiada do senador Delcídio do Amaral (PT). Um exemplo disso pode ser observado no trecho a seguir, do jornal Folha de S. Paulo.

Ex-líder de Dilma Rousseff no Senado e até ser preso, em novembro, um dos principais articuladores do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS) fechou acordo de delação premiada em que envolve diretamente a presidente e Luiz Inácio Lula da Silva em irregularidades investigadas pela Operação Lava Jato (FOLHA, 04 de mar, 2016, p. A4).

Essa matéria traz uma certa repetição quando se trata da relação entre Delcídio e governo, pois, ao citá-lo como “ex-líder de Dilma” e “um dos principais articuladores do governo”, em um primeiro momento, traz a sensação ao leitor de uma suposta credibilidade, uma vez que fundamenta uma possível relação próxima existente entre os sujeitos citados.

Além disso, a matéria aponta que parte da delação afirma o envolvimento da presidente com o esquema de Pasadena⁴: “Dilma também sabia de esquema de superfaturamento na compra da refinaria de Pasadena (EUA)” (FOLHA, 04 de mar, 2016, p. A4).

Por fim, a notícia menciona as consequências da delação premiada ao processo de impeachment. Com as revelações de Delcídio, a oposição defende que o envolvimento de Dilma deve reforçar os protestos contra ela. Além disso, a oposição afirma que incluirá a delação no pedido de impeachment. Sobre tal situação, o jornal Folha de S. Paulo veiculou o seguinte conteúdo: “A oposição pediu renúncia de Dilma e incluirá a delação no pedido de impeachment que está no Congresso. Líderes de movimentos anti-Dilma avaliam que as revelações devem dar força aos atos de 13 de março” (FOLHA, 04 de mar, 2016, p. A4).

Outro caso frequentemente abordado pela FSP é a prisão do publicitário João Santana e Mônica Moura. Em delação premiada, ambos afirmam que nas eleições presidências de

⁴ Entenda o caso da refinaria da Petrobras em Pasadena (EUA). Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1433096-entenda-o-caso-da-refinaria-da-petrobras-em-pasadena-eua.shtml>> Acesso em: 20 julh. 2019.

Dilma, em 2010, receberam dinheiro de caixa dois. Esse é o único caso em que aparece um ator próximo à campanha de Dilma e que afirma o envolvimento da mesma com casos de corrupção.

De acordo com a delação, após a vitória de Dilma nas eleições de 2010, o PT não pagou todos os gastos da campanha, um total de R\$ 10 milhões. Mônica afirma que tentou resolver a situação com o tesoureiro do partido, João Vaccari Neto. Porém, só em 2013, foi orientada a procurar um empresário com negócios com a Petrobras. Segundo a FSP, Mônica Moura afirmou:

Vaccari me chamou e disse: consegui resolver, achei um empresário que vai colaborar com o partido e pagar essa dívida [...]. Ficou acertado que o débito seria saldado em dez parcelas, em uma conta não declarada no exterior (FOLHA, 22 de jul, 2016, p. 4B).

O texto aponta, ainda, que ambos disseram em delação que teriam mentido para não prejudicar a campanha de Dilma Rousseff e muito menos o seu processo de impeachment.

Tanto Mônica quanto Santana disseram que mentiram em depoimentos no início do ano para não prejudicar Dilma, que à época enfrentava ameaça de impeachment. [...]. Questionado sobre o motivo de só confirmar os pagamentos agora, Santana falou sobre o impeachment de Dilma: ‘Eu raciocinava comigo: eu, que ajudei a eleição dela, não serei a pessoa que vai destruir a Presidência’ (FOLHA, 22 de jul, 2016, p. 4B).

Por fim, a notícia ressalta a relação de Santana com as campanhas do ex-presidente Lula em 2006: “Santana dirigiu o marketing na reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2006, e nas duas vitórias de Dilma (2010 e 2014)” (FOLHA, 22 de jul, 2016, p. 4B).

Assim como na análise anterior, o jornal O Estado de S. Paulo (OESP) também apresenta o Partido dos Trabalhadores, MDB e PSDB como os partidos mais relacionados a casos de corrupção.

No periódico OESP, os atores ligados ao PT são os mais citados como envolvidos em casos de corrupção, o que representa 37% das notícias. O MDB aparece em segundo lugar com 27%. Na alternativa “ausente”, 20 textos não listam nenhum dos atores. O PSDB aparece apenas em 7 matérias. Os atores do Partido Progressista (PP) aparecem pela primeira vez e estão presentes em apenas um dos textos. A opção “Funcionário Público” também é recorrente em duas reportagens.

Por fim, o item “Outros” diz respeito aos atores que não podem ser incluídos na mesma categoria. Nesse caso, trata-se de atores de diferentes partidos ou a classe política de modo geral, o que representa 6%.

De acordo com a matéria “Lava Jato chega a Dilma e fortalece base de Temer”, a presidente teria pedido ao executivo Marcelo Odebrecht uma doação no valor de R\$ 12 milhões para sua campanha, em 2014. As novas revelações acontecem no momento em que a presidente já está afastada do cargo.

[...] em acordo de confidencialidade com a Operação Lava Jato, Odebrecht disse que Dilma pediu pessoalmente uma doação de R\$ 12 milhões para sua campanha eleitoral em 2014. [...] o empreiteiro diz que o então tesoureiro da campanha, Edinho Silva, solicitou o montante, mas Odebrecht se recusou a pagar, o empresário, então, teria procurado Dilma, que teria afirmado: É para pagar (ESTADO DE S. PAULO, 05 de jun, 2016, p. A5).

Além disso, a notícia afirma que o conteúdo da delação terá impactos para a conclusão do processo de impeachment, como aponta o trecho abaixo:

O conteúdo inicial da delação premiada [...] causou impacto na ação do impeachment [...] e deverá fortalecer a base governista na tentativa de acelerar o desfecho do processo. As informações prestadas pelo empreiteiro [...] envolvem diretamente a presidente afastada Dilma Rousseff. [...]. O líder do governo no Senado, Aloysio Nunes (PSDB-SP), defendeu a inclusão das informações [...] como prova no processo de impeachment. Para o tucano, as declarações deverão ajudar a convencer senadores indecisos de que a petista não tem condições de voltar a comandar o País (ESTADO DE S. PAULO, 05 de jun, 2016, p. A5).

Em relação ao envolvimento de Dilma e, portanto, o seu impedimento, Aloysio Nunes (PSDB) ressalta: “É mais um elemento para corroer aquela fimbria de autoridade que ela tinha, disse Aloysio. [...]. Isso contribui para desmoronar aquela imagem virginal que ela e o PT construíram dela e da gestão dela” (ESTADO DE S. PAULO, 05 de jun, 2016, p. A5).

O presidente interino Michel Temer também é citado na matéria, porém, de forma breve. Percebe-se que em uma mesma notícia os dois atores são tratados de formas distintas e com juízos de valor distintos. A matéria toda ressalta o envolvimento de Dilma com casos de corrupção e, portanto, a sua saída. Por outro lado, Temer é citado como se não tivesse importância, como mostra o trecho.

Até anteontem, a estratégia de Dilma e do PT era protelar o impeachment apostando no desgaste do presidente em exercício Michel Temer por conta das revelações do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado [...]. A divulgação das primeiras revelações de Odebrecht, no entanto, ampliaram o fogo sobre Dilma e forneceram munição para o Planalto (ESTADO DE S. PAULO, 05 de jun, 2016, p. A5).

O Partido Progressista (PP) aparece uma única vez quando aponta o envolvimento do ex-tesoureiro do partido João Cláudio Genu. A notícia afirma que ele é um dos mentores do

esquema de corrupção na Petrobras e que ele teria recebido R\$ 6 milhões do esquema ao mesmo tempo em que estava em julgamento pelos crimes cometidos no mensalão. O ex-tesoureiro é acusado por corrupção e formação de organização criminosa.

O jornal O Globo (GLOBO) também configura a mesma característica dos outros jornais. Em 42% (38) do total de notícias os atores políticos ligados ao PT são apontados como envolvidos com casos de corrupção. Em segundo lugar, o MDB aparece em 24% (22) dos textos.

Entre o total de matérias, 17, 9 % (16) não apresentam nenhum ator político envolvido. O PSDB representa apenas 6%. O Partido Progressista (PP) está presente em dois textos. Ao contrário dos outros dois jornais, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido da República (PR) aparecem pela primeira vez como envolvidos com ações corruptas.

Nesta análise, verifica-se que Lula foi apontado como envolvido em casos de corrupção mais vezes que Dilma. Do total de 38 notícias que abordam o envolvimento do PT, seis delas referem-se à Dilma apenas, enquanto doze são sobre Lula, o restante destaca outros atores ou os dois simultaneamente.

Ao contrário dos outros jornais, é interessante notar que Dilma é tratada com um tom menos acusativo aqui, mas isso não significa a falta de críticas em relação à presidente. Percebe-se que as notícias focam mais na descrição e nos detalhes dos acontecimentos. As matérias citam o envolvimento de Dilma, mas também trazem a sua defesa.

A matéria '*Eu não sabia*', versão Dilma relata a delação premiada do ex-marqueteiro do PT João Santana, na qual ele admite o recebimento de pagamento via caixa dois da campanha de Dilma, em 2010.

Um dia depois de o ex-marqueteiro do PT João Santana admitir em depoimento ao juiz Sérgio Moro ter recebido US\$ 4,5 milhões por meio de caixa dois no exterior para saldar uma dívida de campanha de Dilma Rousseff em 2010, a presidente afastada adotou tom cauteloso (GLOBO, 23 de jul, 2016, p. 3A).

A notícia cita que ao ser entrevistada pela rádio Jornal do Commercio, de Pernambuco, Dilma afirmou que não autorizou e não sabia da existência de caixa dois, mas não descartou a possibilidade do pagamento.

Não me preocupa pelo seguinte: porque eu não autorizei pagamento de caixa dois para ninguém. Pelo contrário, na minha campanha eu procurei sempre pagar o valor que eu achava que devia a ele. Se houve pagamento no caixa dois, não foi com o meu conhecimento – disse Dilma (GLOBO, 23 de jul, 2016, p. 3A).

A matéria cita a relação entre Dilma e Santana de forma menos acusativa, mas, ainda assim, discorre a respeito da proximidade entre os atores: “Desde sua primeira campanha presidencial, Dilma cultivou com Santana e a mulher dele, Mônica Moura, que também negocia delação premiada, uma relação de grande proximidade” (GLOBO, 23 de jul, 2016, p. 3A).

Em deleção, Santana afirmou ter mentido para não prejudicar a presidente, que passava por processo de impeachment. Além disso, o casal afirma que não sabia se o dinheiro era ilegal. No entanto, o jornalista traz o depoimento de confirmação de uma terceira pessoa, reafirmando o envolvimento de Dilma, como destacado no trecho a seguir.

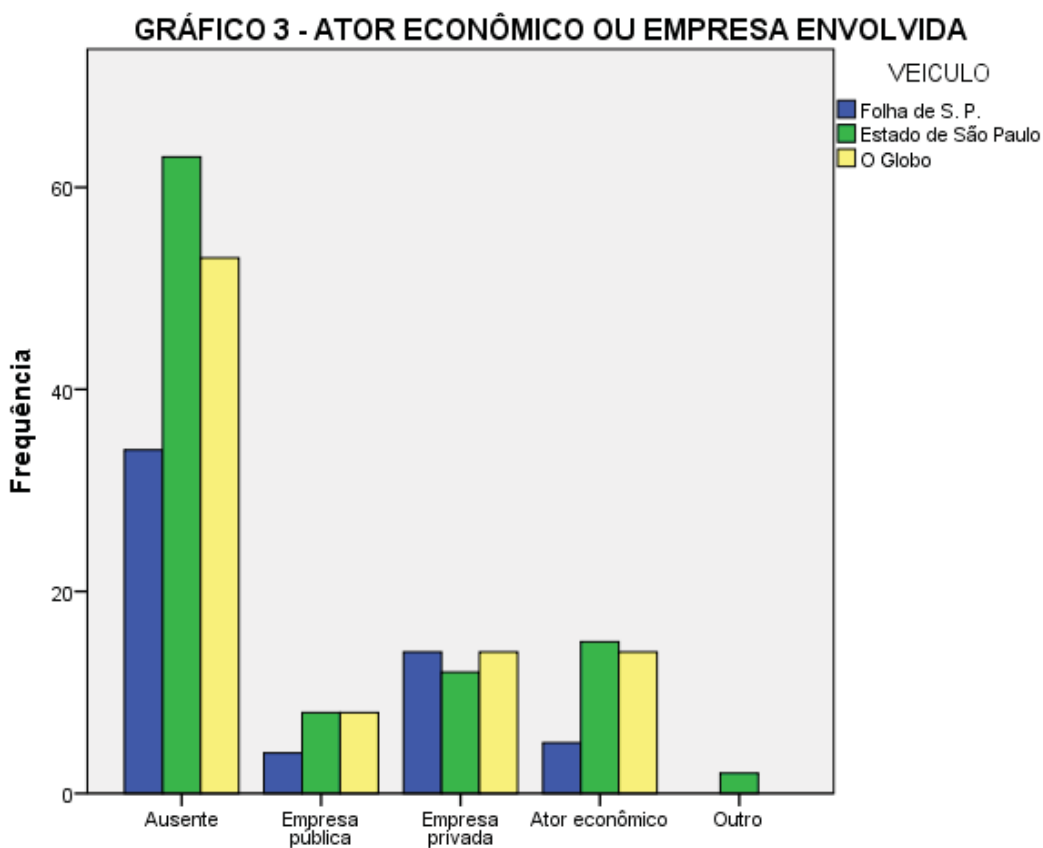
João Santana afirmou [...] ter omitido o caixa dois ao ser preso pela Polícia Federal para não ‘destruir a presidente’, que enfrentava, na ocasião, o início do processo de impeachment. [...]. No depoimento, Santana e Mônica negaram saber se o dinheiro tinha como origem propina de contratos da Petrobras, o que foi admitido apenas pelo operador Zwi Skornicki, que representava o estaleiro Keppel Fels. [...]. “– Esse pagamento foi referente a uma dívida de campanha que o PT ficou devendo [...] da primeira campanha da presidente Dilma. Ficou uma dívida de quase R\$ 10 milhões de reais, que não foi paga, foi protelada. Cobrei muito, eu fiquei com muitas dívidas”. [...]. Depois de dois anos de luta conversei com o Vaccari (tesoureiro do PT), que era quem acertava comigo os pagamentos de campanha, e ele me mandou procurar um empresário que queria colaborar – disse Mônica. [...]. Skornicki, porém, admitiu que o depósito feito a Santana era dinheiro de propina. Ele também prestou depoimento a Moro e confirmou ter pago propina em todos os contratos firmados pela Keppel com a Petrobras (GLOBO, 23 jul. 2016, p. 3A).

Em relação a Lula, também se percebe um tom mais cauteloso, porém crítico. Além disso, nota-se que as matérias trazem detalhes dos acontecimentos, dados referentes a valores, focando mais na informação dos casos investigados ou denunciados, como mostra o trecho abaixo:

A Odebrecht foi a empresa que mais contribuiu com doações ao Instituto Lula e pagou por palestras do ex-presidente entre 2011 e 2014. No total, foram R\$ 7,678 milhões, dos quais R\$ 4,6 milhões foram destinados ao instituto e R\$ 3,013 para pagamentos à LILS Palestras e Eventos, a empresa do ex-presidente. Na sequência estão Camargo Corrêa, com R\$ 6,757 milhões; Andrade Gutierrez, com R\$ 4,934 milhões; Queiroz Galvão (R\$ 4,216 milhões) e OAS (R\$ 3,917 milhões). [...]. Os procuradores afirmam que Lula recebeu 36% do lucro distribuído pela LILS durante os quatro anos de atividade da empresa. A maior retirada foi feita em 2014, no valor de R\$ 5,67 milhões. Paulo Okamoto, presidente do instituto, é sócio minoritário da empresa e sua retirada em 2014 foi de R\$ 333 mil. O Instituto Lula informou que todas as palestras feitas pelo ex-presidente foram realizadas e que foram emitidas notas fiscais. O Instituto acrescentou ainda que pagou os impostos de acordo com a legislação do país e que não há nenhuma ilegalidade no recebimento pelas palestras. O MPF já notificou as empresas que contratam palestras do ex-presidente a apresentarem comprovantes de realização dos eventos (GLOBO, 06 mar. 2016, p. 4).

Ao contrário dos outros atores, há poucas matérias que apontam o envolvimento específico de Michel Temer. Em geral, se tratam de outros atores do MDB e a relação de Temer com os envolvidos é brevemente citada.

A delação do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado não se resume a gravações de conversas que teve com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), com o ex-presidente José Sarney (PMDB-AP) e com o ex-ministro do Planejamento Romero Jucá (PMDB-RR). [...]. Numa série de depoimentos prestados à Procuradoria-Geral da República, Machado falou sobre a arrecadação de dinheiro de origem ilegal para políticos aliados, entre eles Renan, Jucá e Sarney, segundo disse ao GLOBO uma fonte que acompanha o caso de perto. [...]. Parte das gravações de conversas de Machado, divulgadas pela “Folha de S. Paulo”, já derrubou Jucá do Planejamento. Até então, o ex-ministro era o aliado mais próximo do presidente interino, Michel Temer (GLOBO, 26 de mai, 2016, p. 4A).



FONTE: Elaboração da autora (2019)

A variável “Ator econômico ou empresas envolvidas com corrupção” busca verificar a que tipo de natureza pertencem às empresas envolvidas com corrupção. As categorias foram divididas entre: empresa pública (Petrobras, BNDES entre outras), empresa privada (Odebrecht, grupo J&F, grupo EBX, UTC Engenharia, Galvão Engenharia, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, OAS, entre outras) e ator econômico (empresários).

As empresas mencionadas dizem respeito a construtoras envolvidas no esquema de facilitação de contratos na Petrobras. As empresas criaram uma espécie de clube das empreiteiras⁵, aliada à diretoria da estatal, com o objetivo de fraudar as licitações e, assim, obter vantagens entre as empresas participantes do clube. Entre elas: Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, UTC Engenharia e outras.

A variável “Ausente” representa todos os sujeitos que não foram enquadrados nesta categoria, sendo eles considerados atores políticos. No jornal Folha de S. Paulo (FSP), a opção “Empresa pública” está presente em 4 textos noticiosos (7%), sendo dois deles referentes à Petrobras.

Em seguida, a seção “Empresa privada” apresenta matérias que citaram apenas o nome da empresa sem atribuir responsabilidades aos indivíduos específicos, o qual aparece em 14 notícias (24,56%). As empresas privadas que mais se destacam como envolvidas com casos de corrupção são: Odebrecht (5) e Andrade Gutierrez (3).

Já o item “Ator econômico” representa os empresários que foram citados enquanto sujeitos e não como empresa, totalizando 5 textos (8,77%). No entanto, isso não exclui a relação desses sujeitos com a variável “Empresa privada”, pois se trata, em sua maioria, dos próprios proprietários das respectivas empresas. João Santana, publicitário responsável pelas campanhas presidenciais de Dilma Rousseff e Lula, foi o ator mais citado.

As matérias que destacam os atores econômicos ou empresas, geralmente, abordam situações de delação premiada acompanhada de afirmações que apontam o envolvimento de atores políticos em esquemas de corrupção, como será explicado a seguir. De acordo com a matéria “Odebrecht liga Mantega e Palocci a lista de propinas”, a Polícia Federal descobriu várias planilhas com valores e codinomes para quem eram destinados os subornos. Entre os codinomes, a PF interpretou que alguns deles seriam dos ex-ministros Antonio Palocci e Guido Mantega.

⁵ Jornal Nacional. Delatores contam em detalhes como funcionava o “clube das empreiteiras” Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/04/delatores-contam-em-detalhes-como-funcionava-o-clube-das-empiteiras.html>> Acesso em: 07 fev. 2019.

Quando descobriu que a Odebrecht tinha um departamento especializado em pagar propinas, a Polícia Federal encontrou uma mina de provas, materializadas em planilhas com valores, e alguns enigmas, já que os agraciados eram tratados por codinomes. [...] Um desses codinomes, ‘Italiano’, foi interpretado pela PF como sendo o ex-ministro Antonio Palocci, mas quem seria um certo ‘Pós italiano’, citado também em anotações de Marcelo Odebrecht? [...] é o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega [...] (FOLHA, 05 de jun, 2016, p. 4B).

A matéria ainda cita a relação entre os dois ex-ministros com os governos do PT: “Palocci e Mantega foram ministros da Fazenda nos governos de Lula e Dilma, respectivamente. Com Dilma, Palocci chegou a ocupar o segundo posto do governo, ao chefiar a Casa Civil” (FOLHA, 05 de jun, 2016, p. 4B).

Em delação premiada, a secretária da Odebrecht responsável pelas planilhas, Maria Lucia Tavares, afirmou que os valores eram repassados por meio de caixa dois para as campanhas do PT e para João Santana, marqueteiro das campanhas. Em seguida, a notícia cita que Santana foi responsável pelas campanhas de Dilma Rousseff, Lula e Fernando Haddad, reafirmando a relação dos envolvidos com o governo. A secretária da Odebrecht, Maria Lucia Tavares, afirmou em delação:

Depois de ser presa em fevereiro, ela firmou acordo de delação premiada com a Justiça passando a fornecer detalhes [...]. Os valores seriam repasses para campanha do PT e também para o marqueteiro João Santana [...]. Santana atuou nas campanhas de reeleição de Lula em 2006, nas duas disputas de Dilma Rousseff, em 2010 e 2014, e no pleito do prefeito de São Paulo Fernando Haddad em 2012 (FOLHA, 05 de junh, 2016, p. 4B).

Pode-se perceber que ao longo do texto, a notícia aponta repetidas vezes a relação entre os envolvidos e Dilma, Lula, assim como o partido que eles representam. Essa característica pode ser observada se não em todas as notícias, em sua maioria. Além disso, é interessante observar que as empresas e atores econômicos foram menos citados se comparado aos atores políticos do PT, restringindo a corrupção ao âmbito político.

Em relação ao periódico O Estado de S. Paulo (OESP), a categoria “Ator econômico” está presente em 15% das notícias (15 matérias), entre eles estão os empresários: Leo Pinheiro, João Santana entre outros.

Em seguida, a “Empresa privada” está presente em 12% (12) dos textos e conta com as empresas: UTC, Odebrecht, Grupo Bellini, Andrade Gutierrez, Consist Software, Grupo Libra, OAS entre outros. A opção “Empresa pública” aparece em 8% (8) das notícias. Por fim, a opção “outro” se refere a várias empresas que não puderam ser incluídas na mesma categoria.

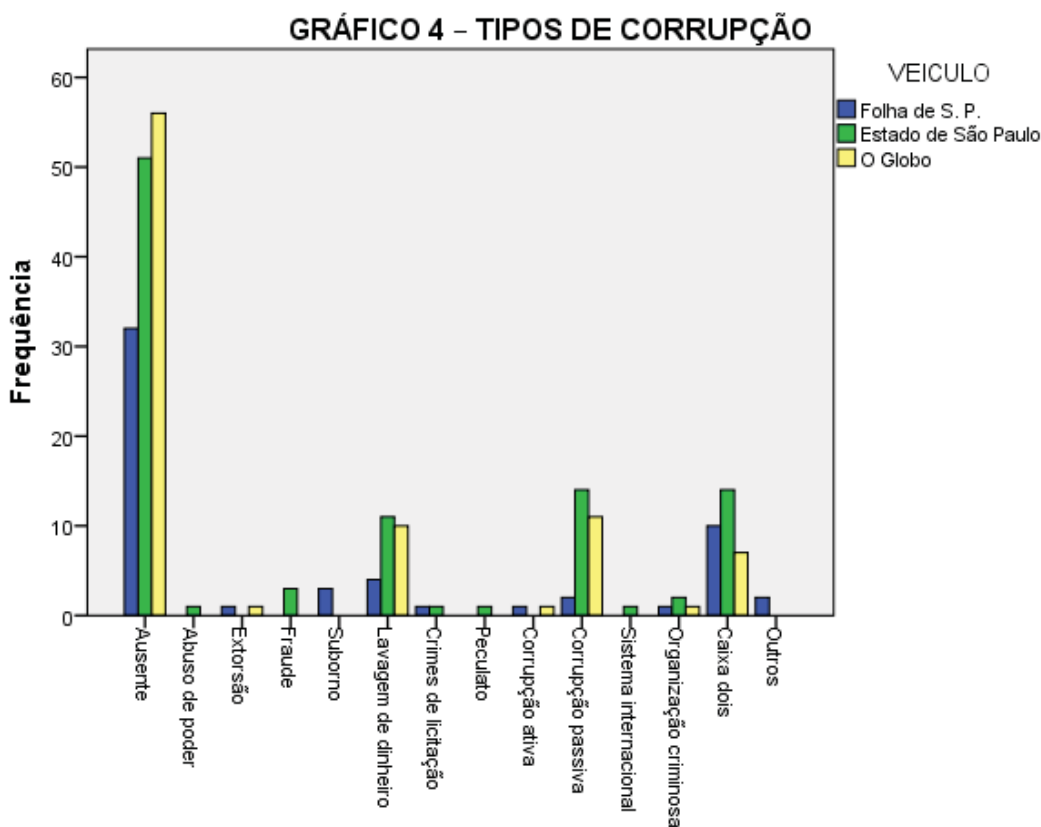
Pode-se observar que o número de empresas e atores econômicos são bem menores se comparado aos atores políticos. Assim como na análise da FSP, no jornal OESP as notícias que destacam os atores econômicos ou empresas privadas e públicas se referem a delações premiadas, mensagens divulgadas que afirmam o envolvimento de atores políticos com empresas entre outros tópicos. Um dos exemplos diz respeito à delação premiada do ex-presidente da OAS, Léo Pinheiro, na qual o executivo indica o envolvimento de Jaques Wagner um dos aliados da presidente Dilma.

O governo tenta apressar o lançamento de medidas de estímulo à economia para tirar o foco das denúncias contra o ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, e dos desdobramentos da Operação Lava Jato. [...]. A divulgação de mensagens interceptadas por investigadores da Lava Jato, reveladas pelo Estado, indicaram a proximidade de Wagner com o ex-presidente da empreiteira OAS [...], conhecido como Léo Pinheiro, um dos condenados por participação no esquema de corrupção da Petrobras (O ESTADO DE S. PAULO, 11 de jan, 2016, p. A4).

No jornal O Globo (GLOBO), o “Ator econômico” está presente em 15% das notícias (14), entre os quais se destacam: João Santana, Leo Pinheiro, Marcelo Odebrecht, Jose Carlos Bumlai, Eike Batista e outros. A categoria “Empresa privada” também marca presença em 15% das matérias analisadas. Por fim, o item “Empresa pública” conta com 8 aparições, entre as quais estão, em sua maioria, a Petrobras.

Assim como nos outros dois jornais, as empresas envolvidas e atores econômicos representam as notícias que destacam assuntos referentes a delações premiadas, vazamento de informações, dados sobre doações ilegais, entre outros aspectos.

É interessante destacar novamente a desproporção no que se refere ao envolvimento entre atores políticos e econômicos, além da semelhança dos dados encontrados entre os três periódicos. Ainda que os esquemas de corrupção deflagrados pela Operação Lava Jato incluam tanto empresas privadas quanto atores econômicos, é nítido o desequilíbrio existente no tratamento entre as esferas pública e privada e o entendimento sobre a corrupção como um fenômeno inerente à esfera política.



FONTE: Elaboração da autora (2019)

O gráfico acima apresenta os tipos mais comuns de corrupção citados nas notícias que abordam a temática da corrupção, totalizando em 14 tipos. Na maioria dos casos, o número de tipos presentes na notícia será maior que um, no entanto, a variável é denominada com base no tópico que mais se destaca. Como pode ser visto, mais da metade das notícias aparecem como ausente, pois não especificam o tipo de ilegalidade cometida, mesmo tratando de denúncias seguidas de acusações, ou abordam, ainda, outros assuntos relacionados à corrupção.

Na Folha de S. Paulo (FSP), o tipo “Caixa dois” (dinheiro desviado, não contabilizado e não declarado a órgãos de fiscalização) é o mais citado e está presente em 11 textos (19%). Em seguida, o tipo “Lavagem de dinheiro” (prática que esconde a origem de recursos ilícitos e o faz parecer legítimos ou, ainda, que apresenta a sua origem como algo de difícil localização ou prova) se destaca em 4 textos (7%). Já a variável “Suborno” (ação de induzir alguém a fazer alguma coisa em troca de dinheiro, bens materiais ou outros benefícios para si próprio) representa apenas 5% das notícias, totalizando 3 textos. Os “Crimes de licitação” (dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes a dispensa ou a inexigibilidade) e “Corrupção ativa” (oferecer ou prometer

vantagem indevida a funcionário público para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício) estão presentes em duas notícias (3%). Por fim, a “Organização criminosa” (associação de pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza) representa apenas um texto.

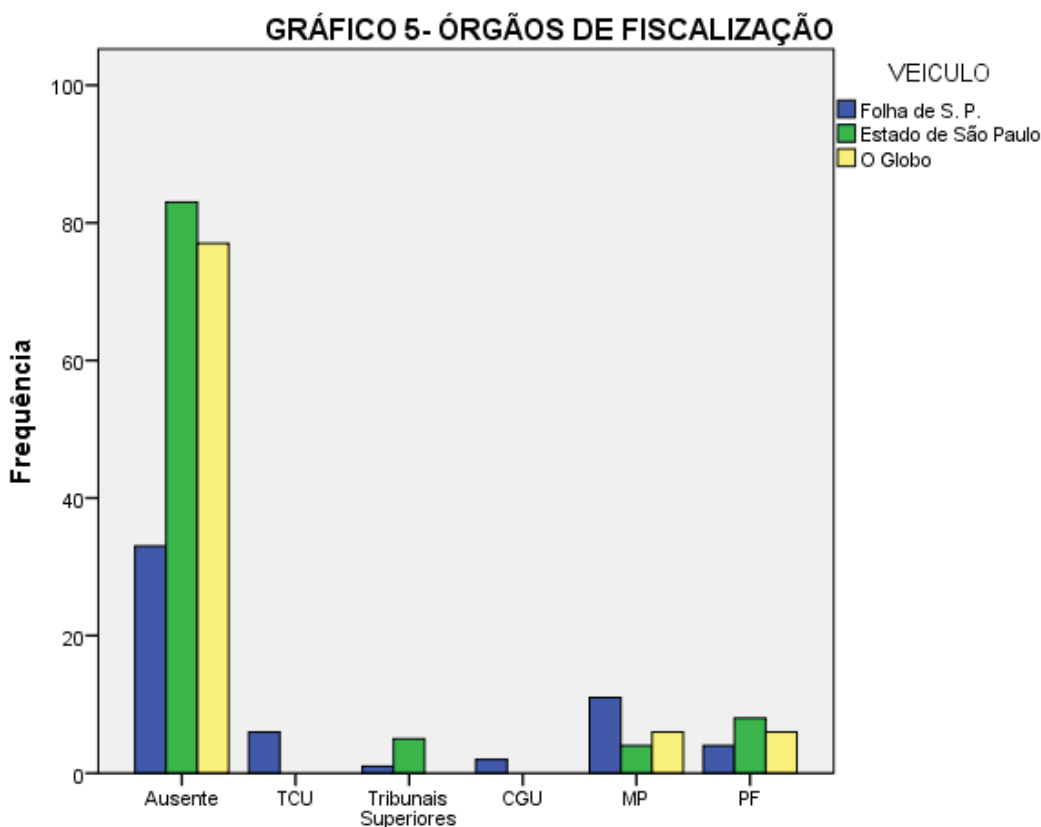
No periódico O Estado de S. Paulo (OESP), entre os tipos mais comuns de corrupção, os que mais se destacam nesta análise são “Caixa dois” (dinheiro desviado, não contabilizado e não declarado a órgãos de fiscalização) e “Corrupção passiva” (ato de solicitar ou receber, para si ou para outra pessoa vantagem indevida), ambos marcam a mesma proporção e estão presentes em 14% dos textos (que equivale a 14 reportagens).

A opção “Lavagem de dinheiro” aparece em 11% das notícias. Os outros itens também aparecem, porém, com pouco destaque em relação as demais opções, como por exemplo, Fraude (3), Abuso de poder (1), Crimes de Licitação (1), Peculato (1), Organização criminosa (1) e Crimes contra o sistema internacional (1). Além disso, metade das matérias não nomeiam ou pouco detalham qual ilegalidade foi cometida ou tratam de outros assuntos relacionados à corrupção.

No jornal o Globo (GLOBO), percebe-se que quase 63% (56) das notícias não nomeiam um tipo de ilegalidade, mesmo quando abordam assuntos referentes à corrupção ou trazem outros aspectos relacionados ao assunto.

Do total de matérias, apenas 37%, o que equivale a 33 delas, nomeiam o tipo de corrupção. As categorias que se destacam são: lavagem de dinheiro (10), corrupção passiva (11) e caixa dois (7). Os casos de extorsão, corrupção ativa e organização criminosa aparecem uma vez. Nesse caso, a categoria “Outro” se refere ao crime de tráfico de influência.

Ao observar o gráfico percebe-se a semelhança entre os jornais no que diz respeito aos casos de corrupção citados pelas notícias, entre os quais estão: lavagem de dinheiro, corrupção passiva e caixa dois. Outra característica muito recorrente nas matérias é a não nomeação do tipo de ilegalidade cometida.



FONTE: Elaboração da autora (2019)

O gráfico acima mostra alguns dos principais órgãos de fiscalização no combate à corrupção no Brasil. Nesta variável, verifica-se os órgãos que foram utilizados como fonte nas matérias sobre corrupção, e não meramente citados, sendo eles: O Tribunal de Contas da União (TCU), responsável pelo controle externo de contas; os Tribunais Superiores (Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral); a Controladoria-Geral da União (CGU), responsável, por exemplo, pelo controle interno, prevenção e combate à corrupção; o Ministério Público (MP), que atua na defesa da ordem jurídica do Estado brasileiro, tais como os crimes de desvio de dinheiro, crimes políticos, entre outros; a Polícia Federal (PF) é um dos principais órgãos no combate à corrupção, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) atuante na proteção contra a lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo e, por fim, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que atua na prevenção de abusos econômicos.

O gráfico acima evidencia, também, que mais da metade das notícias não utilizou nenhum dos órgãos de fiscalização como fonte ou os citou brevemente. Vale ressaltar que isso

não significa que o jornal não tenha citado os órgãos acima, mas, sim, de forma breve, sem dar voz aos órgãos fiscalizadores.

Em relação à FSP, o MP aparece como fonte em 11 textos (19%). Logo depois, o TCU é mencionado em 6 notícias (10%). Em terceiro lugar aparece, a PF, citada em apenas 3 textos (5%). A CGU, por sua vez, está presente em 2 notícias. Por fim, observa-se que a variável “Tribunais Superiores” aparece apenas uma vez.

No que se refere ao jornal OESP, percebe-se, também, que a maioria das notícias não utilizou nenhum dos órgãos de fiscalização como fonte de informações ou os citou de modo superficial, brevemente, representando cerca de 83% dos textos.

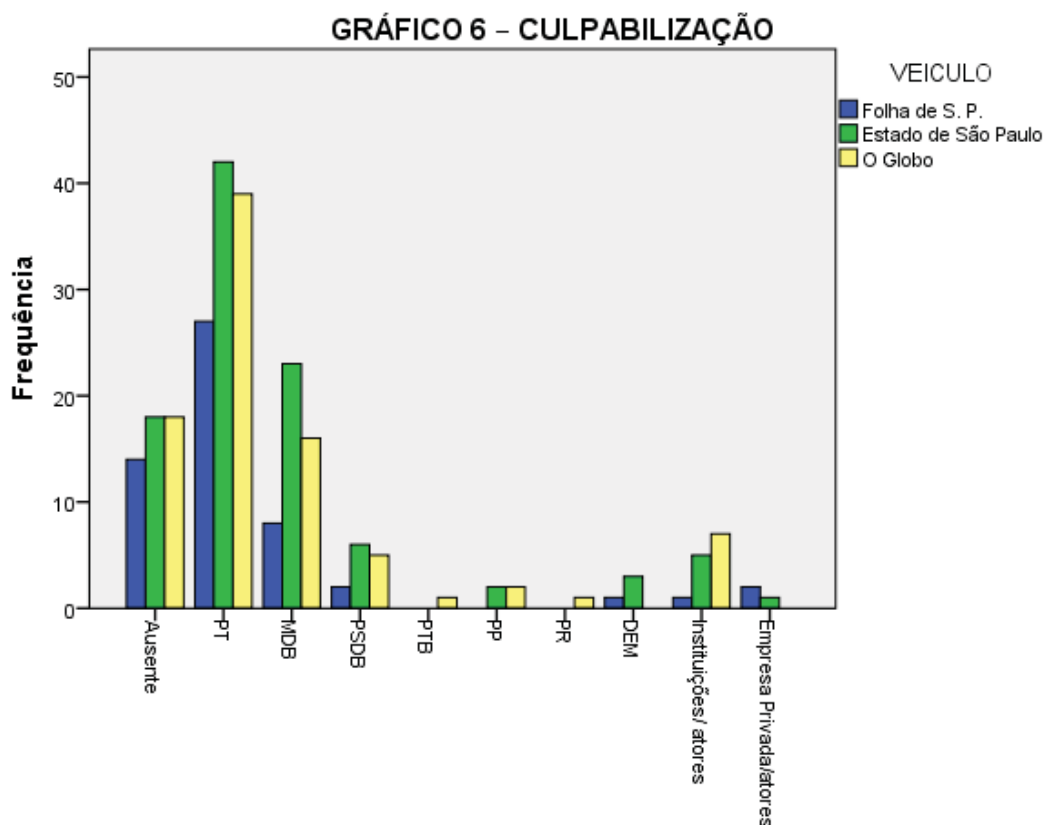
Em segundo lugar, observa-se que a PF é usada como fonte em apenas 8 notícias, já os Tribunais Superiores marcam presença em 5 matérias e o MP aparece em 4 textos.

Além disso, percebe-se que há um certo desequilíbrio nas fontes utilizadas pelo Estado de S. Paulo, com maior proporção para a opção ausente. O jornal utilizou apenas os Tribunais Superiores, MP e PF como fontes.

Em geral, os órgãos de fiscalização são usados, principalmente, como fontes em situações de descrição dos valores desviados, funcionamento dos esquemas e conteúdos de delações.

No Jornal GLOBO, pode-se observar, novamente, que quase todas as notícias (86%) não utilizaram como fonte de informações nenhum dos órgãos de fiscalização.

Os outros 14% dos conteúdos destacam o MP e a PF como fontes. O MP atua na defesa da ordem jurídica do Estado brasileiro, tais como os crimes de desvio de dinheiro, crimes políticos. Nota-se, também, que a PF é mencionada como um dos principais órgãos no combate à corrupção.



FONTE: Elaboração da autora (2019)

A variável “Culpabilização” busca verificar, por meio da seleção de fontes ou falas apresentadas pelo próprio jornalista, quais atores são responsabilizados pelos casos de corrupção. Entre as opções estão: atores políticos, empresa pública e privada ou atores econômicos, instituições políticas ou classe política, cultura do país e outros.

De acordo com o gráfico, na FSP os atores relacionados ao PT foram considerados em 47% das notícias culpados pelos casos de corrupção, o que representa 27 textos. Na opção “ausente”, 24% dos textos não responsabilizaram nenhum indivíduo. O MDB aparece em 8 textos (14%), menos da metade se comparado ao PT. Ao contrário de Dilma e aliados, Temer quase não aparece como culpado. Posteriormente, as “Instituições políticas/classe política” representam 7% (4 textos), mais que o dobro do PSDB que está em apenas 3% (2 textos).

Pode-se perceber que os atores do PT além de serem os mais citados como envolvidos com corrupção (43%), também são os mais culpabilizados, ao contrário dos outros atores.

Um dos exemplos é a delação premiada do presidente afastado da empreiteira Andrade Gutierrez, Ótávio Azevedo, na qual o executivo afirma o repasse ilegal feito à campanha de Dilma, em 2010:

A empreiteira Andrade Gutierrez afirma ter pago R\$ 6 milhões para um fornecedor da campanha de Dilma Rousseff à Presidência em 2010. [...] O repasse foi feito de forma ilegal, por meio de contrato fictício de prestação de serviço com a agência de comunicação Pepper, que atendia o PT (FOLHA, 02 de mar, 2016, p. A4).

A matéria ainda afirma que é a primeira vez que um delator admite o envolvimento de Dilma Rousseff:

Ele é um dos executivos ligados à segunda maior construtora do Brasil que decidiram aderir à delação. Esta é a primeira vez na Operação Lava Jato que alguém admite repasse ilegal para uma campanha de Dilma (FOLHA, 02 de mar, 2016, p. A4).

Além disso, a delação traz outras revelações quanto às irregularidades cometidas durante o governo da presidente:

Além de informações sobre a campanha de 2010, [...] inclui ainda revelações sobre irregularidades cometidas nas obras da usina nuclear de Angra 3, da hidrelétrica de Belo Monte, na Petrobras e em três estádios da Copa do Mundo (Arena Amazonas, Maracanã e Mané Garrincha, em Brasília (FOLHA, 02 de mar, 2016, p. A4).

No final da matéria, o jornalista aponta brevemente que a propina era destinada tanto para o PT quanto para o MDB, no entanto, em nenhum momento do texto é citado o nome de algum ator político do MDB. Nesse sentido, percebe-se certa personalização da culpa voltada ao PT. Sobre tal situação, o delator Ótávio Azevedo aponta:

Segundo o que os delatores disseram ao Ministério Público, a propina nesses casos iria para o PT e para o PMDB na forma já revelada pela Lava Jato: doações eleitorais legais, mas com a origem dos recursos em acordos irregulares envolvendo obras públicas (FOLHA, 02 de mar, 2016, p. A4).

A matéria cita também que a nova delação pode trazer problemas em relação ao processo de impeachment de Dilma:

[...] a revelação chega em hora péssima para o Planalto, com a anunciada saída de José Eduardo Cardozo do Ministério da Justiça. Ele [...] assumia a linha de frente de defesa de Dilma quando suspeitas oriundas da Lava Jato chegavam perto do Planalto (FOLHA, 02 de mar, 2016, p. A4).

Como observado, o PT além de ser apontado como o ator mais envolvido com casos de corrupção é, por sua vez, o partido mais culpabilizado pelos acontecimentos. Além disso, destaca-se a personalização de culpados, ou seja, por mais que a matéria apresente outros

envolvidos além do PT, os atores principais, das bases governistas, acabam sendo mais culpabilizados que outros.

Assim como a FSP, no jornal OESP os atores ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT) são os mais responsabilizados quando comparado aos demais, situação presente em 42% das notícias (42). Em segundo lugar, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) é mencionado em 23% (23 matérias). Em terceiro, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) está presente em apenas 6 textos. Posteriormente, o Partido Progressista (PP) é culpabilizado em duas matérias. Por fim, as instituições políticas ou classe política são destaques em cinco textos e o Democratas (DEM) em três. Do total de 100 notícias, 18 textos não apontam nenhum culpado.

Em relação à culpabilização do PT, um dos exemplos citados é a delação premiada dos executivos da empreiteira Andrade Gutierrez, na qual dois nomes próximos à Dilma Rousseff são citados, os ex-ministros da Casa Civil Antonio Palocci e Erenice Guerra.

Segundo a delação, ambos teriam participado do esquema de corrupção na obra da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. O pagamento no valor de R\$ 150 milhões teria sido destinado ao PT e MDB. A matéria afirma que Palocci era coordenador da campanha de Dilma em 2010 e que Guerra seria o “braço direito” da presidente. De acordo com a matéria *Planalto prevê ofensiva de Moro durante votações*, veiculada pelo jornal O Estado de S. Paulo, os executivos afirmam que as campanhas à presidência, em 2010 e 2014, receberam recursos originados de contratos superfaturados:

Segundo a delação premiada dos executivos da empreiteira Andrade Gutierrez que veio à tona esta semana, Palocci e Erenice teriam ajudado a estruturar o esquema de propina na obra da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Os empresários apontaram um pagamento de cerca de R\$ 150 milhões em propina. O valor seria referente a um acerto de 1% sobre contratos. O dinheiro teria como destino o PT e o PMDB e agentes públicos ligados aos dois partidos. Palocci foi coordenador da campanha de Dilma em 2010. Erenice, por sua vez, era braço direito da presidente e assumiu a Casa Civil quando Dilma deixou o ministério para se candidatar à Presidência pela primeira vez. Os empresários da Andrade também afirmaram que o dinheiro doado legalmente às campanhas de Dilma em 2010 e 2014 teve origem em contratos superfaturados que foram fechados com empresas estatais, como a Petrobras (ESTADO DE S. PAULO, 09 de abri, 2016, p. 5).

É interessante destacar algumas características presentes na matéria em questão e em boa parte das notícias: 1) o vazamento de delações premiadas e a investigação sobre atores próximos à Dilma causam insegurança à base governista, pois os atores ligados ao governo acreditam que

isto pode ser utilizado de forma a dar força ao processo de impeachment, como destacado no trecho a seguir:

Interlocutores da presidente Dilma Rousseff apostam que o cenário político será mais uma vez embaralhado na próxima semana por causa de novas revelações da Operação Lava Jato. Entre os ocupantes do Palácio do Planalto há a certeza de que o juiz Sérgio Moro, responsável pelas investigações sobre o escândalo da Petrobras na primeira instância, prepara uma ofensiva para atingir o governo na semana em que o impeachment deve ser votado no plenário da Câmara [...]. Apesar de rebater a acusação, integrantes do Planalto admitem que o conteúdo da delação reverteu o clima favorável à Dilma na Câmara. No início da semana, o governo contava 200 votos contra o impeachment. Hoje esse número estaria em 180. Para os próximos dias, a ideia do governo vai ser tentar criar uma “vacina” para proteger a presidente de novas revelações negativas que envolvam o seu nome (ESTADO DE S. PAULO, 09 de abri, 2016, p. 5).

Além disso, 2) a notícia cita, também, o envolvimento do MDB, no entanto, de forma superficial; 3) há a presença de repetição em relação a proximidade dos atores quando se trata de atores envolvidos com corrupção e próximos à Dilma, como por exemplo:

Além do vazamento de delações premiadas, há o temor de que Moro deflagre uma nova fase da operação e decrete a prisão de dois nomes que já tiveram bastante proximidade com a presidente: os ex-ministros da Casa Civil Antonio Palocci e Erenice Guerra. [...]. Palocci foi coordenador da campanha de Dilma em 2010. Erenice, por sua vez, era braço direito da presidente [...] (ESTADO DE S. PAULO, 09 de abri, 2016, p. 5)

E, por fim, 4) a notícia traz outros elementos acusativos que reafirmam a responsabilidade de Dilma ou aliados, como mostra a afirmação dos executivos em relação a doação às campanhas de Dilma, em 2010 e 2014:

Os empresários da Andrade também afirmaram que o dinheiro doado legalmente às campanhas de Dilma em 2010 e 2014 teve origem em contratos superfaturados que foram fechados com empresas estatais, como a Petrobras (ESTADO DE S. PAULO, 09 de abri, 2016, p. 5).

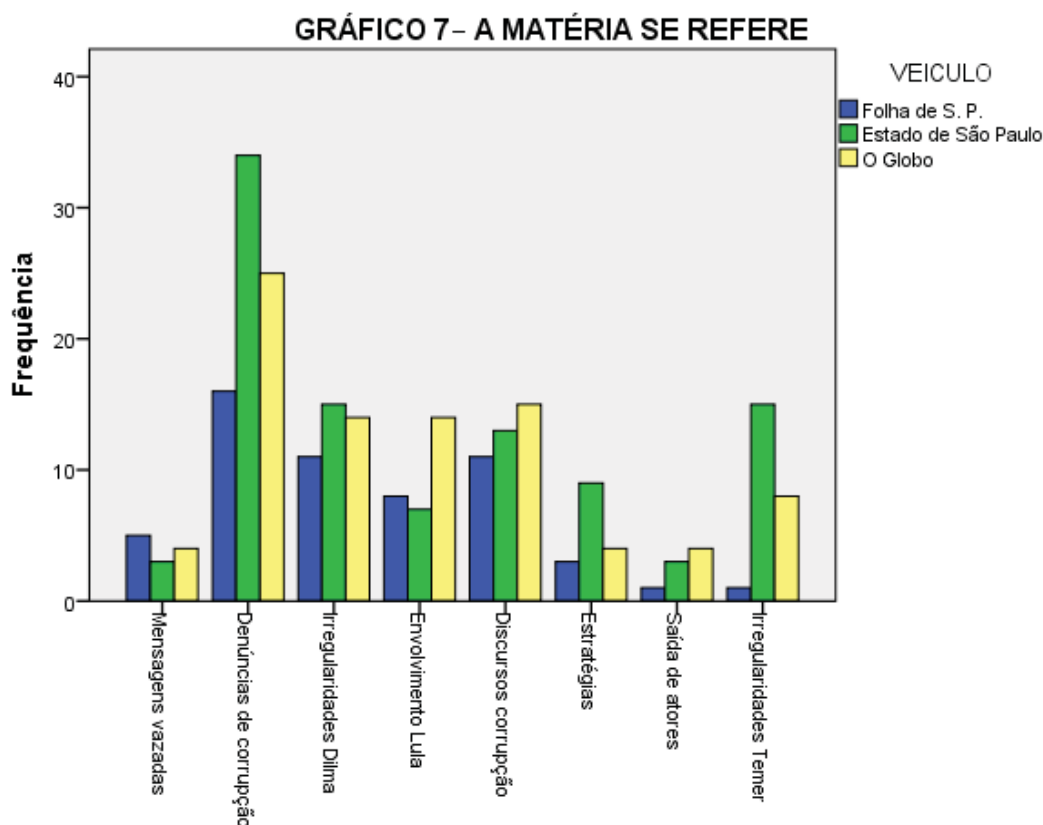
Assim como nos outros jornais, o GLOBO aponta que os atores do PT são os mais responsabilizados pelos casos, os quais estão presentes em 42% das matérias (38). Do total de notícias analisadas, 19% não apontam nenhum culpado (17).

O MDB é responsabilizado em 17, 9% das notícias (16) e o PSDB aparece apenas em 5 notícias. As “Instituições políticas/classe política” se destacam em sete. O PP está presente em dois textos. O PTB e o PR são considerados culpados uma vez.

Outro caso frequentemente citado pelos jornais e que trata do suposto envolvimento de Dilma é a delação premiada de Marcelo Odebrecht, na qual o executivo relata que a campanha presidencial recebeu doações ilegais, como mostra a seguir.

Em uma tentativa de fazer acordo de delação premiada com a Lava Jato, o executivo Marcelo Odebrecht teria relatado a procuradoria que o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega e o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, cobravam doações para a campanha de Dilma Rousseff em 2014. [...]. A suposta participação ativa de Mantega na estrutura de arrecadação de recursos para a campanha presidencial de Dilma também foi revelada por outra investigada da Lava Jato, Monica Moura, mulher e sócia do marqueteiro João Santana. [...] Mônica contou que o ex-ministro teria intermediado o pagamento de caixa dois para a campanha de 2014. Ela disse que ele indicou, mais de uma vez, executivos de empresas que deveriam ser procurados para ela receber contribuições em dinheiro, que não passaram por contas oficiais do PT (O GLOBO, 08 de mai, 2016, p 11A).

Nota-se, mais uma vez, que os atores do PT são mais culpabilizados em comparação com os outros atores. Além disso, há um certo padrão nos casos abordados pelos três jornais.



FONTE: Elaboração da autora (2019)

Esta categoria se refere aos principais assuntos abordados pelos jornais. Na FSP, a variável com mais destaque está relacionada a “Denúncias de corrupção/investigações/colaboração premiada”, a qual está presente em 28% dos textos (16).

Em segundo lugar, as opções “Irregularidades Dilma/Declarações de atores contra Dilma Rousseff” e “Discursos corrupção” aparecem juntos, contabilizando 19% cada (11 matérias). A opção “Mensagens vazadas sobre supostas negociações” aparece 5 vezes (8%), seguida de “Estratégias ou negociações para amenizar os impactos das investigações ou da pena” com 3 textos (5%).

Por fim, “Suposto envolvimento do ex-presidente Lula” se refere às matérias que abordaram, especificamente, o ex-presidente, o qual está presente em 8 notícias (14%). As categorias “A saída/ prisão/ afastamento de atores políticos ou funcionários do governo ou oposição”, “Irregularidades no governo Temer ou aliados” e “Outro” aparecem somente em uma notícia.

Considerando as últimas análises, pode-se observar que a maioria das notícias tratam de assuntos relacionados ao governo e seus aliados. O ex-presidente Lula, por exemplo, possuiu

destaque em boa parte das notícias, principalmente aquelas que se referem ao caso tríplex. Um dos exemplos se trata da matéria “Mulher de Lula é VIP em planilha de tríplex”, que aponta diversos elementos que acusam o envolvimento de Lula com a empreiteira OAS:

A empreiteira OAS repete desde o ano passado que o ex-presidente Lula e sua mulher não tiveram tratamento privilegiado no caso do tríplex reservado para o casal em Guarujá (SP), mas um documento apreendido pela Polícia Federal na construtora coloca em xeque essa versão. Marisa Letícia, a mulher de Lula, aparece numa planilha como cliente VIP [...]. Ela é a única citada por iniciais na planilha. Na linha sobre a unidade 141, está escrito “M.L.L.S”, de Marisa Letícia Lula da Silva. Apesar de a empreiteira negar tratamento privilegiado a Lula, no final de 2014 o então presidente do grupo OAS, Léo Pinheiro, acompanho o petista e Marisa Letícia em visita ao tríplex em Guarujá (FOLHA, 01 de abr, 2016).

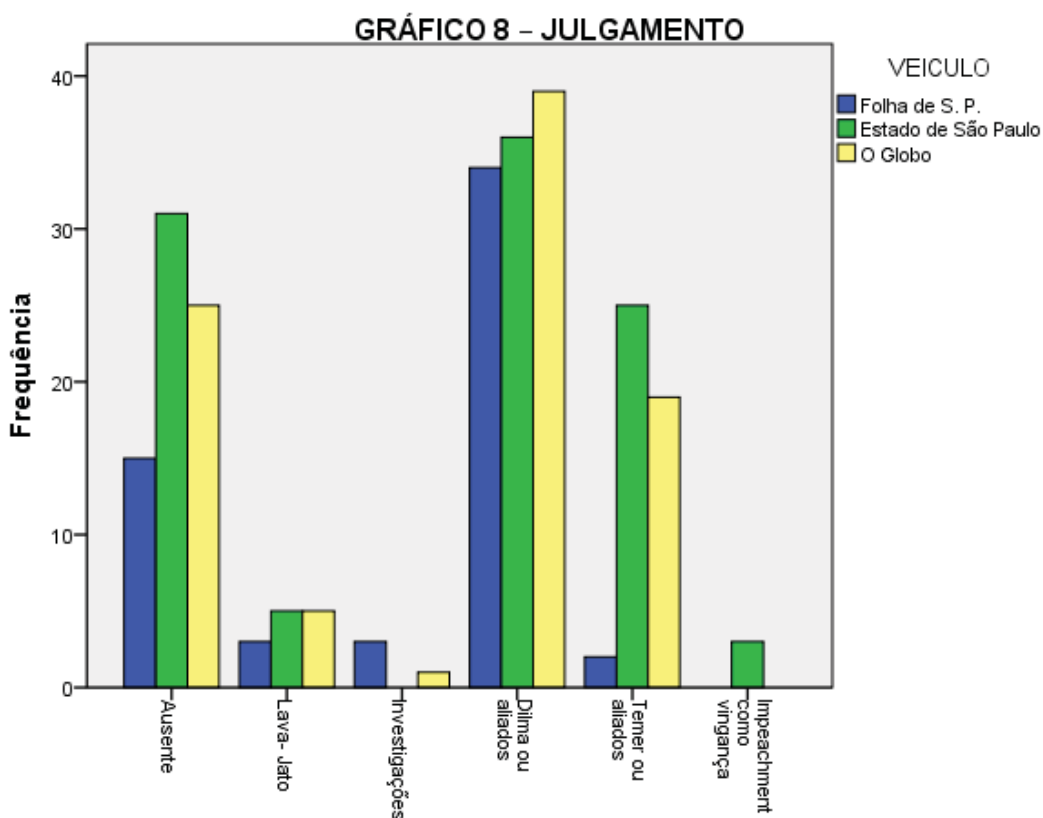
No jornal OESP, verifica-se que o tópico de destaque se trata de “Denúncias de corrupção/investigações/colaboração premiada”, contabilizando 34% de recorrência. As variáveis “irregularidades no governo Dilma” e “irregularidades no governo Temer” aparecem cada uma em 15 textos (15%).

A opção “discursos de corrupção” está presente em 13 matérias. Já a variável “estratégias ou negociações para amenizar os impactos das investigações ou da pena” é recorrente em 9 matérias. Do total de matérias, 7 trataram exclusivamente do suposto envolvimento de Lula. Por fim, os tópicos que abordam “Mensagens vazadas” e a “Saída/ prisão/afastamento de atores políticos ou funcionários do governo ou oposição” marcam apenas 3%.

Assim como nos outros dois jornais, o tópico que se destaca na maioria das notícias do jornal o GLOBO se refere a “Denúncias de corrupção/investigações/colaboração premiada” e está presente em 28% do total de textos analisados (25). Em seguida, os “Discursos de corrupção” representam 16% (15).

Posteriormente, a variável “Irregularidades no governo Dilma/Declarações de atores contra Dilma Rousseff” aparece em 15% dos textos (14). Notícias que focam no suposto envolvimento do ex-presidente Lula representam 11% (10 matérias). As notícias que abordam especificamente as “Irregularidades no governo Temer ou aliados” representam apenas 7 textos.

A opção “Mensagens vazadas sobre supostas negociações” se destacam em 3 matérias. Por fim, “Estratégias ou negociações para amenizar os impactos das investigações ou da pena” e “A saída/prisão/afastamento de atores políticos ou funcionários do governo ou oposição” representam 4 notícias.



FONTE: Elaboração da autora (2019)

Este gráfico apresenta o que ou quais atores são alvo de críticas feitas pelo próprio jornalista ou pela seleção de fontes e citações. Em 59% das notícias do jornal FSP, há julgamento em relação à “Dilma, Lula ou aliados” (34).

Em seguida, 26% dos textos não revela nenhum julgamento (15 deles). Em relação aos itens “Funcionamento da Operação Lava Jato ou a atuação do Juiz Sérgio Moro” e “Investigações (vazamento de informações, colaboração premiada)”, há três textos em que essas variáveis aparecem. Por fim, a seção “Temer, Cunha ou aliados” possui um viés negativo em apenas dois textos, nos quais esses atores políticos são julgados.

A última variável referente ao “Impeachment como vingança” não apresenta nenhum resultado quantitativo, pois nesse caso o processo de impeachment não foi abordado na notícia como uma estratégia de vingança, mas, sim, como uma medida de punição considerando o envolvimento de Dilma com casos de corrupção. Assim, a corrupção se caracteriza na maioria das notícias como um argumento utilizado pela oposição a fim de validar o processo de impeachment sobre a presidente Dilma.

No que diz respeito ao julgamento em relação à “Dilma, Lula ou aliados”, percebe-se um argumento padrão presente nos três jornais analisados. A delação premiada de Delcídio do

Amaral (PT) coloca em discussão a credibilidade do governo e é constantemente usada pela oposição como um argumento válido para a continuidade do processo de impeachment. Para a presidente, a delação se constitui como uma arma política usada contra ela em uma situação delicada durante o processo de impeachment:

Eram quase 11h de quinta (3) quando Dilma Rousseff convocou quatro de seus principais auxiliares para uma reunião de emergência [...]. Nervosa [...] bateu com as mãos sobre a mesa, xingou Delcídio do Amaral (PT-MS) e ordenou a divulgação de uma nota. Assinado por ela, o texto diz que o governo “repudia o uso abusivo de vazamentos como arma política (FOLHA, 04 de mar, 2016, p. A8).

Além disso, o governo afirma que as revelações podem dar força as manifestações de 13 de março (2016). De fato, as manifestações tomaram grandes proporções em relação às temáticas contra a corrupção e deram força ao processo de impeachment de Dilma, bem como a insatisfação em relação ao governo.

[...] A avaliação interna do governo é a de que o conteúdo do depoimento acende a discussão sobre o impeachment [...] e que [...] a oposição vai apresentar novo pedido de afastamento de Dilma. Além disso, avaliaram os assessores, os protestos marcados para 13 de março também devem ganhar folego. O governo teme que Delcídio possa revelar fatos novos que possam complicar ainda mais a situação de Dilma. Nas palavras de um assessor, é um caso que envolve um inimigo que, até pouco tempo, partilhava da intimidade do Planalto (FOLHA, 04 de mar, 2016, p. A8).

No jornal OESP “Dilma Lula ou aliados” são julgados em 36% das notícias. Do total de notícias, 31 textos não apontam julgamento.

Os atores políticos “Temer, Cunha ou aliados”, por sua vez, são julgados em 25%, enquanto a “Operação Lava Jato” é criticada em 5 matérias. Notícias que criticam, especificamente, o impeachment como vingança contabilizam 3 textos. Por fim, as investigações (vazamento de informações ou colaboração premiada) não são criticadas.

Em relação às críticas destinadas à Dilma Rousseff, uma das notícias se destaca, como mostra a imagem abaixo:

FIGURA 1 – O FIM DA ERA PT



Petrobrás vai do pré-sal à Lava Jato

Alvo de corrupção e desvios, estatal passou da época áurea da descoberta do pré-sal a um dos maiores símbolos da crise no governo

FONTE: Estado de S. Paulo

É importante destacar que acima do título há uma chamada em vermelho que anuncia o fim da era PT com as datas de início e fim dos mandatos do partido. A notícia traz em questão a trajetória de crescimento da Petrobras até se tornar um símbolo de corrupção e crise do governo. O texto destaca que a crise em que se encontra a estatal é resultado da gestão negativa do PT e dos desvios de recursos realizados pelo mesmo. Apesar de o texto apontar outros fatores que culminaram em tal crise, o argumento que se repete tanto na fala do jornalista quanto por meio das citações utilizadas é de que a gestão do PT, sobretudo após a eleição de Dilma Rousseff, agravou a situação da estatal. Segue trecho da notícia em que se apresenta repetidas críticas ao governo da presidente em relação a essa suposta má administração:

Apesar de excluída dos argumentos jurídicos do processo de impeachment, a Petrobras é um dos maiores símbolos da crise do governo. Há dois anos abalada por denúncias de corrupção da Operação Lava Jato, a estatal ainda tenta equilibrar as contas de 13 anos de gestão petista. A trajetória é marcada por momentos de euforia, como a descoberta do pré-sal, em 2006, seguidos por derrocadas. Desvios de recursos somados à retração dos preços do petróleo no mercado internacional levaram a empresa a registrar perdas contábeis de R\$ 95 bilhões nos últimos dois anos. Mais do que as finanças, o crescimento da produção esteve no foco das gestões petistas na Petrobras. De 2003 até 2014, o volume de petróleo extraído no País cresceu mais do que o dobro que o do mercado internacional. A expansão foi de 54% no Brasil, ante 19% na média mundial (os últimos dados internacionais são de 2014). [...] A corrupção atrapalhou, porque os ativos custaram mais do que deveriam. Mas o que pesou mesmo foi o subsídio ao diesel e a gasolina, avaliou o ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e consultor John Forman. Ele cita um ponto unânime de avaliação negativa da trajetória da empresa, pelo mercado financeiro, intensificado a partir de 2011, após a eleição da presidente Dilma Rousseff (Estado de S. Paulo, 12 mai. 2016, p. 31).

Se tratando do julgamento sobre “Temer, Cunha ou aliados”, percebe-se que as críticas são dispersadas entre os diversos atores políticos que compõem a sigla e não especificamente sobre a figura de Temer, ao contrário de Dilma Rousseff, que é uma figura constantemente alvo de julgamentos.

Assim como nos outros dois jornais, no GLOBO os atores políticos “Dilma, Lula ou aliados” são os mais criticados, representando 43% das notícias. Entre o total de textos

analisados, 25 não apontam nenhum julgamento. Os atores “Temer, Cunha ou aliados” são julgados em 21% das matérias.

A “Operação Lava Jato” ou a “atuação do juiz Sérgio Moro” é pouco criticada e está presente em apenas 5 textos. As investigações (vazamento de informações, colaboração premiada) são criticadas apenas uma vez.

Sobre as críticas destinadas à “Dilma, Lula ou aliados”, um dos casos mais citados pelo jornal se refere a delação do ex-senador Delcídio Amaral (PT-MS), cuja acusação envolve as figuras de Dilma Rousseff e Lula em uma suposta tentativa de interferir nas investigações da Lava Jato. Além disso, a matéria cita que o conteúdo da delação foi utilizado pela oposição como argumento em prol do impeachment da presidente.

Veio de um aliado próximo o primeiro petardo disparado na direção da presidente Dilma Rousseff, entre tantos já trocados na Lava Jato. A delação premiada do senador Delcídio Amaral (PT-MS), que será homologada pelo ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), envolve Dilma em tentativas de interferir nas investigações sobre o escândalo da Petrobras. O teor das acusações divulgado ontem pela revista “IstoÉ”, levou Dilma e o Palácio do Planalto para o centro da crise, e estimulou a oposição, que chegou, no começo da tarde, a pedir renúncia da presidente e a incorporar o discurso de impeachment. A delação de Delcídio, líder do governo no Senado até ser preso, em novembro, é a primeira de um político que atuou no centro do poder, por isso acrescenta ainda mais pressão ao núcleo próximo a Dilma. [...]. O ex-presidente Lula, segundo documentos frutos do acordo, também teria tentado agir para proteger personagens envolvidos na Lava Jato. Delcídio disse que Lula teria mandado comprar o silêncio do ex-diretor da área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró (O Globo, 04 mar. 2016, p. 3).

Além disso, a respectiva matéria lista nove acusações feitas por Delcídio Amaral envolvendo Dilma e Lula, entre elas: 1) a tentativa de interferência sobre as investigações da Lava Jato, 2) superfaturamento na compra da Refinaria de Pasadena, 3) nomeação de Nestor Cerveró, 4) Lula e a compra do silêncio sobre Cerveró, 5) filho de Lula e o escândalo da compra de medidas provisórias, 6) Lula e mensalão, 7) CPI dos correios e o acordo entre governo e oposição para retirada de Lula e seu filho Fábio Luiz da lista de indiciados, 8) sítio em Atibaia e 9) CPI do cachoeira.

Outro caso muito utilizado pelo jornal para julgar os atores “Dilma, Lula ou aliados” trata-se da delação premiada do ex-marqueteiro João Santana. A notícia veiculada pelo periódico GLOBO traz o seguinte título *Para não destruir Dilma e gravata* “Santana confessa ter recebido caixa 2 da campanha da petista em 2010 e diz que mentiu para protegê-la”, como mostra o trecho a seguir:

Em depoimento ao juiz Sérgio Moro, o publicitário João Santana e a mulher dele, Mônica Moura, admitiram ontem que receberam no caixa dois pagamentos da campanha de 2010 da presidente afastada, Dilma Rousseff, e que mentiram no primeiro depoimento à Polícia Federal, em março, para proteger a petista. O casal afirmou que os depósitos no valor de US\$ 4,5 milhões feitos pelo lobista Zwi Skornicki na conta deles na Suíça de fato serviram para quitar dívidas da campanha de 2010, que somavam R\$ 10 milhões. Em março, quando foram presos, os dois haviam dito que o dinheiro era relativo a campanhas eleitorais que fizeram no exterior. – Eu achava que isso poderia prejudicar profundamente a presidente Dilma – afirmou Santana. - Eu que ajudei, de certa maneira, a eleição dela, não seria a pessoa que iria destruir a presidente. Nessa época, já se iniciava um processo de impeachment, mas ainda não havia nada aberto. Sabia que isso poderia gerar um grave problema (O GLOBO, 22 de junh, 2016, p. 3A).

Percebe-se que o julgamento sobre “Temer, Cunha ou aliados” ocorre de forma dispersa entre os atores do MDB. A figura de Michel Temer é pouca explorada nas notícias. Um dos poucos casos que apontam o seu suposto envolvimento se refere à delação premiada de executivos da Odebrecht, na qual afirmam que Temer teria pedido dinheiro para financiamento de campanhas.

Ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) querem que sejam incluídas nos processos de cassação da chapa Dilma Rousseff e Michel Temer delações recentes da Operação Lava Jato que podem comprometer o presidente interino. Nos bastidores, integrantes da Corte já cogitam a possibilidade de pedir os documentos para o juiz Sérgio Moro, responsável pelos processos do esquema de desvios da Petrobras na Justiça Federal em Curitiba. Por enquanto, as delações que mencionam supostas irregularidades cometidas por Temer não foram homologadas pela Justiça. [...]. Segundo revelou a revista “Veja”, executivos da Odebrecht prestaram depoimento em delação premiada acusando Temer de ter pedido “apoio financeiro” ao presidente da empreiteira, Marcelo Odebrecht, em maio de 2014. O empresário teria prometido colaborar. [...]. A empreiteira teria repassado R\$ 10 milhões ao PMDB (O Globo, 12 ago. 2016, p. A6).

GRÁFICO/DADOS 9 – CAMPO POLÍTICO X PAPEL DAS PERSONAGENS

			Atores com fala					
			Dilma, Lula ou aliados	Temer, Cunha ou aliados	Campo econômico	Campo judiciário	Sociedade Civil	Outro
VEICULO	Folha de S. P	Vítima	5	0	0	4	1	0
		Vilão	5	1	3	8	3	0
		Herói	1	0	0	0	0	0
	Estado de São Paulo	Vítima	1	1	0	1	1	0
		Vilão	3	4	0	2	2	3
		Herói	0	0	0	2	0	0
	O Globo	Vítima	4	0	0	0	0	0
		Vilão	5	3	2	3	1	1
		Herói	0	0	0	1	0	0

FONTE: COMPA (2019)

De acordo com os dados referentes à FSP, percebe-se que os atores relacionados à “Dilma, Lula ou aliados” apareceram mais como vítimas (5 textos) e vilões (5 matérias) se comparado aos sujeitos do campo político “Temer, Cunha ou aliados”. O campo judiciário é destacado como vilão em 8 matérias e vítima em 4. Além disso, nota-se que “Dilma, Lula ou aliados” é o único campo político que perpassa os três tipos de personagem. Os outros campos políticos: “Campo econômico” e “Sociedade civil” contabilizam a mesma proporção como vilão (3 textos).

Dilma Rousseff é colocada como vilã quando se trata das notícias que abordam a delação premiada do presidente afastado da empreiteira Andrade Gutierrez, Otávio Azevedo, na qual ele afirma repasse ilegal de R\$ 6 milhões para a campanha presidencial de 2010 e 2014, com propinas oriundas de obras superfaturadas da Petrobras. Outra situação que implica no reforço a tal título dado a ex-presidente é a delação do publicitário João Santana e sua esposa, Mônica Moura, na qual ambos afirmam o recebimento de dinheiro via caixa dois para a campanha eleitoral de Dilma, em 2010. Por outro lado, quando é tratada como vítima, as notícias trazem a questão do vazamento de informações como uma estratégia política para validar o impeachment de sobre ela.

O ex-líder do PT, Delcídio do Amaral, é o único ator político que aparece como herói (1 matéria) em uma das notícias que trata sobre o suposto envolvimento de Dilma para interferir nas investigações da Lava Jato.

Na variável “Espaço de fala” o campo judiciário é o campo que possui mais espaço de fala nas notícias, no entanto, nesse cruzamento, o campo judiciário quase não aparece. Considerando que as notícias tratam do tema da corrupção, esperava-se que o campo judiciário aparecesse na opção herói.

Já no OESP, o campo político “Temer, Cunha ou aliados” aparece mais vezes como vilão se comparado à Dilma (4 vezes). A presidente aparece como vilã em algumas das notícias que tratam sobre o seu suposto envolvimento no desvio de recursos da Petrobras, e sobre a sua interferência nas investigações da Operação Lava Jato. O ex-presidente Lula aparece mais vezes como vilão que Dilma. O papel de vítima é atribuído ao ex-senador Delcídio Amaral (PT).

O campo judiciário é o único que aparece como herói (2 notícias), apesar de poucas vezes. Ainda assim, esperava-se que o judiciário fosse representado mais vezes na personagem *herói*, por conta do assunto abordado nas notícias. Apesar de possuir mais espaço de fala em comparação com as outras variáveis, o campo judiciário destaca-se pouco. O campo econômico não aparece nenhuma vez, enquanto a sociedade civil perpassa as três personagens.

Considerando as últimas análises, percebe-se que o tratamento entre os campos políticos Dilma e Temer se apresentam de forma mais proporcional, ainda que possuam diferenças. Nesse sentido, o jornal ainda que julgue mais a presidente Dilma e seus aliados, traz uma narrativa menos acusativa em relação ao governo se comparado à Folha de S. Paulo, o que não significa a ausência de críticas em relação ao governo e o seu suposto envolvimento com esquemas de corrupção.

Por fim, no periódico O Globo, “Dilma, Lula ou aliados” aparecem mais como vilões (5) e vítimas (4) em relação aos outros campos. Temer, Cunha ou aliados destacam-se como vilão em apenas 3 textos, enquanto o judiciário aparece 3 vezes como vilão e uma vez na personagem herói. O campo econômico está presente em dois textos como vilão.

Em um primeiro momento, os dados acima não se mostram significativos se considerado o total de notícias. No entanto, relacionando esta variável com as últimas que foram propostas na pesquisa, nota-se a maneira como foram posicionados cada um dos atores dentro da narrativa jornalística.

5 DISCUSSÃO

Diante das discussões que apontam a suposta ligação de Dilma Rousseff com casos de corrupção como um fator determinante para o seu processo de impeachment (BECKER et al. 2016), o trabalho propôs como primeiras hipóteses: H1) *a mídia é um ator chave no jogo político no que diz respeito à postura fiscalizadora, no entanto, a cobertura não promove debate em relação aos problemas estruturais acerca da corrupção, sendo mais direcionada à responsabilização de indivíduos* e H2) *os casos de corrupção envolvendo supostamente a figura de Dilma Rousseff são apresentados como um argumento para validar o processo de impeachment sobre ela.*

Tal hipótese é confirmada com base nos resultados. Os três jornais analisados, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, apresentam diversas semelhanças no que diz respeito ao tratamento dos atores, assuntos e fontes citadas. Os resultados apontaram que os atores políticos “Dilma, Lula ou aliados” obtiveram destaque nas análises.

Em relação a isso, no jornal Folha de S. Paulo a variável “Atores políticos envolvidos com corrupção”, aponta que os atores do PT, em sua maioria Dilma e Lula, foram os mais mencionados como envolvidos com casos de corrupção (43%) se comparado ao MDB (14%). O periódico O Estado de S. Paulo também aponta os mesmos atores como os mais envolvidos com transgressões políticas (37%) e, posteriormente, o MDB (27%). Assim como os outros dois jornais, o Globo apresenta a mesma característica. Os atores do PT são os mais citados como envolvidos (42%) e, em segundo lugar, o MDB (24%).

Além disso, foi possível perceber que, apesar de as notícias citarem outros nomes relacionados ao PT, Dilma e Lula foram destacados mesmo quando não tinham envolvimento direto com o caso. Outra característica percebida nos três jornais se trata dos aspectos de seleção e saliência apresentados por Entman (1993), no que se refere aos elementos de repetição acerca dos indivíduos e assuntos destacados, e a relação existente entre um ator envolvido com ações corruptas e a figura de Dilma.

Nesse sentido, pode-se confirmar, com base na perspectiva da seletividade, que a cobertura da imprensa buscou construir a ideia de que a corrupção está ligada estritamente ao partido governista e aos seus aliados (QUEIROZ, 2018). Considerando os aspectos da seletividade, afirma-se que os jornais adotaram um viés favorável ao impeachment ao selecionar e evidenciar os casos de corrupção envolvendo a figura da ex-presidente, pois, de acordo com Cook (2011, p. 206) o viés ocorre quando a cobertura apresenta mais determinados atores, partidos e assuntos que outros.

Nota-se, ainda, nos conteúdos das notícias, a presença constante de uma lógica entre o suposto envolvimento de Dilma com casos de corrupção e, conseqüentemente, a validação do seu processo de impeachment. Verifica-se, também, que a oposição utiliza a divulgação de delações premiadas de atores próximos a Dilma como um método para legitimar o processo e culpar o governo.

Como observado acima, os atores do PT foram apontados como os principais envolvidos com ações corruptas, assim como foram os mais julgados e culpabilizados pelos jornais. A situação do governo foi agravada, principalmente com a prisão de nomes próximos ligados ao partido, entre os quais estão o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, o ex-líder do governo no Senado Delcídio do Amaral (ex-PT) e o ex-marqueteiro do partido João Santana. Em contrapartida, os atores políticos de outros partidos são pouco destacados se comparado ao PT.

Na variável “Culpabilização” buscou-se verificar, por meio da seleção de fontes ou falas apresentadas pelo próprio jornalista, quais atores foram responsabilizados pelos casos de corrupção. Na FSP os atores relacionados ao PT foram considerados em 47% das notícias culpados. Já o MDB é culpado apenas em 14% das notícias. Assim como na FSP, no jornal OESP os atores do PT foram os mais responsabilizados (42%) e, em seguida, o MDB (23%). O GLOBO aponta que os atores do PT são os mais responsabilizados pelos casos (42%) e o MDB (17%).

Além do mais, a variável “Julgamento” buscou verificar o que e quais atores foram criticados pelas notícias. Na FSP, “Dilma, Lula ou aliados” foram predominantemente os mais julgados (59%). No jornal OESP “Dilma Lula ou aliados” são julgados em 36% das notícias. Assim como os outros jornais, no GLOBO os atores políticos “Dilma, Lula ou aliados” são os mais criticados, representando 43% das notícias. Como observado na análise dos resultados, foi percebido a presença de padrões em relação aos casos utilizados para embasar o julgamento sobre os atores “Dilma, Lula ou aliados”, tais como: as delações premiadas do ex-senador Delcídio do Amaral, do ex-marqueteiro João Santana e Mônica Moura.

Considerando os dados apresentados, reafirma-se que a primeira hipótese foi confirmada no que tange à atuação da imprensa enquanto ator fiscalizador da esfera política, assim como a cobertura direcionada à responsabilização de determinados atores políticos. A análise evidencia a característica liberal da mídia durante tal período político, pois além de fiscalizar e denunciar casos de corrupção, indicou culpados, realizou julgamentos, entre outros. No entanto, como pressuposto no trabalho, a cobertura dos jornais não realizou discussões em relação aos problemas estruturais ligados ao fenômeno da corrupção, sendo uma abordagem

voltada somente à culpabilização de certos atores (AZEVEDO, 2010; GUAZINA, 2011; SILVA, 2008).

Além dos dados apresentados, a variável que trata especificamente dos atores econômicos ou empresas envolvidas com corrupção permitiu confirmar a terceira hipótese: H3) *A cobertura é direcionada à personalização da corrupção.*

A variável “Ator econômico ou empresas envolvidas com corrupção”, por sua vez, buscou verificar se as empresas eram do setor público, privado ou se referiam a atores econômicos (empresários). Os dados mostraram que poucas notícias citaram empresas ou atores econômicos. Na FSP, por exemplo, a categoria “Empresa privada” é citada em 24% das notícias, enquanto “Empresa pública” aparece somente em 7% e “Ator econômico” em 8%.

Em contrapartida, no jornal OESP a categoria “Ator econômico” predomina em 15% das notícias. Já “Empresa privada” aparece com 12% e “Empresa pública” 8%. Assim como OESP, no periódico GLOBO o “Ator econômico” também prevalece (15%), tal como “Empresa privada” (15%). A “Empresa pública” marca apenas 8%. Como apontado anteriormente, as notícias que citam o envolvimento de atores econômicos ou empresas tratam, em sua maioria, de delações premiadas.

É interessante observar que as empresas privadas e atores econômicos foram pouco citados e culpabilizados se comparado aos atores políticos do PT, restringindo a corrupção ao âmbito político. Pinto (2011 apud VALVERDE, 2015) afirma que a mídia e a opinião pública tendem a enfatizar os casos de corrupção do tipo intraestatais, considerando o estado corrupto e o mercado não. De acordo com Fortini e Sherman (2018), a personalização da corrupção reduz as formas de controle e tratamento sobre o problema.

Embora os estudos teóricos apontem que a corrupção se trata de um problema tanto público quanto privado, os resultados demonstram certa personalização do fenômeno como um problema inerente à política. Contudo, Filgueiras (2016, p. 18) afirma que a corrupção não é apenas uma questão ligada à esfera pública, mas, também, ao âmbito privado.

Além do mais, nota-se que em relação as discussões acerca do conceito de corrupção, a mídia possui um entendimento do que seriam ações corruptas. Assim, os conceitos apresentados nos capítulos teóricos do trabalho no que se refere a corrupção como uma violação de normas envolvendo funcionários públicos são incorporados pela mídia. Por outro lado, como afirmado anteriormente, a corrupção é restringida à política, sendo pouco destacado os atores econômicos ou empresas privadas.

A partir da análise apresentada, pode-se afirmar que o enquadramento noticioso dos jornais tende a personalização da corrupção ao destacar, majoritariamente, os atores políticos

do PT, sobretudo Dilma e Lula. Dessa forma, os dados permitiram confirmar as afirmações relativas a corrupção como um problema inerente à esfera política.

Além disso, o estudo possibilitou identificar, analisar e comparar os padrões discursivos entre os três jornais, assim como a reflexão sobre os possíveis efeitos que os enquadramentos possuem sobre a atitude e o pensar dos cidadãos. Hertog e McLeod (2001, p. 148) ressaltam que o enquadramento (além de definir a forma como são compreendidos os acontecimentos e as ideias, os sujeitos e as imagens construídas sobre eles) também são elementos que se definem.

Percebe-se que o tratamento da Folha de S. Paulo é caracterizado sob um tom mais acusativo em relação à figura de Dilma e seus aliados. Os jornais o Estado de S. Paulo e O Globo ainda que julguem mais a presidente Dilma e seus aliados, trazem, aparentemente, uma narrativa menos acusativa em relação ao governo, se comparado à Folha de S. Paulo, por exemplo. Isso não significa a ausência de críticas em relação ao governo e o seu suposto envolvimento com esquemas de corrupção em tais periódicos.

Assim, acredita-se que as hipóteses de pesquisa se confirmaram no que diz respeito à postura fiscalizadora do jornalismo em relação às ações da esfera política, principalmente em relação ao governo e, ao mesmo tempo, a ausência de discussões relativas à corrupção. Além disso, conclui-se, também, que a cobertura frequente de casos envolvendo, supostamente, a figura de Dilma, é utilizada como um argumento para validar o processo de impeachment sobre ela e, por fim, a personalização da corrupção como um problema inerente a um grupo ou ator específico.

Como observado em capítulos anteriores, além das acusações relacionadas aos crimes de responsabilidade fiscal, as críticas à Dilma envolviam tanto a crise do país quanto sua suposta ligação com esquemas de corrupção. Segundo Becker et al. (2016), o processo de impeachment aconteceu rapidamente, especialmente por conta das delações premiadas veiculadas pela mídia de atores próximos a ex-presidente.

É importante refletir a respeito da proporção que tal situação afetou a imagem do governo e sua credibilidade, pois, de acordo com J.S. Nye (1967 citado por Carvalho, 1987), a corrupção pode prejudicar tanto a credibilidade de um regime quanto a sua legitimidade. Nesse sentido, Anastasia e Santana (2008) ressaltam que os níveis de confiança nas instituições e participação política dos indivíduos é prejudica devido à corrupção.

Sob esta lógica, ainda, a pesquisa concorda que os enquadramentos são como ferramentas de poder, na medida em que interesses e atores políticos são destacados (ou não). Embora a mídia não possa influenciar diretamente sobre como as pessoas pensam a respeito de

determinados assuntos, ao ressaltar determinados aspectos da realidade e não outros, em certa medida, consegue as influenciar ideologicamente (ENTMAN, 1993).

Assim, pode-se concluir que o enquadramento noticioso adotado pelos jornais revelou uma cobertura mais direcionada à construção negativa da imagem de Dilma Rousseff e, portanto, adotou um viés pró-impeachment.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o tema corrupção foi destaque na imprensa durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, em 2014, e durante o seu processo de impeachment (CIOCCARI, 2015), o objetivo central desta pesquisa foi compreender de que forma o tema da corrupção foi enquadrado durante a cobertura noticiosa do processo de impeachment de Dilma Rousseff, nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo. Além disso, buscou-se compreender se essas notícias que tratavam da temática corrupção favoreceram, em certa medida, a construção negativa de Dilma ou de atores ligados a ela e, conseqüentemente, o viés favorável ou não ao impeachment. O trabalho propôs responder a três perguntas de pesquisa: Como o tema da corrupção foi enquadrado na cobertura noticiosa do impeachment? Quais as diferenças e semelhanças no enquadramento da corrupção entre os jornais a Folha de São Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo? Como e quais atores são associados ao tema corrupção?

Considerando as reflexões apresentadas durante o trabalho, o capítulo 1 apresentou as diversas definições relacionadas à corrupção, assim como a função da mídia enquanto instituição fiscalizadora e sua influência sobre a percepção dos indivíduos acerca da esfera política.

No capítulo 2 foi discutido o conceito geral de escândalos políticos, suas características e o papel da mídia como um ator central no processo de construção e permanência dos escândalos. Além disso, foram abordados alguns fatores que podem explicar a predominância dos escândalos políticos midiáticos e a influência do jornalismo na criação desses escândalos.

O capítulo 3 abordou o *ethos* jornalístico e os critérios de valor-notícia enquanto fatores que podem explicar a corrupção como um assunto de interesse e destaque para o jornalismo.

O capítulo 4 apresentou brevemente os conceitos de enquadramento e algumas possibilidades de abordagens metodológicas. Em seguida, o mesmo capítulo apresentou o corpus da pesquisa, metodologia e o livro de códigos com todas as categorias utilizadas para tal análise. Por fim, foram apontados os resultados e as discussões em relação aos dados obtidos referentes ao tema corrupção durante o impeachment de Dilma Rousseff.

Tendo como base a proposta de Entman (1993), a pesquisa buscou identificar quais atores políticos tinham mais espaço de fala na notícia, quais órgãos de fiscalização foram mencionados, as empresas ou atores econômicos que estariam envolvidos em casos de corrupção, os tipos de corrupção. Além disso, buscou-se expor quais assuntos foram destacados

pelos jornais, quem ou o que foi culpabilizado pelos casos de corrupção, julgamento moral e o papel das personagens (vítima, vilão, herói).

A análise permitiu identificar, analisar e comparar os padrões discursivos entre os três jornais, assim como a reflexão sobre os possíveis efeitos que os enquadramentos possuem sobre a atitude e o pensar dos cidadãos. As hipóteses de pesquisa foram confirmadas a partir das discussões teóricas e dados analisados. Sobre isso, os resultados apontaram que os três jornais analisados apresentam padrões discursivos com tratamentos, assuntos e fontes semelhantes. As análises indicam que Dilma, Lula ou aliados além de serem os atores que possuem mais destaque nas notícias, são também os mais mencionados como envolvidos em casos de corrupção, os mais julgados e culpabilizados pelos acontecimentos nas notícias. Em contrapartida, os outros partidos e atores econômicos, empresas possuem um tratamento pouco destacável se comparado às figuras de Dilma e Lula.

Como observado, as matérias apontam, frequentemente, casos de corrupção envolvendo a suposta participação da ex-presidente como um argumento para validar o processo de impeachment sobre ela. Nota-se que a oposição utiliza a divulgação de delações premiadas como uma estratégia para legitimar o processo e reafirmar a culpa sobre o governo.

Outro aspecto confirmado na cobertura noticiosa trata-se da personalização da corrupção como um problema ligado ao partido governista e aos seus aliados próximos. Nesse sentido, a cobertura noticiosa da corrupção durante o processo de impeachment não promoveu o debate acerca dos problemas estruturais em relação à corrupção, sendo direcionada à responsabilização de atores.

Pode-se afirmar que o enquadramento noticioso adotado pelos jornais revela uma abordagem mais voltada à construção negativa da imagem de Dilma Rousseff e, portanto, um viés pró impeachment.

Silva (2008) ressalta que alguns estudos têm demonstrado que os quadros podem moldar a forma como são percebidos e compreendidos assuntos e eventos pela audiência. Esses estudos apontam que as pessoas argumentam e se posicionam em um contexto político a partir de atalhos cognitivos. Nesse sentido, a ênfase dada pelos jornais acerca de temas e pessoas pode interferir na opinião e atitude dos receptores. Portanto, a análise de enquadramento se configura como um estudo importante para os pesquisadores que possuem o objetivo de compreender o posicionamento da mídia em relação a assuntos importantes e, de certo modo, compreender a influência desse posicionamento na opinião pública.

Os resultados apresentados limitam-se ao período analisado, durante o processo de impeachment, no entanto, demonstram importantes reflexões em relação ao objetivo deste

estudo. Pesquisas futuras podem se interessar pela mesma proposta, considerando outros contextos políticos, tais como o período que compreende todo o governo de Dilma Rousseff ou outros governos. Nesse sentido, é aconselhável que as variáveis elaboradas para a presente pesquisa passem por alterações conforme o período analisado. Além disso, outras pesquisas podem ter como objeto de estudo a relação entre os enquadramentos e sua influência na opinião e atitude dos receptores acerca de períodos políticos como os analisados neste trabalho.

Em relação às práticas jornalísticas, foi possível refletir acerca do trabalho desenvolvido pelos jornalistas. Considerando que a mídia é um ator essencial na construção da realidade percebida pelos indivíduos, reafirma-se a importância e a responsabilidade que os meios possuem enquanto possíveis influenciadores de opiniões e atitudes em relação aos acontecimentos políticos.

REFERÊNCIAS

- ALDÉ, A.; VASCONCELLOS, F. **Ao vivo, de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias**. *Revista de Ciências Sociais*, v. 39, n. 2, p. 61–69, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/508/491>>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- ALDÉ, A.; XAVIER, G.; BARRETOS, D.; CHAGAS, V. **Crêterios jornalísticos de noticiabilidade: discurso ético e rotina produtiva**. *ALCEU*, v. 5, p. 186–200, 2005. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n10_alde.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- ANASTASIA, F.; SANTANA, L. Sistema político. **Corrupção: ensaios e críticas**. p.364–371, 2008. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- AZEVEDO, F. **CORRUPÇÃO, MÍDIA E ESCÂNDALOS MÍDIÁTICOS NO BRASIL**. Em *Debate*, v. 2, p. 14–19, 2010. Disponível em: <http://www8.pucsp.br/neamp/artigos/arquivos/artigo_97.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2018.
- BAPTISTA, É. A. **Corrupção e opinião pública : O escândalo da Lava Jato no governo Dilma Rousseff**, 2017. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/Tese-EricaAnita2017-DCP-final.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2018.
- BATISTA, G. B.; MARQUES, F. P. J. **Escândalos Político-Midiáticos: um estudo sobre os enquadramentos da revista Isto É na cobertura da operação Lava Jato**. XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, p. 1–15, 2017. Fortaleza.
- BECKER, C.; CESAR, C.; GALLAS, D.; HELENA WEBER, M. Manifestações e votos ao Impeachment de Dilma Rousseff da primeira página de jornais brasileiros. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicacion**, v. 13, n. 2000, 2016. Disponível em: <<http://www.alaic.org/revistaalaic/index.php/alaic/article/viewFile/736/417>>. Acesso em: 05 mar. 2018.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília, 1991.
- BORAH, P. Conceptual Issues in Framing Theory: A Systematic Examination of a Decade’s Literature. **Journal of Communication**, v. 61, n. 2, p. 246–263, 2011.
- BOURDIEU, P. O Campo Científico. Traduzido por Paula Montero. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 2/3, p. 88–104, 1976. Disponível em: <<https://cienciatecnosociedade.files.wordpress.com/2015/05/o-campo-cientifico-pierre-bourdieu.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- CARVALHO, G. Da contravenção à cleptocracia. In: Jorge Zahar Editor Ltda (Org.); **Sociologia da corrupção**, 1987. Rio de Janeiro.
- CARVALHO, J. M. DE. Passado, presente e futuro da corrupção brasileira. In: Editora UFMG

(Org.); **Corrupção: ensaios e críticas**. p. 238–249, 2008. Belo Horizonte.

CHAIA, V.; TEIXEIRA, M. A. Democracia e escândalos políticos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 62–75, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 18 mar. 2018.

CHONG, D; DRUCKMAN, J. N. Framing Theory. **Annual Review of Political Science**, v. 10, n. 1, p. 103–126, 2007. Disponível em: <<http://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.polisci.10.072805.103054>>. Acesso em: 20 ago.2018.

CIOCCARI, D. OPERAÇÃO LAVA JATO: ESCÂNDALO, AGENDAMENTO E ENQUADRAMENTO. **Revista ALTER JOR**, v. 12, p. 5508–20, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/102147/104083>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

COOK, T. E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 203–247, 2011. Brasília.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward clarification of a fracture paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.

ENTMAN, R. M. Framing bias: Media in the distribution of power. **Journal of Communication**, v. 57, n. 1, p. 163–173, 2007.

FILGUEIRAS, F. **Corrupção, democracia e interesse público**. Minas Gerais: UFMG, 2016.

FORTINI, C.; SHERMAM, A. Corrupção: causas, perspectivas e a discussão sobre o princípio do bis in idem. **Revista de Investigações Constitucionais**, 2018. Curitiba. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/327064972>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

FRAIHA, P.; ABREU, A.; BAPTISTA, A.; TELLES, H.; MESQUITA, F. **Mídia e escândalos políticos: efeitos sobre a percepção da corrupção**. Belo Horizonte, 2012.

GARCIA, E. **A corrupção: uma visão jurídico-sociológica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. 2º ed. São Paulo, 2004.

GUAZINA, L. S. **JORNALISMO EM BUSCA DA CREDIBILIDADE: A cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão**, 2011. Universidade de Brasília - UnB. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22183/1/2011_LizianeSoaresGuazina.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2018.

HALL, S.; CHRITCHER, C.; JEFFESON, T.; CLARKE, J.; ROBERTS, B. A produção social das notícias: o mugging nos media. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**2, 2016.

Florianópolis: Editora Insular.

HERTOG, J.; MCLEOD, D. A Multiperspectival Approach to Framing Analysis: A Field Guide. **The empirical approach to the study of media framing**, 2001.

JOHNSTON, M. O paradoxo da corrupção: efeitos grupais e sistêmicos. In: J. Z. E. Ltda (Org.); **Sociologia da corrupção**1, 1987. Rio de Janeiro.

JORGE, T. D. M. A notícia e os valores-notícia. O papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa. *UNIrevista*, v. 1, n 3. julho, p. 1–14, 2006.

LIMA, V. A. Sete teses sobre comunicação e política. **Comunicação & Sociedade**, v. 30, p. 13–37, 2009. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/853/1106>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

MARQUES, F. P. J.; MONT' ALVERNE, C.; MITOZO, I. O impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão: Um estudo quanti-qualitativo sobre o posicionamento político dos jornais. **Compós**, p. 1–27, 2017.

MATTHES, J.; KOHRING, M. The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. **Journal of Communication**, v. 58, n. 2, p. 258–279, 2008.

MELO, C. R. Corrupção Eleitoral. IN: AVRITZER, L. **Corrupção: ensaios e críticas**, 2008. Belo Horizonte: Editora UFMG.

MESQUITA, N. C.; MOISÉS, J. Á.; RICO, B. As diferentes dinâmicas da corrupção: mídia, percepção e instituições no contexto brasileiro. Espanha, 2013.

MIGUEL, L. F. A mídia e o declínio da confiança na política. **Sociologias**, Porto Alegre, p. 250–273, 2008.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Visibilidade na Mídia e Campo Político no Brasil. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n. 3, p. 695–735, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=21817696006>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MIRANDA, L. F. Unificando os conceitos de corrupção: uma abordagem através da nova metodologia dos conceitos. **Revista brasileira de Ciência Política**, nº 25. Brasília, p. 237–272, 2018.

MOISÉS, J. A. A corrupção afeta a qualidade da Democracia? **Em Debate**, v. 2, n. 5, p. 27–37, 2010.

MOREIRA, F. B. Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das 'características substantivas' das notícias nos jornais Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo e o Globo. Porto Alegre, 2006.

FILHO, M. **Corrupção e Democracia**. Rio de Janeiro, p. 213–218, 2001.

Novo Manual da Redação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_producao_introducao.htm>. Acesso em: 07 jun. 2018.

PINTO, E. C. **Dilma: de “coração valente” à “presidenta acuada”**. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/170820154652_ArtigodeOpinioDilma....16.08.2015.pdf> Acesso em: 05 jun. 2018.

PORTO, M. P. Enquadramento da mídia e política. In: Edufba (Org.); **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**, 2004. Salvador. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/134/4/Comunicacao-Politica_RI.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PRIOR, H. **Esfera Pública e Escândalo Político – A Face Oculta do Poder**. 1º ed. 2016.

QUEIROZ, F. Crise política no governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do conflito de classes. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, v. 27, p. 136–153, 2018. Juiz de Fora.

REESE, S. D. Prologue Framing Public Life: A Bridging Model for Media Research. **The empirical approach to the study of media framing**, 2001.

REESE, S. D. The framing project: A bridging model for media research revisited. **Journal of Communication**, v. 57, n. 1, p. 148–154, 2007.

RIOS, J. A. A fraude social da corrupção. In: Jorge Zahar Editor Ltda (Org.); **Sociologia da corrupção**, 1987. Rio de Janeiro.

RIZZOTTO, C.; PRUDENCIO, K.; SAMPAIO, R. TUDO NORMAL: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 39, p. 111–130, 2017. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/7843/6103>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

SCHEUFELE, D. Framing as a theory of media effects. **Journal of Communication**, v. 49, n. 1, p. 103–122, 1999. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/j.1460-2466.1999.tb02784.x>>. Acesso em: 07 set. 2018.

SCHWARTZMAN, S. **Coesão Social, Democracia e Corrupção Coesão Social na América Latina: Bases para uma Nova Agenda Democrática**. 2008.

SENNE, F. J. N. DE. **Enquadrando a política sob a ótica do escândalo: uma análise da cobertura de três escândalos políticos midiáticos, a partir da perspectiva do enquadramento**, 2009. Universidade de Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4440/1/2009_FabioJoseNovaesdeSenne.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2018.

SHOEMAKER, P. J.; VOS, T. P. **Teoria do gatekeeping: seleção e construção da notícia**. Porto Alegre, 2011.

SILVA, T.; FRANÇA, V. Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais. **Compós**, 2017.

SILVA, V. J. **O escândalo do mensalão em revistas semanais: uma análise de enquadramento**, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/89482/silva_vj_me_bauru.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 jun. 2018.

SOARES GUAZINA, L.; PRIOR, H.; ARAÚJO, B. Enquadramentos de uma crise: o impeachment de Dilma Rousseff em editoriais nacionais e internacionais. **Anais do VII Congresso da Compolítica**, Porto Alegre, p. 25, 2017. Disponível em: <www.compolitica.org>. Acesso em: 22 abr. 2018.

SOARES, M. C.; GOULART, J. O. O impeachment de Dilma Rousseff como evento mediático. In: Unesp (Org.); **Comunicação e cidadania política**, 2017. São Paulo.

SPECK, B. W. Mensurando a corrupção: uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas. **Os custos da corrupção**, 2000. Cadernos Adenauer.

THOMPSON, J. B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. 2º ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

THOMPSON, J. B. A nova visibilidade. **Matrizes**, v. 1, p. 15–38, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143017353001>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia**. 2011.

TRAQUINA, N. As notícias. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**, 2016. Florianópolis: Editora Insular.

VALVERDE, R. S. **A corrupção de um só: os efeitos de sentido do conceito de corrupção nas reportagens de capa da revista Veja**. Em tese, Florianópolis, p. 142–166, 2015.

VIMIEIRO, A. C.; DANTAS, M. **Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia**. In: **Destaque Ecomig**, v. 3, Minas Gerais. Anais, Belo Horizonte:UFMG, 2009.p. 1–16.

WEAVER, D. H. **Thoughts on agenda setting, framing, and priming**. *Journal of Communication*, v. 57, n. 1, p. 142–147, 2007.

WEBER, M. H. **O estatuto da Imagem Pública na disputa política**. *ECO-Pós*, Rio de Janeiro, v.12, n.3, setembro-dezembro 2009, p.11-26. Disponível em: <<file:///C:/Users/CrisFR/Desktop/DISSERTAÇÃO/929-1760-1-PB.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa, 2003.

WOZNIAK, A.; LÜCK, J.; WESSLER, H. **Frames, Stories , and Images : The Advantages of a Multimodal Approach in Comparative Media Content Research on Climate Change. Environmental Communication**, London, December, p. 37–41, 2014.